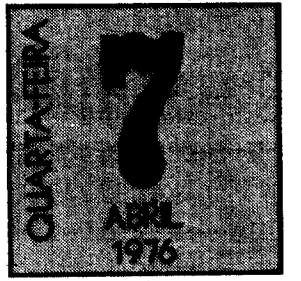


Diário de Lisboa

Fundador Joaquim Manso

Director A. Ruella Ramos Director-adjunto Fernando Piteira Santos

ANO 56.º / N.º 19022 4500



"D.L." NA BOA HORA

SENTENÇA HOJE

◆ Em causa a liberdade de expressão e os direitos do cidadão

«É com muita honra mas também com muita inquietação que aqui me encontro.» Palavras de José Cardoso Pires, esta manhã, no banco dos réus do 1.º Juízo Correccional da Boa-Hora. Honra — disse o réu — porque o artigo que escrevera no «Diário de Lisboa», em 23 de Janeiro passado, era um apelo ao diálogo. Inquietação, por verificar que ainda havia quem se recusasse ao diálogo.

O director e o ex-director adjunto do «DL» continuam a prestar contas ao Tribunal por um artigo que a acusação pretende ter ofendido o bom nome e o prestígio da Polícia de Segurança Pública. Esta manhã, o Tribunal ouviu as alegações

dos advogados de defesa de Ruella Ramos e Cardoso Pires, respectivamente os drs. José Carlos de Vasconcelos e Jorge Sampaio. A sentença deverá ser lida esta tarde, com início às 17 horas.

A pequena sala de audiências voltou a encher-se de público, interessado em seguir o julgamento.

No período reservado às alegações, o dr. José Carlos de Vasconcelos sublinhou as palavras das testemunhas de defesa, Joaquim Letria, que ontem declarara: «Considero este julgamento como manobra de intimidação e uma tentativa de pressão sobre a imprensa portuguesa que mantém uma po-

sição decente», lembrando que o dr. António Pedro Ruella Ramos fora dos poucos directores de jornais que assumira sempre posição digna em tempos muito mais difíceis (antes do 25 de Abril).

Sobre Cardoso Pires, o mesmo advogado diria que se tratava de alguém que todos os portugueses com alguma cultura e formação literária, conheciam. Acrescentaria a defesa: «O que se entende é que uma informação livre não só tem o direito mas o dever, num país livre e democrático, de alertar para os excessos da Polícia. É um dever de cidadania». Adiantou, depois, que Portugal sofreu a mais longa censura

que a História regista e que muitos jornalistas não haviam, ainda, aprendido a escrever em liberdade. Todavia, nem era esse o caso.

Por outro lado, e enquanto se assistia a este julgamento — lembrou o advogado — outros chegavam ao despudor de criticar grosseiramente pessoas colocadas em lugares cimeiros nas instituições democráticas.

«No que respeita à P. S. P., muitos dos seus agentes que ainda hoje não sabem actuar com a correcção devida, são também eles vítimas de um sistema que lhes deu uma mentalidade repressiva». Tais agen-

Continua na pág. 20



SER TOUPEIRA NÃO COMPENSA

Operários mineiros prometem vir a Lisboa, um destes dias, envergando o seu fato de trabalho, para mostrar as duras condições em que vivem, e pressionar o patronato, que se recusa a aceitar a proposta salarial dos sindicatos, nas negociações em curso do contrato colectivo do sector. O «Diário de Lisboa» antecipou-se e visitou os trabalhadores no seu próprio local de trabalho: a 460 metros da superfície, na mina do Lousal.

(Págs. centrais)

EMPRÉSTIMO DE EMERGÊNCIA DA C.E.E.

O ministro das Finanças, Salgado Zenha, assina hoje no Luxemburgo os primeiros contratos do empréstimo de emergência da Comunidade Económica Europeia ao nosso País, segundo informa a agência Reuter.

O auxílio, que ascende a cerca de 240 milhões de unidades de conta (cerca de 240 milhões de dólares), será concedido durante cinco anos e é adicional ao auxílio de emergência de 150 milhões de unidades de conta, (180 milhões de dólares)

Continua na pág. 20

24 PÁGINAS

Pinheiro de Azevedo chega hoje com promessas de auxílio

Colaboração nos domínios do Turismo e Indústria Pesada, além do empréstimo de economistas austríacos parecem ser os resultados palpáveis da visita de Pinheiro de Azevedo à Áustria, embora não se tivesse concretizado qualquer acordo formal.

O Primeiro-Ministro português, que regressa hoje a Lisboa, ocupou ontem a maior parte do dia com uma visita ao complexo fabril «Voest-Alpine», na cidade de Linz. Esta empresa que se dedica à produção de aço e do seu tratamento, à construção de apare-

lhos, máquinas, tubagens para aquedutos e oleodutos, construção de equipamento em aço especial para turbinas e reatores nucleares, etc., emprega cerca de oitenta mil pessoas, e exporta mais de metade da respectiva produção para os países do Mercado Comum e do Comecon (países socialistas).

IMPrensa AUSTRIACA

Entretanto alguns observadores salientam o facto de as conversações serem essencial-

mente genéricas, sem um programa nem acordos definidos, admitindo-se como explicação a circunstância do almirante Pinheiro de Azevedo chefiar um Governo Provisório, e atendendo ainda a que estão muito próximas as eleições para a Assembleia da República.

Dentre as referências da Imprensa austríaca à visita de Pinheiro de Azevedo a reportagem «Arbeiter Zeitung» que, depois de referir as possibilidades e interesse da Áustria no auxílio a Portugal salienta a possibilidade de o futuro Pri-

Continua na pág. 20

Escreve a "Stem"

SPINOLA TEM APOIO INTERNO PARA UM GOLPE

(Pág. 2)

Nacional

Política de A a Z

OITENTA E DOIS

Lemos nas gazetas que sobe a oitenta e dois o número de membros do Governo. Nalguma coisa tínhamos que ser o espanto das nações: termos um «Governo Provisório» com oitenta e dois membros repartidos por três categorias: ministros, secretários de Estado, subsecretários de Estado. E a estes oitenta e dois ministros e subministros correspondem uma legião flutuante de chefes de gabinete, adjuntos, secretários, assessores. Ainda não iam nos oitenta e dois, e um semanário indiscreto lançou-se ao trabalho de fazer as contas. Quanto custa ao País esta administração central, esta governação com «eleições à vista», suspensa da corda bamba eleitoral? Um dinheirão. Mas é um motivo de orgulho nacional: OITENTA E DOIS ministros e subministros. Estamos, em matéria quantitativa, bem colocados em relação à Europa. OITENTA E DOIS membros no «VI Governo Provisório»! É um espanto (e uma ineficiência)!

CONFLITOS DE COMPETÊNCIA

Na entrevista que concedeu a Alberto Arons de Carvalho, o ministro Lopes Cardoso levantou, uma vez mais, o problema da interferência das áreas de competência do Ministério da Agricultura e do Ministério do Comércio Interno. O caso da batata de semente trouxe a questão para o domínio público com relevo e escândalo. Mas é apenas um aspecto particular de um problema global: a desorganização de uma administração extremamente centralizada e ao mesmo tempo dispersa por vários sectores ministeriais ou por diferentes estruturas burocráticas do mesmo Ministério. De um lado a Agricultura, de outro lado a comercialização dos produtos agrícolas, de outro lado ainda a indústria transformadora dos produtos agrícolas. Torna-se, portanto, impossível uma gestão planeada da economia agrícola e os «políticos» podem fazer as suas guerras de «partido» e «eleitorais». O que levou o eng. Lopes Cardoso a afirmar: «A actuação deste Ministério não é ditada por razões eleitorais. Se houvesse esse tipo de critério, não teríamos assumido o cargo de ministro da Agricultura. Tínhamos antes reivindicado as pastas mais quentes, deixando a 'batata quente' para os outros partidos».

Não estamos perante um caso singular. As interferências entre a Agricultura e o Comércio Interno não constituem a única «zona quente» na nossa administração central. Na medida em que a concepção de um «governo de campanha» foi comprometida por considerações sectárias e eleitoralistas, em vez de uma verdadeira equipa operacional, temos um Governo que apresenta reais dificuldades para assumir, colectivamente, as responsabilidades políticas da governação pública e que oferece, no funcionamento e na expressão política, a complexa imagem de uma complexa estrutura de «feudalismo tecnocrático».

OS INTERMEDIÁRIOS NO COMÉRCIO DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS

Cooperativas e unidades colectivas de produção têm procurado colocar os seus produtos directamente, trazendo-os ao alcance do consumidor, sem se submeterem à rede dos intermediários. Depende também, da criação de sistemas de distribuição e de comercialização dos produtos agrícolas, a vitória da Reforma Agrária. As populações urbanas ganham, dia-a-dia, uma maior consciência da necessidade de diminuir as redes de intermediários e de adoptarem sistemas de defesa dos consumidores. Renova-se o interesse pelas cooperativas. Os problemas são discutidos. Num colóquio sobre o aumento do custo de vida, os assistentes apontaram os intermediários como responsáveis pelo agravamento especulativo dos preços. Os produtos agrícolas são sujeitos a um tráfico que os faz passar por quatro ou cinco intermediários antes de chegarem ao consumidor. O preço de venda em Lisboa dos produtos agrícolas, no retalhista, é, muitas vezes, dez vezes superior ao que é pago ao produtor. Este problema tem que ser resolvido. Para bem do produtor agrícola. Para bem do consumidor.

TURISMO E GUERRA CIVIL

António Ribeiro de Spínola, ex-presidente, -general, ex-escritor, viaja pelas Américas e pela Europa, sonhando, preparando uma desforra. António Spínola não soube ganhar. E, também, não sabe perder.

De quando em quando, na Imprensa, é título, é notícia. E vive, assim, uma triste, trágica celebridade: a de ser um homem que teve um papel na libertação de Portugal e que não soube — ou não quis — ser um soldado da Liberdade. António de Spínola foi uma vítima de um certo autoritarismo militar, de uma certa espionagem de salão, de um certo capitalismo incapaz de aceitar a perda de privilégios materiais e políticos.

Devemos poupar-nos a celebridade das suas viagens, a inutilidade das suas diligências para adquirir armas, negociar apoios. Aqueles que na Europa pretendem domesticar o ocidentalizar, a Revolução Portuguesa; os que pretendem reduzir os vermelhos cravos de Abril a mal-me-queres bem-me-queres de hesitação e solidariedade mendigada, já não precisam de António de Spínola. Em militar, e em civil, existem alternativas mais seguras para uma «direita» inconvertível à Democracia. A reacção atravessou a «passagem de nível», bem o sabemos. O «terrorismo» é a sua linguagem. Mas a «guerra civil» só poderá interessar-lhe em desespero de «eleições».

GARANTE A "STERN"

Spínola prepara golpe com apoios internos

BONA, 7 — O ex-general Spínola prepara um golpe de Estado em Portugal para os meses de Maio ou Junho, informam telegramas da Reuter e da France Press com base na última edição da revista alemã «Stern», publicada ontem.

De acordo com as informações da revista, o antigo chefe do Estado português deslocou-se em 25 de Março a Dusseldorf, sob o pseudónimo de «general Walter», procurando assegurar o fornecimento de armas ao M. D. L. P., ter-se-ia avistado nessa altura com o jornalista e escritor alemão-ocidental Gunter Walfruff que afirma ter-se infiltrado no movimento spinolista fazendo-se passar por membro de um partido alemão da direita.

Spínola teria confidenciado nessa altura a Walfruff ser seu propósito adquirir 6.000 espingardas e pistolas-metralhadoras, 11 milhões de balas, 10.000 granadas e 350 morteiros.

O antigo chefe de Estado teria igualmente afirmado que a sua organização engloba aproximadamente cem mil membros. Segundo Walfruff, o «leader» do M. D. L. P. considera o Partido Comunista Português como seu principal adversário. «Se um Governo constituído por liberais e socialistas chegar ao Poder após as eleições de 25 de Abril, deverá ser derrubado pela força», teria acrescentado Spínola.

A Revolução comunista deve ser terminada alguma vez pela força — teria dito o general, fazendo um gesto de tesoura com os dedos, segundo escreve a revista.

A «Stern» afirma que o que publicou é a transcrição em alemão de uma conversa gravada entre o jornalista e o ex-presidente a quem foi perguntado como deviam ser expedidas as armas para o novo golpe.

«Ou por mar, para desembarque no Algarve, onde a minha gente tem uma solução

para o problema, ou directamente através do alto-comando das Forças Armadas» — teria respondido.

O Park Hotel de Dusseldorf confirmou que dois ajudantes de Spínola, José Vale de Figueiredo e Luís Oliveira Dias, permaneceram ali de 14 a 26 de Março.

De acordo com a revista «Stern», os ajudantes entregaram a Walfruff a lista das armas pretendidas.

Spínola teria dito ainda que as armas, mais 11 milhões de munições e 10.000 granadas

de Walfruff e da sua assistente, doutora Hella Schlumberger, a chegarem ao aeroporto de Dusseldorf, Spínola levava óculos escuros em vez do seu habitual monóculo e era acompanhado por sua sobrinha, Luisa Campos Coelho.

«Era incrível e na verdade embaraçoso ver como um homem culto pode ser tão facilmente enganado» — comentou o dr. Heinnecke. Acrescentou que Walfruff levava escondido na algibeira um mini-gravador com o qual registou toda a conversa.

cionais.»

A «Stern» contou que os dois ajudantes do ex-general que assistiram às falsas negociações, disseram ao jornalista que o seu «putsch» estava previsto para Maio ou Junho, o mais tardar.

Walfruff afirmou ter estabelecido contacto inicialmente com o M. D. L. P. na cidade de Braga, onde se fez passar por membro de um partido irmão e simpatizante da Alemanha Ocidental sob o nome falso de «Hans». Não explicou, porém, como conseguiu enganar o M. D. L. P. sobre a sua identidade.

Afirmou ter-lhe sido dito pelos dirigentes do M. D. L. P. que tinham homens de confiança em altos-comandos militares.

O M. D. L. P. declarou-lhe também que mantinha estreitos contactos com o C. D. S., que aprova secretamente os seus objectivos — acrescentou Walfruff.

GOVERNO SUÍÇO EXAMINA O CASO

As actividades do ex-general Spínola, que reside actualmente na Suíça, serão objecto de «exame» e «auditoria» na terça-feira à noite em Genebra, um porta-voz do Departamento Federal (Ministério) da Justiça e Polícia.

O porta-voz do Departamento Federal da Justiça e Polícia, indicou que as autoridades helvéticas vão examinar os factos e gestos do antigo chefe de Estado Português para ver se as indicações contidas no «Stern» são exactas e se justificam estas «medidas».

O ex-general Spínola a residir em Genebra, como turista desde 7 de Fevereiro, recebeu autorização de estadia por três meses na Suíça, com a condição de não exercer nenhuma actividade política.



Gunter Walfruff: uma armadilha de mestre



Spínola: a ingenuidade do golpista

de mão podiam também ser transportadas de avião, consignadas às Forças Armadas ou à Guarda Nacional. «Depois vamos a eles» — teria acrescentado com uma gargalhada.

CONTACTOS COM O C. D. S.

A revista publicou fotografias do ex-presidente ao lado

O advogado relatou que o encontro decorreu no elegante restaurante Schnellenburg, nos arredores de Dusseldorf. Entre o «champagne» e a vitela, Spínola gabou-se de que o M. D. L. P. tinha mais de 100.000 homens disponíveis e confidenciou: «A missão do nosso movimento no campo militar é a aniquilação das brigadas interna-

Condenado na Boa Hora por injúrias ao Primeiro-Ministro

Um homem compareceu ontem de manhã no banco dos réus do 1.º Juízo Criminal da Boa Hora para responder por quatro crimes: dois por desobediência aos agentes da autoridade, um por injúrias contra os agentes da autoridade e outro por injúrias contra o Primeiro-Ministro. A acusação pretendia que ele, Horácio Alberto Sá, 26 anos, trabalhador marítimo, dissera que o almirante Pinheiro de Azevedo «lhe devia 200 contos» e que os polícias esses, eram «gulosos».

A sentença viria a ser lida à tarde. O réu foi condenado em seis meses de prisão, substituída por dinheiro à razão de 20\$00 por dia e uma multa no mesmo valor. O tribunal consi-

derou não provados os três primeiros crimes, mas admitiu que o Horácio tinha injuriado o chefe do Governo. Por este crime a pena poderia ir de seis meses a dois anos de cadeia. Foram, contudo, consideradas algumas atenuantes: o réu era primário, desempregado, com família a seu cargo. Foi-lhe aplicada, por isso, a pena mínima.

O JULGAMENTO

O réu não apresentou testemunhas de defesa porque disse — por altura do incidente — «deram-me socos no estômago e não me deixaram tirar testemunhas». A agressão partira de agentes da P. S. P. — ga-

rantiu.

As coisas passaram-se em Dezembro do ano passado. O Horácio, cuja profissão é empregado de mesa de bordo, encontrava-se há vários meses desempregado e decidira-se a ganhar a vida vendendo fruta numa forgoneta. Só que o local escolhido era interdito pela Câmara Municipal, à venda de géneros alimentícios. No mesmo sítio outros vendedores ambulantes faziam o seu negócio, mas nenhum deles voltado para os produtos alimentares. O Horácio transgredia.

A determinada altura sequestrou-se a confusão. Um dos vendedores passou a discutir com o Horácio, que não podia ali estar e, palavra puxa palavra, o ex-empregado de mesa pediu à sua companheira que chamasse a Polícia. Esta apareceu no local, mas para dizer ao homem que se devia retirar. O réu acabou por sair, mas voltou. Queria ser esclarecido. Discutiu, indignou-se, barafustou.

Os agentes da autoridade apresentam a sua versão ao Tribunal: o Horácio tinha chamado gatuão ao senhor Primei-

ro-Ministro e dissera que o almirante Pinheiro de Azevedo lhe devia 200 contos. Dissera mais: que eles, polícias, o deixariam vender no local se porventura lhes desse uma caixa de fruta... Por último os agentes da autoridade (desfilaram cinco testemunhas, um sub-chefe e quatro guardas da P. S. P.) contaram que o réu lhes chamara «gulosos». Que queriam a sua fruta.

O réu negou. Concretamente sobre as palavras injuriosas contra o Primeiro-Ministro disse o Horácio:

«Como é que eu podia ofender uma pessoa que só conheço pelo nome e pela Televisão? Só lá estava há meia dúzia de dias... Não tenho nada contra ele...»



Pornografia já tem lei

Foi publicado no «Diário do Governo», I Série, nº 83, o Decreto-Lei nº 254/76 que estabelece medidas relativas à publicação e comercialização de objectos e meios de comunicação social de conteúdo pornográfico.

A nova lei, aprovada em

Conselho de Ministros como oportunamente noticiamos, é dimanada do Ministério da Comunicação Social, e aos processos correspondentes aos delitos previstos ao diploma são aplicadas as regras processuais de Lei de Imprensa, com as alterações introduzidas por um decreto de 9 de Março.

post scriptum

Sujidade nas ruas de Lisboa

Lisboa das sete colinas é uma das mais lindas da Europa, dos 24 países que já tive o grato prazer de visitar, e de umas dezenas de cidades percorridas de lés-a-lés, Lisboa não fica nada a dever-lhes em beleza e encanto mas... E... há sempre um mas... E assim, temos de constatar que em limpeza e arranjo muitas outras cidades lhe levam a palma.

De uns tempos a esta data, as ruas desta linda cidade de Lisboa andam muito precisadas de água, ou melhor dizendo, que os serviços camarários tenham o material próprio para as regar e limpar. No Inverno ainda vem uma ou outra chuvada copiosa que tudo ou quase tudo limpa mas no Verão, assim não sucede e aproximando-se a época do calor, se não forem tomadas as devidas preocupações, corre-se o risco de uma epidemia e olhem que não exagero.

Bom seja que alguns dos 81 membros do Governo se dessem ao cuidado de descer dos seus belos automóveis e calcurrear as ruas desta cidade de Lisboa para se aperceberem da gravidade do que acima acabo de apontar. Se eu fosse deputado perguntaria: Há quanto tempo se não lavam as ruas de Lisboa? E queremos nós fomentar o Turismo!... Que ideia fazemos, nós, das pessoas que habitam uma casa suja e desarrumada? Pois é essa a ideia que farão de nós os estrangeiros que nos vierem visitar na época turística que se aproxima.

E o cidadão lisboeta já se deu conta da camada de sujidade que têm as artérias desta capital?

Daqui lanço um apelo ao Conselho da Revolução, ao Ministério do Equipamento Social e Ambiente, à Câmara Municipal de Lisboa e aos próprios habitantes, colaborando e não sujando as ruas, para que não deixem ao abandono um problema que muito pode contribuir para o saneamento desta nossa Lisboa.

Manuel F. Branco de Seno — LISBOA

De homem a mito

Durante uma crise governamental, é eleito o sr. X como presidente de... Observa, actua e no entanto lá estão os oponentes, os indecisos, enfim a... Nesse tempo é a sua faceta de homem que realiza a sua outra faceta — o idealismo — e vai conseguindo, gradualmente. No entanto, a onda continua a levantar-se: admirado, criticado; criticado, admirado.

E o homem vai-se cansando, cansando. Até que... e há o confronto. Frente a frente, lado a lado, os homens lutam por qualquer coisa. Que irá servir a quem? O quê? Será que alguém irá beneficiar esse ódio? E de duvidar.

E os vencidos... o que acontecerá aos vencidos? Provavelmente postos a um canto como trapo velho que já não serve para nada! E aquele homem? Aquele que acabou por se cansar só de pensar na sorte dos outros? Esse... será ainda lembrado por algum tempo. Aclamado, reivindicado! Mas de que servirá gritar? Esse homem que tanto lutou não irá mais estar dentro das pessoas como homem, mas sim como mito. E a partir daí ele continuará a ser o mesmo homem ou transformar-se-á num verdadeiro mito?

A pergunta fica no ar, para quem souber responder.

Ema Esteves — LISBOA

Haja o que houver,

a Reforma Agrária prosseguirá

Eram 16 horas e 40 minutos do dia 1 de Abril de 1976. Após longa viagem de trabalho pelo Alentejo descansava eu junto de uma fonte situada próxima da estrada que liga a vila do Couço à vila de Mora, local que, divide o Ribatejo do Alentejo.

Quando, saciada a sede, reparo que deslizavam em boa velocidade meia dúzia de chaimites. Fico bastante satisfeito quando vejo os soldados acenando e lançando beijos aos camponeses e camponesas que a essa hora preparavam as terras para as sementeiras do arroz e do tomate.

Sabendo eu que actualmente o avanço dos agrários se situa nessa zona tampão do Ribatejo para o Alentejo, as saudações dos soldados deixaram-me comovido.

Mas os camponeses ribatejanos e alentejanos sabem melhor do que ninguém, que as garras da reacção, quer latifundiária quer industrial, tentam cravar as unhas nas conquistas dos trabalhadores agrícolas e aniquilar a reforma agrária, que será o mesmo que aniquilar a democracia em Portugal.

Assim não estranhei, quando poucos quilómetros andados, visse os trabalhadores da região, — que a essa hora não se encontravam no cinema ou nas esplanadas dos cafés, mas sim cavando a terra que há-de dar de comer ao Povo Português, — após a passagem dos chaimites, convergirem às centenas para a estrada, para se necessário defenderem o que pela força lhes podiam retirar, ou seja, entregarem aos agrários o que eles há longos meses e com imensos sacrifícios vêm trabalhando para que ao nosso país não falte o pão para todos.

Não sei o destino dos chaimites, como não sei a sua missão, mas as saudações calorosas dos militares aos seus irmãos de trabalho e a determinação desses homens e mulheres em defesa daquilo que lhes pertence, fez com que me dessem a certeza que, haja o que houver, a Agrária em Portugal terá o destino e continuidade que os trabalhadores quiserem.

José Ventura — LISBOA

BRASIL

INTIMIDAR A OPOSIÇÃO

A destituição de um terceiro deputado, Lysaneas Maciel, na semana passada, agravou a tensão entre o regime do general Ernesto Geisel e o Movimento Democrático Brasileiro, o único partido oposicionista legalizado. Charles Vanhecke escreve de Brasília acerca dos antecedentes imediatos da crise e do significado das novas cassações de mandatos de deputados.

BRASÍLIA — O regime militar é duro para com o povo mas conciliatório no que diz respeito ao poder económico... Estamos num regime de força, não num regime revolucionário. Estamos dominados por uma aristocracia de uniforme... Chegou a hora de pôr fim à ditadura... A queda do regime é certa, queda por podridão, queda por corrupção...

Por terem dito estas palavras no decurso de uma reunião eleitoral uma pequena cidade do Rio Grande do Sul, a 21 de Março, dois deputados da região, Nadir Rossetti e Amauri Muller, filiados no Movimento Democrático Brasileiro (M.D.B.), na oposição foram privados dos seus mandatos parlamentares e perderam os direitos cívicos por dez anos. A decisão foi tomada a 29 de Março pelo presidente Geisel que, em dois anos de Governo, utilizou directa ou indirectamente o mesmo processo, com mais três parlamentares do M.D.B., um deles por ter «ofendido» num discurso o general Pinochet, os outros dois por terem denunciado os métodos de tortura praticados em São Paulo. Um senador governamental também perdeu o mandato, mas este devido a um caso de corrupção.

O Governo justificou a sua decisão afirmando que os dois deputados do Sul tinham «ofendido gravemente o Governo, as Forças Armadas e a revolução». O que motivou a me-

diat presidencial parece ter sido principalmente as considerações sobre a «aristocracia de uniforme». «As Forças Armadas têm de continuar a ser uma instituição inatacável», diz-se em Brasília nos meios próximos do poder.

Foi sob a iniciativa do comandante do III Exército, com base no Sul, e após consulta ao Conselho de Segurança Nacional — nem mais nem menos — que simples discursos eleitorais provocaram nova prova de arbitrariedade por parte do chefe do Estado, que assim arrouba um pouco mais o projecto da liberalização política atribuído ao Governo Geisel.

Não é a primeira vez que o regime é publicamente acusado de corrupção, de connivência entre as Forças Armadas e o poder económico. Para além da cassação dos dois mandatos parlamentares, adivinham-se pois intenções políticas que ultrapassam largamente a irritação manifestada por alguns meios militares. Com efeito, o Brasil encontra-se em semi-campanha eleitoral: as eleições parlamentares ainda devem ser feitas por sufrágio universal. Portanto, a ocasião é boa para os dois partidos criados pelo regime militar. Um deles pode valorizar os êxitos da «revolução», o outro insistir nas suas injustiças e violências.

O M.D.B. teve êxito nas últimas eleições parlamentares, em 1974. Tudo indica que tem

boas possibilidades de fazer eleger vários governadores civis e conselheiros municipais, sobretudo em cidades de certa importância — portanto de demonstrar, uma vez mais, apesar do carácter local do escrutínio — a impopularidade da «revolução». A recrudescência da inflação (quase 10 por cento durante, os dois primeiros meses), será sem dúvida, um dos seus melhores «agentes eleitorais». Ela dará ocasião à denúncia das injustiças de um «modelo» de crescimento que favorece os grandes lucros e prejudica aqueles que estão submetidos a duras limitações salariais. A campanha anuncia-se, portanto, quente e os seus resultados desmoralizadores para o Governo actual. Muitos comentadores já afirmaram que o regime não poderia tolerar uma nova reprovação vinda das urnas.

Quem duvida de que as duas cassações decididas a 29 de Março são uma medida de intimidação eleitoral? Um deputado governamental, Herbert Levy, afirmou, no Congresso a 30 de Março, que se tratava de uma precaução destinada a evitar toda e qualquer radicalização da campanha já começada portanto, destinada a assegurar o bom desenvolvimento dessa manifestação democrática por excelência que é uma consulta por sufrágio universal. A oposição tem, evidentemente, outra linguagem.

O seu líder na Câmara dos Deputados, Laerte Vieira, não teve grande dificuldade em demonstrar a contradição que uma vez mais havia entre as intenções proclamadas pelo Governo de Geisel, e os seus actos.

No seio do M.D.B. são muitos os que pensam que o regime, mergulhado numa crise económica e social dificilmente ul-

CHARLES VANHECKE

trapassável, tenta por todos os meios limitar as suas consequências políticas: mantem o calendário eleitoral a fim de conservar uma fachada legalista, mas intimida a oposição, manda prender os seus militantes ou cassa os efeitos mais contestatários. De resto, nada assegura que, em caso de crise grave, o calendário eleitoral, hoje mantido, não seja amanhã reporto em questão.

A reacção da oposição foi veemente. **Opressão, violência e arbitrariedade:** é assim que um deputado do Rio de Janeiro, Lysaneas Maciel, qualificou o clima que reina no país. E acrescentou: «**Habitámo-nos ao desaparecimento dos brasileiros, à sua tortura, à morte de homens que não aceitaram a injustiça e que puseram as suas vidas ao serviço dos compatriotas... Não temos a coragem de criticar os militares que encontramos em toda a administração pública e privada. Assistimos, sem dizer palavra, à pilhagem das nossas riquezas naturais, à exploração dos trabalhadores, ao enriquecimento dos mais ricos, à corrupção generalizada.**»

O discurso de Lysaneas Maciel mostra bem o estado de espírito de grande parte da oposição. A contradição entre as intenções e os factos, manifesta-se noutro domínio: a censura. Apesar de muitas promessas, esta foi mantida em vários semanários, principalmente os melhores: **Veja, Movimento e Opinião**. Recentemente, o ministro da Justiça, Armando Falcão, caía no ridículo mandando retirar das livrarias o **Sexus**, de Henry Miller, até então vendido livremente, e proibindo a retransmissão televisiva de um espectáculo dos ballets do Teatro Bolchoi.

(C) Le Monde

ARGENTINA

LINHA LANUSSE, LINHA PINOCHET

(EXCLUSIVO INTERPRESS)

Um ar sério. Maduro. Ninguém dirá que é um universitário. Magro, olhos azuis. Nome. Jorge Cafulcura. É um dos dirigentes da organização argentina designada por «Montoneros». Algumas horas no México. Em trânsito, pode dizer-se. Destino: a Argentina, sua pátria. Objectivo: «Lutar pelo meu povo». Uma entrevista, pois. Ei-la:

«Em quase todos os países latino-americanos, onde se tentou um movimento guerrilheiro, esse movimento fracassou quase sempre. Porque razões pensas tu que há condições na Argentina para enfrentar o regime em vigor através de um movimento constituído por guerrilheiros?»

«Os Montoneros existem no seio das massas operárias. Não estamos isolados. Esta diferença entre o nosso movimento e os dos outros movimentos de guerrilha latino-americanos.»

«Há quem afirme que os Montoneros procedem, principalmente, da classe universitária e que os operários se encontram marginalizados. Que dizes a isto?»

«É falso. Fazemos parte das massas operárias. O inimigo fala de guerrilha industrial. Isto é: já se deu conta da resis-

tência organizada dos operários. Ora nessa resistência encontra-se precisamente a nossa organização e outros grupos de esquerda. No dia 26 de Julho de 1975, seis mil militantes da organização «Montoneros» fizeram sentir a sua presença em Buenos Aires. Nos dois últimos meses colocámos duas bombas no bunker do Comando das Forças Armadas. Certamente que não se vai pensar que tais acções foram praticadas sem o apoio das massas operárias... Não se trata, em suma, de puras acções românticas levadas a cabo por um grupo de jovens universitários.»

«Vocês dizem que são peronistas. Mas Perón, logo no começo do seu Governo, afirmou que existia uma grande diferença ideológica entre ele e vocês. Como explica tu esta adesão a um leader que afirmava nada ter convosco?»

«Perón foi o grande impulsor das organizações armadas peronistas desde o exílio. Ele acreditava que para combater a ditadura haveria que empregar todos os métodos, inclusive a luta armada. No entanto, não se apercebeu da estratégia que germinava nas organizações armadas: a guerra popular armada. (...) Pe-

rón era um nacionalista popular, que em 1945 foi o alto exemplo de uma experiência progressista. Em 1973 tinha sido suplantado. De novo desejou a aliança de sectores do Exército, dos empresários e dos operários. Mas... desde a década de 70 que o Exército se encontrava **pentagonizado**. Os dirigentes operários, que em 45 eram representativos, em 73 não passavam de meros burocratas — e os empresários, esses, então, aceitavam os monopólios estrangeiros. O plano de Perón, válido numa época, já não o era presentemente...»

«Mas o justicialismo defendia em 1973 o socialismo nacional como alternativa para a Argentina...»

«Em 1965, Perón, lançou efectivamente a ideia do socialismo nacional, apesar da cerada oposição da burocracia sindical. Mas essa atitude não passou, na verdade, de uma ideia. Manteve-se sempre como um nacionalista popular, apegado ao esquema de 1945. Com a morte de Perón morreu semelhante esquema peronista. Agora — existe o peronismo revolucionário, cujas bases se sobrepõem à burocracia sindical, acontecendo ainda que as organizações político-milita-

res atacam o sistema por todos os lados.»

«Os Montoneros podem definir-se como uma organização marxista-leninista?»

«O método de análise que adoptamos é o marxista-leninista. Porém, como diz Firmenich (dirigente máximo dos Montoneros), preferimos ser marxistas-leninistas na prática e não somente na definição.»

«Os militares argentinos durante 18 anos não puderam governar devido à oposição do movimento peronista. Entretanto, o Governo ao peronismo — e este Governo, três anos mais tarde, afunda-se na corrupção e na ineficácia. Triunfantes agora os militares...?»

«Não. Interessa ter em atenção dois objectivos: o desgaste do peronismo oficial. Na verdade, presenciamos um peronismo oficial que recorreu aos militares para fazer frente às lutas populares. Depois — os militares reconquistam o Governo, porque tinham o poder e o peronismo oficial mostrava-se incapaz de lhes fazer frente. Ora — que vão os militares fazer com este Governo? Nem sequer têm um projecto...»

Continua na pág. 4

CAMBISTA TESTA

CAMBIOS

LOTARIAS

TOTOBOLA

Se quer festa
jogue no TESTA

74, Rua do Arsenal, 78 — Lisboa-2



SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE LISBOA

Sede: Avenida da República, 27-29 — Telef. 57 40 73
LISBOA

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os trabalhadores do Sector de Importadores de Material Electrónico e Armazenistas de Materiais de Construção para uma reunião a realizar no dia 7, quarta-feira, às 21 horas, na sede deste Sindicato — Av. da República, 31, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

1. Apreciação da proposta a ser apresentada ao patronato.

Lisboa, 2 de Abril de 1976

Pela DIRECÇÃO

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

SERVIÇO DE BELAS-ARTES Bolsas de Estudo de Especialização para o País e Estrangeiro

De 22 de Março a 22 de Abril de 1976, estará aberta a inscrição para atribuição de bolsas de estudo de especialização, no País e no estrangeiro, para o ano lectivo de 1976/77, nos diversos domínios abrangidos pela actividade do Serviço de Belas-Artes, nomeadamente Estética, História e Crítica da Arte, Arqueologia, Arquitectura e Urbanismo, Artes Visuais, Cinema, Teatro, Museologia e Conservação.

Estas bolsas destinam-se especialmente à frequência de cursos de pós-graduação no estrangeiro e à realização de estágios de aperfeiçoamento, no país ou no estrangeiro.

CONDIÇÕES BÁSICAS DO CONCURSO

- 1) Podem concorrer a bolsas de estudo de especialização os diplomados e também as pessoas que, não sendo diplomadas, exerçam actividade profissional em qualquer dos sectores ou domínios para que o concurso é aberto.
- 2) O número de bolsas de estudo a conceder será determinado pelas disponibilidades financeiras para o efeito e pelos encargos decorrentes da respectiva atribuição.
- 3) Será dada preferência aos pedidos cuja finalidade for considerada de maior interesse para o País.
- 4) Durante o prazo em que decorrer o concurso, os candidatos deverão dirigir-se directamente ao Serviço de Recepção da Fundação Calouste Gulbenkian — Avenida de Berna, em Lisboa — ou, por escrito, ao Serviço de Belas-Artes da mesma Fundação, para o efeito de obterem o boletim de inscrição, acompanhado de um exemplar do respectivo Regulamento.
- 5) Os boletins de inscrição que não dêem efectivamente entrada na Fundação até às 17.30 horas do dia 22 de Abril de 1976 não poderão ser considerados.

Nota: — Os períodos de inscrição para bolsas destinadas à frequência no País, durante o ano lectivo de 1976/77, dos Cursos Superiores de Formação Artística, bem como para Subsídios de Investigação no País e no estrangeiro, serão oportunamente anunciados.

Nacional

SINDICATO DOS JORNALISTAS

Assembleia censurou corpos gerentes

A direcção e a mesa da assembleia geral do Sindicato dos Jornalistas foram ontem censurados pelos sócios que se deslocaram à sede da organização a fim de discutirem o relatório referente ao período compreendido entre 13 de Agosto de 75 e 28 de Fevereiro do 76.

Censurados (Direcção e Mesa da Assembleia Geral) por não terem comparecido a horas para a realização da assembleia, marcada para as 14 e 30. Cerca de uma hora depois chegavam ali dois elemen-

tos dos corpos gerentes — um da Assembleia Geral e dois outros da Direcção.

Dos dois membros da Direcção, um deles tinha regressado de férias e confessou não estar apto a pronunciar-se sobre a matéria que iria ser discutida.

Em resumo: aprovada uma moção de censura pelo desrespeito que os corpos gerentes (mais uma vez) manifestaram pela classe.

A assembleia foi adiada para a próxima terça-feira.

Povo de Peniche

contra central nuclear

A Comissão de Apoio à Luta Contra a Ameaça Nuclear enviou ao Primeiro-Ministro um telegrama e um texto-carta, em que reivindica um debate a nível nacional sobre as vantagens e desvantagens da construção de uma central nuclear, projectada para os arredores de Peniche.

A CALCAN afirma no texto-carta que «apesar da falta de debate e esclarecimento acerca de construção da central nuclear, o povo do concelho de Peniche veio progressivamente e aperceber-se que aquilo que supunha ser apenas um projecto, rapidamente pode passar a realidade».

Também os alunos da Escola

Industrial e Comercial de Peniche enviaram ontem, uma moção, aprovada por unanimidade em reunião geral, ao Conselho da Revolução e ao Primeiro-Ministro, exigindo o cancelamento do concurso público para a construção da central nuclear.

Numa mesa redonda realizada recentemente pelo «Núcleo de Évora do Movimento Ecológico Português», em que o convidado especial foi o Município de Peniche, foi citada a opinião de um especialista americano em centrais nucleares: «Tenho hoje a convicção que a indústria nuclear, tal como as armas dessa mesma proveniência, ameaçam o futuro da vida sobre a terra».

Linha Lanusse, linha Pinochet

Continuação da pág. 3

«O pinochetismo triunfou na Argentina?»

«Cada golpe de Estado tem as suas particularidades. Não há dois golpes de Estado iguais. Este último, com o general Videla à frente, ajusta-se às condições específicas da Argentina. Além disso, é óbvio que a ditadura argentina se integra na estratégia capitalista. Há duas facções no Exército. A primeira representada por Videla, com base na política lanussista, ajustada às condições de 1976; e a segunda, representada por Mendendez, tem características pinochetistas... As duas facções têm o mesmo objectivo, mas a primeira é mais inteligente e considera que para derrotar o inimigo não basta arremeter contra ele — e sim que é preciso dominar a arte da política. E, em suma, a mais realista. No entanto, não quero dizer que não haja repressão. Até porque nos últimos anos a repressão foi muito forte na Argentina. A partir deste momento, essa repressão intensificar-se-á contra as organizações operárias de base e contra as organizações político-militares. Intensificar-se-á e terá um carácter selectivo.»

«Qual, na verdade, a alternativa na Argentina?»

«A nossa tarefa imediata é preencher o vazio político criado pela dissolução dos partidos políticos e dos sindicatos. Mais que militar, o nosso trabalho será um trabalho político, uma vez que se torna necessário consolidar e ampliar a retaguarda. É provável que nos próximos meses ocorra um salto qualitativo na luta armada da nossa organização. Sem dúvida que a repressão nos causará baixas. Mas os militares sabem — porque governaram durante 18 anos sem possibilidade de conter o movi-

mento operário — que se tornarão necessárias operações militares cada vez de maior envergadura para enfrentar as fábricas e outros centros de trabalho. Nós, Montoneros, temos seis anos de luta armada activíssima. Essa luta não vai agora estagnar. Mesmo que a pena de morte pese sobre nós... Enfim — seguiremos sempre em frente até à constituição de uma grande Frente de Libertação Nacional.»

Adiado julgamento de "O Diário"



Miguel Urbano Rodrigues (à esquerda) com alguns co-réus do processo

«O Diário», réu nos bancos da Boa Hora, não chegou ontem a ser ouvido. O juiz, dr. Costa Marques, adiou o julgamento para o próximo dia 26.

Miguel Urbano Rodrigues, director daquele jornal, sentou-se no banco dos réus às 10 horas, acompanhado por sete membros da direcção do Sindicato da Construção Civil. Motivo da ida ao tribunal: o ministro do Trabalho, Tomás Rosa considerou ofensivos os termos de um anúncio daquele sindicato publicado no matutino acima mencionado.

Porque motivo foi adiado o julgamento?

O julgamento foi adiado porque o referido anúncio foi publicado (no mês de Janeiro) em dois jornais: «O Diário» e «O Século». E acontece, então, que enquanto o primeiro vai a julgamento (4.º Juízo Correccional) com o director, o segundo vai a julgamento (7.º Juízo Correccional) sem o director (naquele momento o comodoro Eduardo Scarlatti).

Assim sendo, entendeu o juiz adiar o julgamento para estudo da questão. A decisão caiu muito bem — e os trabalhadores da Construção Civil saíram da Boa Hora cantando o «Venceremos».

AMARO DA COSTA EM AVEIRO "Sempre nos afirmámos não-socialistas"

«Votámos contra a Constituição porque sempre nos afirmámos como um partido não socialista» — afirmou Adelino Amaro da Costa ontem, em Aveiro, num encontro de dirigentes do C.D.S. com representantes dos órgãos de informação num hotel desta cidade. — «No entanto — acrescentou Amaro da Costa — comprometemo-nos a respeitá-la e a cumpri-la.»

O segundo nome do C.D.S. referiu-se a dois partidos concorrentes: o P.P.D. e o P.D.C. Sobre o primeiro: «afirma-se socialista porque tem vergonha de se dizer centrista, que é co-

mo sempre se tem mostrado na prática» — disse. Sobre o segundo: classificou certas afirmações de dirigentes democratas portugueses como «idiotices».

Um dirigente local do C.D.S. presente no encontro, Mário Gaioso, referiu-se às eleições e à «opção que se nos põe»: «por mais que se pretenda encobri-la, ela é bem clara: ou se prefere o socialismo em que temos vivido nos dois últimos anos e vota-se no P.C.P., no P.S. ou no P.P.D. — ou escolhe-se o centrismo que o C.D.S. representa». Mário Gaioso, ainda: «Nenhum partido obterá a maioria absoluta».

PUB

Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito de Lisboa

CONVOCATÓRIA

Convocam-se os Camaradas Delegados Sindicais para um Plenário a realizar na próxima quinta-feira dia 8 de Abril pelas 20.30 horas, no Instituto Superior Técnico, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Encontro de Delegados Sindicais e Comissões de Trabalhadores do Distrito de Lisboa
2. Informação sobre o C.C.T. da Metalurgia
3. Informação sobre as conclusões do Encontro Nacional da Previdência.

NOTA: É necessária a apresentação do cartão de Delegado Sindical

Lisboa, 5 de Abril de 1976

P'la Direcção

AFONSO DIAS NA AMADORA

"As massas populares têm a sua própria alternativa"

«As massas populares têm a sua própria alternativa e é por ela que devemos lutar afinadamente» — afirmou Afonso Dias, ex-deputado pela U.D.P. à Assembleia Constituinte, falando ontem à noite na Amadora no decurso de um comício de propaganda eleitoral do seu partido. Afonso Dias concretizou o objecto da luta: «por um Governo antifascista e patriota, pelo objectivo imediato a que milhões de homens e mulheres do nosso povo, de Norte a Sul do País, aspiram neste momento... É a única alternativa revolucionária para a actual situação política.»

Antes, o ex-constituente caracterizara a actual situação política por um ascenso visível das forças de direita, que «ganharam força com a libertação de centenas de pides e deze-

nas de responsáveis pelo regime anterior — disse. Formou-se a C.A.P., cresceu a arrogância dos reaccionários e fascistas do P.P.D., C.D.S. e P.D.C., e a imprensa venenosa inundou as bancas dos jornais, as acções do E.L.P., M.D.L.P. passaram a desenvolver-se com mais a vontade.» Criticou o Governo e o Conselho da Revolução pela sua actuação ou não actuação perante «esta escalada». Noutro passo criticaria igualmente o P.S. e o P.C.P.

Falaram, além de Afonso Dias, José Mário Branco, Manuel Monteiro e Mário Brochado Coelho. Falou-se da morte de Maximino de Sousa e Maria de Lurdes Pereira, da U.D.P. vítimas de um atentado à bomba na noite de sexta para sábado da semana passada.

L.C.I. NO LARANJEIRO

Apelo ao P.S. e P.C.P.

A necessidade de unificação das classes trabalhadoras, em especial a classe operária, foi um dos temas prioritários na sessão de propaganda eleitoral que a L.C.I., Liga Comunista Internacionalista, levou a efeito ontem à noite no Clube Recreativo do Laranjeiro. Só a unificação da classe operária e dos trabalhadores pode resolver a crise económica e social que fundamentalmente caracteriza a actual situação portuguesa. A unificação, todavia, deve concretizar-se num plano — salientou um dos oradores. E apontou para a necessidade de se realizar um Congresso dos Sindicatos que transforme a Intersindical numa central única de trabalhadores integrados todos os sindicatos. Neste congresso teriam intervenção activa as comissões de trabalhadores. E perante ele responderia responsabilmente um Governo de representação operária e camponesa.

Durante a sessão foi tocado um dos temas mais pertinentes para a esquerda neste momento em Portugal: as relações en-

tre comunistas e socialistas. A posição da L.C.I. aponta para a necessidade de P.S. e P.C.P. se unirem num movimento capaz de anular os efeitos politicamente negativos do Pacto M.F.A.-Partidos. P.C.P. e P.S. são os maiores partidos da classe operária e só uma estreita articulação entre eles — é a posição da L.C.I. — poderia impedir a preponderância da direita (civil e militar) num futuro Governo.

Foram apontadas as linhas de força do Governo que a L.C.I. elege programaticamente para o Governo em questão, que entende deveria formar-se: a criação dum Banco único do Estado, a Reforma Agrária até mais longe, defesa das nacionalizações, desarmamento do capital e da burguesia, expropriação das empresas ligadas directamente ao comércio externo, constituição de uma empresa única com o encargo do comércio estatal, nacionalização das empresas do comércio, indústria e agricultura; e ruptura com o Pacto Ibérico.

Pouco mais de 100 mil inscritos no estrangeiro

Dependentes do Secretariado Técnico dos Assuntos Políticos e Eleitorais (STAPE) do Ministério da Administração Interna, encontram-se a funcionar, desde o dia 30 de Março, sob a responsabilidade do capitão da Força Aérea José Luís Figueiredo Lopes, os serviços de apoio aos eleitores residentes no estrangeiro.

Os serviços de apoio do STAPE, depois de conferirem os nomes dos cadernos de recenseamento com os que se encontram apostos nos sobrescritos, colocam em cada um deles os seguintes elementos que permitem aos cidadãos portugueses residentes no estrangeiro votar: — um envelope de cor branca, um envelope verde —, um boletim de voto, e um folheto explicativo.

O cidadão eleitor, ao receber estes elementos, deverá inserir o seu boletim de voto no envelope verde e enviar este para a Assembleia de recolha e contagem de votos dos residentes no estrangeiro dentro do sobrescrito branco.

Para que todos os cidadãos portugueses inscritos nos cadernos eleitorais possam votar, os serviços de apoio aos eleitores residentes no estrangeiro expedem diariamente cerca de dez mil envelopes. Esta tarefa prolongar-se-á até ao próximo dia 10 de Abril, data em que se concluirá a expedição dos envelopes contendo os boletins de voto. Os eleitores residentes no estrangeiro deverão então, enviar, por correio aéreo, os seus boletins de voto até ao dia 25 de Abril. O carimbo dos correios locais apostos nos sobrescritos não poderá

Bomba na sede do P.C.P. da Areosa

PORTO, 7 — Por volta das 3 e 15 desta madrugada rebentou um petardo de fraca potência junto à sede do P.C.P. na Areosa, instalada na Rua D. Afonso Henriques 644. Ficou danificada a porta da sede e estilhaçado o vidro da montra de um estabelecimento contíguo, a Electro-Areosa.

No rés-do-chão onde funciona a sede do P.C. está instalada a «Farmácia das Oliveiras». Surpreendentemente, o vidro exterior da montra ficou intacto, já o mesmo não sucedendo com o vidro interior que se estilhaçou.

Ainda a morte do padre Maximino: ensino pára em Vila Real

PORTO, 7 — Enquanto os autores do atentado de que foram vítimas o padre Maximino e a jovem Maria de Lurdes não forem identificados, os professores do Liceu Nacional, Escola Técnica e do ciclo preparatório de Vila Real entraram em greve de zelo que incluirá a não afixação de notas no fim dos períodos. Esta decisão foi tomada pelos docentes daquele estabelecimento de ensino durante uma reunião em que foi aprovada uma moção a dirigir ao Presidente da República, ao C. R., ao M. E. I. C. e à Polícia Judiciária. Esta greve de zelo implica que não seja ministrada qualquer matéria das respectivas disciplinas.

apresentar uma data posterior à atrás indicada. Deste modo, quando em Portugal se efectuarem as eleições para a Assembleia da República (25 de Abril) todos os eleitores residentes no estrangeiro já terão enviado os seus boletins de vo-

to para a assembleia de recolha e contagem de votos dos residentes no estrangeiro.

O número de cidadãos portugueses residentes no estrangeiro inscritos nos cadernos eleitorais não varia muito em relação aos números provi-

sórios já divulgados, ou seja aproximadamente 105.000, distribuídos como é do conhecimento público, por dois círculos eleitorais — Europa e fora da Europa. O número definitivo dos eleitores inscritos será divulgado oportunamente.

POR FALTA DE ASSISTÊNCIA

Malogrado comício

do M.E.S. em Campolide

Por falta de assistência relativamente condigna em número, não chegou a realizar-se um comício do M.E.S., Movimento de Esquerda Socialista, anunciado para ontem à noite nas instalações do Atlético Clube de Campolide, em Lisboa. O anúncio da sessão previa a comparência de Nuno Teotónio Pereira, António Machado, João Cordovil, Castelo Branco e Rui Mouzinho como oradores. À hora marcada era muitíssimo escasso o número dos presentes, pelo que a sessão não se realizou.

Em declarações prestadas a um matutino a propósito do insólito, responsáveis do M.E.S. revelaram-se compreensivos: a população encontra-se pouco

disponível para a participação em sessões políticas — dado o elevado número de tais manifestações diariamente; além disso — é de ter em conta os efeitos negativos da campanha produzida por certas organizações interessadas sobretudo na desmobilização das pessoas para a participação e intervenção políticas.

Muito embora a sessão não se tenha concretizado de acordo com o previsto, os poucos presentes puderam improvisar uma sessão de esclarecimento, com a colaboração de dois militantes da organização que ficaram no local, mesmo depois de verificada a inviabilidade de se realizar o comício.

Retornados

impedem

sessão do P.S.

Retornados das antigas colónias que se encontram alojados em unidades hoteleiras das Termas de Monfortinho impediram ontem militantes do Partido Socialista de realizarem nesta localidade uma sessão de esclarecimento político e propaganda eleitoral.

A notícia chega-nos via ANOP e fala de «insultos e provocações» com que os retornados — em número calculável em meia centena — se mobilizaram contra os militantes socialistas. Estes, acrescenta a notícia só puderam retirar do local graças à ajuda de um retornado que entretanto os protegeu. Os manifestantes voltaram-se então contra o retornado que protegeu os militantes socialistas e agrediram-no com um «instrumento cortante», provocando-lhe ferimentos, de pouca gravidade, todavia.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE LISBOA

Sede: Av. da República, 27-29 — Telef. 57 40 73
— LISBOA —

CONVOCATÓRIA

Convocam-se os delegados sindicais para uma reunião a realizar dia 8, quinta-feira, pelas 21 horas, na sede deste Sindicato, com a seguinte ordem de trabalhos:

— Discussão do anteprojecto do C.C.T.

NOTA.: Os sectores abrangidos por este Contrato são os seguintes: Armazenagem de Mercadorias, Importação e Armazenagem de Batata, Armazenagem e Exportação de Azeite, Comércio e Exportação de Frutas.

Lisboa, 2 de Abril de 1976.

Pela DIRECÇÃO

A. Buter

SOC. DE CRISTAIS, L.A.

25, R. DO ALMADA, 29 - PORTO

Telefs. 21416 e 311057

VIDROS

INSTALAÇÕES ROCHEDO

ESPELHOS

FEUTERA

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS

LISBOA: Rua do Telhal, 8-1.º

Tel. 362508/9

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO E SERVIÇOS DO DISTRITO DE SANTARÉM COMUNICADO

Longa e dura tem sido a luta dos trabalhadores da Previdência pela sua nova Contratação Colectiva de Trabalho, com a qual pretendem acabar de vez com o estatuto fascista que ainda os rege. Muitos têm sido os entraves que têm encontrado por parte do M. A. S., alguns dos quais ainda não conseguiram ultrapassar.

Ao lutar pela sua contratação colectiva, os trabalhadores da Previdência lutam por:

— Reformar as estruturas internas e democratizar as relações de trabalho na Previdência.

— Fazer da Previdência uma organização que garanta uma verdadeira segurança social ao povo português.

— Participar na gestão da Previdência, defendendo solidariamente os interesses e direitos de todos os trabalhadores-beneficiários.

Assim, não pode este Sindicato deixar de mobilizar todos os camaradas, no sentido de:

— Apoiarmos a luta dos trabalhadores da Previdência pela sua Contratação Colectiva de Trabalho.

— Apoiar intransigentemente a Comissão Negociadora dos Trabalhadores da Previdência.

— Repudiar os aumentos que o M. A. S. pretende fazer, superiores a 13 000\$00.

— Repudiar a tabela salarial da contraproposta do M. A. S.

— Repudiar a carreira profissional da contraproposta do M. A. S. e apoiar intransigentemente a dos trabalhadores da Previdência.

— Repudiar todas as Portarias que o M. A. S. fez sair durante a fase das negociações.

Santarém, 2/4/76.

A DIRECÇÃO

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE LISBOA

Sede: Avenida da República, 27-29 — Telef. 57 40 73
LISBOA

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os trabalhadores do Sector de Importadores de Material Electrónico e Armazenistas de Materiais de Construção para uma reunião a realizar no dia 7, quarta-feira, às 21 horas, na sede deste Sindicato — Av. da República, 31, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

1. Apreciação da proposta a ser apresentada ao patronato.

Lisboa, 2 de Abril de 1976

Pela DIRECÇÃO



grande cabeleireiro de senhoras EVA, lda.

manicuras, pedicuras, esteticistas, massagistas, sauna, boutique e um simpático serviço de refeições ligeiras e cafetaria.

É UM CABELEIREIRO PARA AS SENHORAS QUE TÊM POUCO TEMPO E QUE QUEREM GASTAR POUCO DINHEIRO

Pr. Marquês de Pombal, 1 e R. Camilo Castelo Branco, 23
LISBOA

Nacional

MAGISTRADOS E ADVOGADOS ADVERTEM:

Legislação põe em risco a liberdade dos cidadãos durante a instrução do processo

A Associação Sindical dos Magistrados Judiciais Portugueses e a Ordem dos Advogados emitiram um comunicado conjunto em que manifestam preocupação por duas medidas legislativas de dispensa da instrução preparatória e contraditória dos processos-crime, visando a celeridade dos mesmos. Tal legislação, contrariando a anterior, põe em risco as garantias de liberdade e segurança dos cidadãos.

No comunicado, salienta-se que já na 1.ª Constituição da República, de 1911, se definia como um dos direitos inerentes à liberdade e segurança individual que «a instrução dos feitos crimes será contraditória, assegurando aos arguidos, antes e depois da formação de culpa, todas as garantias de defesa», preceito que se manteve na Constituição de 1933 e que se mantém em vigor por força do art.º 1.º da Lei n.º 3/74, de 14 de Maio.

Chama-se depois a atenção para o facto de entre as medi-

das apontadas pelo programa do MFA, a promover a curto prazo pelo Governo Provisório, se contavam «as tendentes a assegurar a independência e a dignificação do Poder Judicial e a dignificação do processo penal «em todas as suas fases». «Por isso mesmo, pelo Decreto-Lei n.º 203/74, de 15 de Maio, ficou expressamente o Governo Provisório adstrito a reformar o processo penal e a rever a legislação referente ao habeas corpus» — prossegue o texto. «Incidentalmente parece de assinalar que a mais destacada medida tomada a curto prazo foi a de negar a providência do habeas corpus aos indivíduos sujeitos ao foro militar...» (Decreto-Lei n.º 398/74, de 28 de Agosto), o que inviabilizou a intervenção do Poder Judicial na quase totalidade das detenções ilegais, feitas com manifesto abuso de poder. O Decreto-Lei n.º 203/74 continua em vigor. Mas é de antecipar que, com a próxima promulgação da nova Constituição, ele venha a ser revogado, pois nela se prevê que o habeas corpus possa ser requerido perante o tribunal comum ou militar, consoante os casos». Evidentemente que esta solução não será perfeita, já que ficará sempre uma ampla margem de discricionariedade na qualificação dos casos sujeitos ao foro militar. Mas não se trata de compreender na presente fase de transição para uma vida democrática normalizada».

Chama-se depois a atenção para o facto de entre as medi-

das apontadas pelo programa do MFA, a promover a curto prazo pelo Governo Provisório, se contavam «as tendentes a assegurar a independência e a dignificação do Poder Judicial e a dignificação do processo penal «em todas as suas fases». «Por isso mesmo, pelo Decreto-Lei n.º 203/74, de 15 de Maio, ficou expressamente o Governo Provisório adstrito a reformar o processo penal e a rever a legislação referente ao habeas corpus» — prossegue o texto. «Incidentalmente parece de assinalar que a mais destacada medida tomada a curto prazo foi a de negar a providência do habeas corpus aos indivíduos sujeitos ao foro militar...» (Decreto-Lei n.º 398/74, de 28 de Agosto), o que inviabilizou a intervenção do Poder Judicial na quase totalidade das detenções ilegais, feitas com manifesto abuso de poder. O Decreto-Lei n.º 203/74 continua em vigor. Mas é de antecipar que, com a próxima promulgação da nova Constituição, ele venha a ser revogado, pois nela se prevê que o habeas corpus possa ser requerido perante o tribunal comum ou militar, consoante os casos». Evidentemente que esta solução não será perfeita, já que ficará sempre uma ampla margem de discricionariedade na qualificação dos casos sujeitos ao foro militar. Mas não se trata de compreender na presente fase de transição para uma vida democrática normalizada».

Chama-se depois a atenção para o facto de entre as medi-

das apontadas pelo programa do MFA, a promover a curto prazo pelo Governo Provisório, se contavam «as tendentes a assegurar a independência e a dignificação do Poder Judicial e a dignificação do processo penal «em todas as suas fases». «Por isso mesmo, pelo Decreto-Lei n.º 203/74, de 15 de Maio, ficou expressamente o Governo Provisório adstrito a reformar o processo penal e a rever a legislação referente ao habeas corpus» — prossegue o texto. «Incidentalmente parece de assinalar que a mais destacada medida tomada a curto prazo foi a de negar a providência do habeas corpus aos indivíduos sujeitos ao foro militar...» (Decreto-Lei n.º 398/74, de 28 de Agosto), o que inviabilizou a intervenção do Poder Judicial na quase totalidade das detenções ilegais, feitas com manifesto abuso de poder. O Decreto-Lei n.º 203/74 continua em vigor. Mas é de antecipar que, com a próxima promulgação da nova Constituição, ele venha a ser revogado, pois nela se prevê que o habeas corpus possa ser requerido perante o tribunal comum ou militar, consoante os casos». Evidentemente que esta solução não será perfeita, já que ficará sempre uma ampla margem de discricionariedade na qualificação dos casos sujeitos ao foro militar. Mas não se trata de compreender na presente fase de transição para uma vida democrática normalizada».

Chama-se depois a atenção para o facto de entre as medi-

das apontadas pelo programa do MFA, a promover a curto prazo pelo Governo Provisório, se contavam «as tendentes a assegurar a independência e a dignificação do Poder Judicial e a dignificação do processo penal «em todas as suas fases». «Por isso mesmo, pelo Decreto-Lei n.º 203/74, de 15 de Maio, ficou expressamente o Governo Provisório adstrito a reformar o processo penal e a rever a legislação referente ao habeas corpus» — prossegue o texto. «Incidentalmente parece de assinalar que a mais destacada medida tomada a curto prazo foi a de negar a providência do habeas corpus aos indivíduos sujeitos ao foro militar...» (Decreto-Lei n.º 398/74, de 28 de Agosto), o que inviabilizou a intervenção do Poder Judicial na quase totalidade das detenções ilegais, feitas com manifesto abuso de poder. O Decreto-Lei n.º 203/74 continua em vigor. Mas é de antecipar que, com a próxima promulgação da nova Constituição, ele venha a ser revogado, pois nela se prevê que o habeas corpus possa ser requerido perante o tribunal comum ou militar, consoante os casos». Evidentemente que esta solução não será perfeita, já que ficará sempre uma ampla margem de discricionariedade na qualificação dos casos sujeitos ao foro militar. Mas não se trata de compreender na presente fase de transição para uma vida democrática normalizada».

Chama-se depois a atenção para o facto de entre as medi-

das apontadas pelo programa do MFA, a promover a curto prazo pelo Governo Provisório, se contavam «as tendentes a assegurar a independência e a dignificação do Poder Judicial e a dignificação do processo penal «em todas as suas fases». «Por isso mesmo, pelo Decreto-Lei n.º 203/74, de 15 de Maio, ficou expressamente o Governo Provisório adstrito a reformar o processo penal e a rever a legislação referente ao habeas corpus» — prossegue o texto. «Incidentalmente parece de assinalar que a mais destacada medida tomada a curto prazo foi a de negar a providência do habeas corpus aos indivíduos sujeitos ao foro militar...» (Decreto-Lei n.º 398/74, de 28 de Agosto), o que inviabilizou a intervenção do Poder Judicial na quase totalidade das detenções ilegais, feitas com manifesto abuso de poder. O Decreto-Lei n.º 203/74 continua em vigor. Mas é de antecipar que, com a próxima promulgação da nova Constituição, ele venha a ser revogado, pois nela se prevê que o habeas corpus possa ser requerido perante o tribunal comum ou militar, consoante os casos». Evidentemente que esta solução não será perfeita, já que ficará sempre uma ampla margem de discricionariedade na qualificação dos casos sujeitos ao foro militar. Mas não se trata de compreender na presente fase de transição para uma vida democrática normalizada».

Chama-se depois a atenção para o facto de entre as medi-

das apontadas pelo programa do MFA, a promover a curto prazo pelo Governo Provisório, se contavam «as tendentes a assegurar a independência e a dignificação do Poder Judicial e a dignificação do processo penal «em todas as suas fases». «Por isso mesmo, pelo Decreto-Lei n.º 203/74, de 15 de Maio, ficou expressamente o Governo Provisório adstrito a reformar o processo penal e a rever a legislação referente ao habeas corpus» — prossegue o texto. «Incidentalmente parece de assinalar que a mais destacada medida tomada a curto prazo foi a de negar a providência do habeas corpus aos indivíduos sujeitos ao foro militar...» (Decreto-Lei n.º 398/74, de 28 de Agosto), o que inviabilizou a intervenção do Poder Judicial na quase totalidade das detenções ilegais, feitas com manifesto abuso de poder. O Decreto-Lei n.º 203/74 continua em vigor. Mas é de antecipar que, com a próxima promulgação da nova Constituição, ele venha a ser revogado, pois nela se prevê que o habeas corpus possa ser requerido perante o tribunal comum ou militar, consoante os casos». Evidentemente que esta solução não será perfeita, já que ficará sempre uma ampla margem de discricionariedade na qualificação dos casos sujeitos ao foro militar. Mas não se trata de compreender na presente fase de transição para uma vida democrática normalizada».

Chama-se depois a atenção para o facto de entre as medi-

das apontadas pelo programa do MFA, a promover a curto prazo pelo Governo Provisório, se contavam «as tendentes a assegurar a independência e a dignificação do Poder Judicial e a dignificação do processo penal «em todas as suas fases». «Por isso mesmo, pelo Decreto-Lei n.º 203/74, de 15 de Maio, ficou expressamente o Governo Provisório adstrito a reformar o processo penal e a rever a legislação referente ao habeas corpus» — prossegue o texto. «Incidentalmente parece de assinalar que a mais destacada medida tomada a curto prazo foi a de negar a providência do habeas corpus aos indivíduos sujeitos ao foro militar...» (Decreto-Lei n.º 398/74, de 28 de Agosto), o que inviabilizou a intervenção do Poder Judicial na quase totalidade das detenções ilegais, feitas com manifesto abuso de poder. O Decreto-Lei n.º 203/74 continua em vigor. Mas é de antecipar que, com a próxima promulgação da nova Constituição, ele venha a ser revogado, pois nela se prevê que o habeas corpus possa ser requerido perante o tribunal comum ou militar, consoante os casos». Evidentemente que esta solução não será perfeita, já que ficará sempre uma ampla margem de discricionariedade na qualificação dos casos sujeitos ao foro militar. Mas não se trata de compreender na presente fase de transição para uma vida democrática normalizada».

Chama-se depois a atenção para o facto de entre as medi-

das apontadas pelo programa do MFA, a promover a curto prazo pelo Governo Provisório, se contavam «as tendentes a assegurar a independência e a dignificação do Poder Judicial e a dignificação do processo penal «em todas as suas fases». «Por isso mesmo, pelo Decreto-Lei n.º 203/74, de 15 de Maio, ficou expressamente o Governo Provisório adstrito a reformar o processo penal e a rever a legislação referente ao habeas corpus» — prossegue o texto. «Incidentalmente parece de assinalar que a mais destacada medida tomada a curto prazo foi a de negar a providência do habeas corpus aos indivíduos sujeitos ao foro militar...» (Decreto-Lei n.º 398/74, de 28 de Agosto), o que inviabilizou a intervenção do Poder Judicial na quase totalidade das detenções ilegais, feitas com manifesto abuso de poder. O Decreto-Lei n.º 203/74 continua em vigor. Mas é de antecipar que, com a próxima promulgação da nova Constituição, ele venha a ser revogado, pois nela se prevê que o habeas corpus possa ser requerido perante o tribunal comum ou militar, consoante os casos». Evidentemente que esta solução não será perfeita, já que ficará sempre uma ampla margem de discricionariedade na qualificação dos casos sujeitos ao foro militar. Mas não se trata de compreender na presente fase de transição para uma vida democrática normalizada».

Chama-se depois a atenção para o facto de entre as medi-

das apontadas pelo programa do MFA, a promover a curto prazo pelo Governo Provisório, se contavam «as tendentes a assegurar a independência e a dignificação do Poder Judicial e a dignificação do processo penal «em todas as suas fases». «Por isso mesmo, pelo Decreto-Lei n.º 203/74, de 15 de Maio, ficou expressamente o Governo Provisório adstrito a reformar o processo penal e a rever a legislação referente ao habeas corpus» — prossegue o texto. «Incidentalmente parece de assinalar que a mais destacada medida tomada a curto prazo foi a de negar a providência do habeas corpus aos indivíduos sujeitos ao foro militar...» (Decreto-Lei n.º 398/74, de 28 de Agosto), o que inviabilizou a intervenção do Poder Judicial na quase totalidade das detenções ilegais, feitas com manifesto abuso de poder. O Decreto-Lei n.º 203/74 continua em vigor. Mas é de antecipar que, com a próxima promulgação da nova Constituição, ele venha a ser revogado, pois nela se prevê que o habeas corpus possa ser requerido perante o tribunal comum ou militar, consoante os casos». Evidentemente que esta solução não será perfeita, já que ficará sempre uma ampla margem de discricionariedade na qualificação dos casos sujeitos ao foro militar. Mas não se trata de compreender na presente fase de transição para uma vida democrática normalizada».

Chama-se depois a atenção para o facto de entre as medi-

das apontadas pelo programa do MFA, a promover a curto prazo pelo Governo Provisório, se contavam «as tendentes a assegurar a independência e a dignificação do Poder Judicial e a dignificação do processo penal «em todas as suas fases». «Por isso mesmo, pelo Decreto-Lei n.º 203/74, de 15 de Maio, ficou expressamente o Governo Provisório adstrito a reformar o processo penal e a rever a legislação referente ao habeas corpus» — prossegue o texto. «Incidentalmente parece de assinalar que a mais destacada medida tomada a curto prazo foi a de negar a providência do habeas corpus aos indivíduos sujeitos ao foro militar...» (Decreto-Lei n.º 398/74, de 28 de Agosto), o que inviabilizou a intervenção do Poder Judicial na quase totalidade das detenções ilegais, feitas com manifesto abuso de poder. O Decreto-Lei n.º 203/74 continua em vigor. Mas é de antecipar que, com a próxima promulgação da nova Constituição, ele venha a ser revogado, pois nela se prevê que o habeas corpus possa ser requerido perante o tribunal comum ou militar, consoante os casos». Evidentemente que esta solução não será perfeita, já que ficará sempre uma ampla margem de discricionariedade na qualificação dos casos sujeitos ao foro militar. Mas não se trata de compreender na presente fase de transição para uma vida democrática normalizada».

Chama-se depois a atenção para o facto de entre as medi-

das apontadas pelo programa do MFA, a promover a curto prazo pelo Governo Provisório, se contavam «as tendentes a assegurar a independência e a dignificação do Poder Judicial e a dignificação do processo penal «em todas as suas fases». «Por isso mesmo, pelo Decreto-Lei n.º 203/74, de 15 de Maio, ficou expressamente o Governo Provisório adstrito a reformar o processo penal e a rever a legislação referente ao habeas corpus» — prossegue o texto. «Incidentalmente parece de assinalar que a mais destacada medida tomada a curto prazo foi a de negar a providência do habeas corpus aos indivíduos sujeitos ao foro militar...» (Decreto-Lei n.º 398/74, de 28 de Agosto), o que inviabilizou a intervenção do Poder Judicial na quase totalidade das detenções ilegais, feitas com manifesto abuso de poder. O Decreto-Lei n.º 203/74 continua em vigor. Mas é de antecipar que, com a próxima promulgação da nova Constituição, ele venha a ser revogado, pois nela se prevê que o habeas corpus possa ser requerido perante o tribunal comum ou militar, consoante os casos». Evidentemente que esta solução não será perfeita, já que ficará sempre uma ampla margem de discricionariedade na qualificação dos casos sujeitos ao foro militar. Mas não se trata de compreender na presente fase de transição para uma vida democrática normalizada».

Chama-se depois a atenção para o facto de entre as medi-

das apontadas pelo programa do MFA, a promover a curto prazo pelo Governo Provisório, se contavam «as tendentes a assegurar a independência e a dignificação do Poder Judicial e a dignificação do processo penal «em todas as suas fases». «Por isso mesmo, pelo Decreto-Lei n.º 203/74, de 15 de Maio, ficou expressamente o Governo Provisório adstrito a reformar o processo penal e a rever a legislação referente ao habeas corpus» — prossegue o texto. «Incidentalmente parece de assinalar que a mais destacada medida tomada a curto prazo foi a de negar a providência do habeas corpus aos indivíduos sujeitos ao foro militar...» (Decreto-Lei n.º 398/74, de 28 de Agosto), o que inviabilizou a intervenção do Poder Judicial na quase totalidade das detenções ilegais, feitas com manifesto abuso de poder. O Decreto-Lei n.º 203/74 continua em vigor. Mas é de antecipar que, com a próxima promulgação da nova Constituição, ele venha a ser revogado, pois nela se prevê que o habeas corpus possa ser requerido perante o tribunal comum ou militar, consoante os casos». Evidentemente que esta solução não será perfeita, já que ficará sempre uma ampla margem de discricionariedade na qualificação dos casos sujeitos ao foro militar. Mas não se trata de compreender na presente fase de transição para uma vida democrática normalizada».

Chama-se depois a atenção para o facto de entre as medi-

das apontadas pelo programa do MFA, a promover a curto prazo pelo Governo Provisório, se contavam «as tendentes a assegurar a independência e a dignificação do Poder Judicial e a dignificação do processo penal «em todas as suas fases». «Por isso mesmo, pelo Decreto-Lei n.º 203/74, de 15 de Maio, ficou expressamente o Governo Provisório adstrito a reformar o processo penal e a rever a legislação referente ao habeas corpus» — prossegue o texto. «Incidentalmente parece de assinalar que a mais destacada medida tomada a curto prazo foi a de negar a providência do habeas corpus aos indivíduos sujeitos ao foro militar...» (Decreto-Lei n.º 398/74, de 28 de Agosto), o que inviabilizou a intervenção do Poder Judicial na quase totalidade das detenções ilegais, feitas com manifesto abuso de poder. O Decreto-Lei n.º 203/74 continua em vigor. Mas é de antecipar que, com a próxima promulgação da nova Constituição, ele venha a ser revogado, pois nela se prevê que o habeas corpus possa ser requerido perante o tribunal comum ou militar, consoante os casos». Evidentemente que esta solução não será perfeita, já que ficará sempre uma ampla margem de discricionariedade na qualificação dos casos sujeitos ao foro militar. Mas não se trata de compreender na presente fase de transição para uma vida democrática normalizada».

Chama-se depois a atenção para o facto de entre as medi-

das apontadas pelo programa do MFA, a promover a curto prazo pelo Governo Provisório, se contavam «as tendentes a assegurar a independência e a dignificação do Poder Judicial e a dignificação do processo penal «em todas as suas fases». «Por isso mesmo, pelo Decreto-Lei n.º 203/74, de 15 de Maio, ficou expressamente o Governo Provisório adstrito a reformar o processo penal e a rever a legislação referente ao habeas corpus» — prossegue o texto. «Incidentalmente parece de assinalar que a mais destacada medida tomada a curto prazo foi a de negar a providência do habeas corpus aos indivíduos sujeitos ao foro militar...» (Decreto-Lei n.º 398/74, de 28 de Agosto), o que inviabilizou a intervenção do Poder Judicial na quase totalidade das detenções ilegais, feitas com manifesto abuso de poder. O Decreto-Lei n.º 203/74 continua em vigor. Mas é de antecipar que, com a próxima promulgação da nova Constituição, ele venha a ser revogado, pois nela se prevê que o habeas corpus possa ser requerido perante o tribunal comum ou militar, consoante os casos». Evidentemente que esta solução não será perfeita, já que ficará sempre uma ampla margem de discricionariedade na qualificação dos casos sujeitos ao foro militar. Mas não se trata de compreender na presente fase de transição para uma vida democrática normalizada».

Chama-se depois a atenção para o facto de entre as medi-

das apontadas pelo programa do MFA, a promover a curto prazo pelo Governo Provisório, se contavam «as tendentes a assegurar a independência e a dignificação do Poder Judicial e a dignificação do processo penal «em todas as suas fases». «Por isso mesmo, pelo Decreto-Lei n.º 203/74, de 15 de Maio, ficou expressamente o Governo Provisório adstrito a reformar o processo penal e a rever a legislação referente ao habeas corpus» — prossegue o texto. «Incidentalmente parece de assinalar que a mais destacada medida tomada a curto prazo foi a de negar a providência do habeas corpus aos indivíduos sujeitos ao foro militar...» (Decreto-Lei n.º 398/74, de 28 de Agosto), o que inviabilizou a intervenção do Poder Judicial na quase totalidade das detenções ilegais, feitas com manifesto abuso de poder. O Decreto-Lei n.º 203/74 continua em vigor. Mas é de antecipar que, com a próxima promulgação da nova Constituição, ele venha a ser revogado, pois nela se prevê que o habeas corpus possa ser requerido perante o tribunal comum ou militar, consoante os casos». Evidentemente que esta solução não será perfeita, já que ficará sempre uma ampla margem de discricionariedade na qualificação dos casos sujeitos ao foro militar. Mas não se trata de compreender na presente fase de transição para uma vida democrática normalizada».

Chama-se depois a atenção para o facto de entre as medi-

das apontadas pelo programa do MFA, a promover a curto prazo pelo Governo Provisório, se contavam «as tendentes a assegurar a independência e a dignificação do Poder Judicial e a dignificação do processo penal «em todas as suas fases». «Por isso mesmo, pelo Decreto-Lei n.º 203/74, de 15 de Maio, ficou expressamente o Governo Provisório adstrito a reformar o processo penal e a rever a legislação referente ao habeas corpus» — prossegue o texto. «Incidentalmente parece de assinalar que a mais destacada medida tomada a curto prazo foi a de negar a providência do habeas corpus aos indivíduos sujeitos ao foro militar...» (Decreto-Lei n.º 398/74, de 28 de Agosto), o que inviabilizou a intervenção do Poder Judicial na quase totalidade das detenções ilegais, feitas com manifesto abuso de poder. O Decreto-Lei n.º 203/74 continua em vigor. Mas é de antecipar que, com a próxima promulgação da nova Constituição, ele venha a ser revogado, pois nela se prevê que o habeas corpus possa ser requerido perante o tribunal comum ou militar, consoante os casos». Evidentemente que esta solução não será perfeita, já que ficará sempre uma ampla margem de discricionariedade na qualificação dos casos sujeitos ao foro militar. Mas não se trata de compreender na presente fase de transição para uma vida democrática normalizada».

Chama-se depois a atenção para o facto de entre as medi-

das apontadas pelo programa do MFA, a promover a curto prazo pelo Governo Provisório, se contavam «as tendentes a assegurar a independência e a dignificação do Poder Judicial e a dignificação do processo penal «em todas as suas fases». «Por isso mesmo, pelo Decreto-Lei n.º 203/74, de 15 de Maio, ficou expressamente o Governo Provisório adstrito a reformar o processo penal e a rever a legislação referente ao habeas corpus» — prossegue o texto. «Incidentalmente parece de assinalar que a mais destacada medida tomada a curto prazo foi a de negar a providência do habeas corpus aos indivíduos sujeitos ao foro militar...» (Decreto-Lei n.º 398/74, de 28 de Agosto), o que inviabilizou a intervenção do Poder Judicial na quase totalidade das detenções ilegais, feitas com manifesto abuso de poder. O Decreto-Lei n.º 203/74 continua em vigor. Mas é de antecipar que, com a próxima promulgação da nova Constituição, ele venha a ser revogado, pois nela se prevê que o habeas corpus possa ser requerido perante o tribunal comum ou militar, consoante os casos». Evidentemente que esta solução não será perfeita, já que ficará sempre uma ampla margem de discricionariedade na qualificação dos casos sujeitos ao foro militar. Mas não se trata de compreender na presente fase de transição para uma vida democrática normalizada».

Chama-se depois a atenção para o facto de entre as medi-

ciários e por um relatório, tudo a cargo da autoridade policial. Ficando o agente do Ministério Público, ou o ofendido convencidos da indicição deduzirão acusação, que o juiz só poderá recusar por fundamentos tabelares e que excluam a apreciação da prova indiciária.

Na prática e na realidade das coisas, qualquer pessoa poderá ser levada a julgamento, mesmo por crime infamante a que corresponda pena de prisão até dois anos, com base em aligeirados elementos, sem que lhe seja lícito reagir a tempo de evitar tal gravame e sem que a um juiz prudente seja conferida a possibilidade de pôr cobro a precipitações não facilmente configuráveis. Poderá, é certo, o acusado vir a ser absolvido. Mas nada reparará efectivamente os danos materiais e morais por eles sofridos, nomeadamente a afectação do seu bom nome e reputação.

Não há objectivo de celeridade que possa justificar o atropelo. Mais: quando hoje se elimina instrução contraditória está-se a afrontar a constitucionalidade material da lei.»

CRIMES DE IMPRENSA ABRANGIDOS

«Na esteira deste propósito de «apressamento» processual, o Decreto-Lei n.º 181-76, de 9 de Março, veio declarar que nos processos por crimes de imprensa também não haverá instrução preparatória nem instrução contraditória. E tudo se acelera em tais termos — inquérito ou instrução esta apenas no caso de arguidos presos) e julgamento — que os direitos de defesa poderão ficar insuportavelmente sacrificados. Permite-se, para mais, a utilização de procedimentos cautelares de gama arbitrária (a lei só a título exemplificativo enumera alguns), que representam uma objectiva ameaça da liberdade de expressão, dada a violência de que podem revestir-se. Quase que ficam abertas as portas a um inadmissível «totalitarismo» judicial.

Compreende-se que convém à sociedade uma rápida apreciação jurisdicional dos crimes de imprensa. Mas, repete-se, na escala de valores atendíveis, nunca poderão deixar de estar na primeira linha as garantias de defesa dos arguidos e de uma autêntica e disponível liberdade de expressão, a par de uma justiça ponderada e cuidadosamente aferida, ministrada sempre sob a égide do

princípio do contraditório. Ora o Decreto-Lei n.º 181-76, caracterizadamente obcecado pelo «carácter urgentíssimo do processo», subestimou esses valores e contém, disposições que de igual modo não escapam a uma possível inconstitucionalidade material.

Terá sido essa valorização excessiva da celeridade a fonte das posições publicamente tomadas pelo Conselho de Ministros e pelo Conselho da Revolução sobre a «inoperância dos tribunais» em matéria de crimes de imprensa, que não encontram, na realidade, qualquer justificação.

«SURTOS DE MÁ INSPIRAÇÃO LEGISLATIVA...»

3. Está prestes a ser lei fundamental do País a nova Constituição. Consignam-se aí, em princípio, as regras que agora se defende: o processo penal assegurará todas as garantias de defesa; o arguido tem direito à assistência de defensor em todos os actos do processo, cabendo a lei especificar os casos e as fases em que ela é obrigatória; toda a instrução será da competência de um juiz, cabendo à lei indicar os casos em que ela assumir forma contraditória.

A verdade, porém, é que tais regras constitucionais foram voltadas na sessão da Assembleia Constituinte de 28 de Agosto e que qualquer dos dois diplomas agora em causa lhes são posteriores. Evidentemente que elas então (e ainda hoje) não eram lei. Mas não será forçado antever que elas em nada influenciaram o legislador dos Decretos-Leis n.º 605-75 e 181-76 e que ao legislador ordinário sempre ficará um amplo campo de maneo, pela remissão que para ele faz o futuro texto constitucional. Apenas ficará assegurada a presença de um juiz e de um defensor em toda a instrução. Mas não estarão de todo precludidos surtos de má inspiração legislativa como a que norteou os dois citados diplomas. Surto que abalam a confiança dos cidadãos na exacta administração da justiça e que afectam a dignidade desta e a liberdade dos cidadãos. A Ordem dos Advogados e a Associação dos Magistrados Judiciais querem uma justiça ao ritmo da nossa época. Mas querem que ela seja dimensionada pela estrutura moral da pessoa humana, centro e razão de ser da sociedade».

Mais de mil capturas no mês de Fevereiro

Segundo o Serviço de Relações Públicas da PSP, verificaram-se no período de 1 a 29 de Fevereiro as seguintes capturas e detenções:

Actos imorais e atentados ao pudor — 8; burlas e abuso de confiança — 27; contrabando — 1; desordens e agressões — 47; furtos, roubos e arrombamentos — 378; condução ilegal de automóveis — 207; vadiagem — 16; prostituição — 139; jogos proibidos — 11; intromissão com senhoras — 2; agressão ao captor

40; acidentes de trânsito — 4; danos — 12; desobediência à Polícia — 53; mandatos de captura — 94; mendicância — 13; ofensas e injúrias à autoridade — 20; diversos — 275.

Ainda, segundo a PSP, o número de viaturas furtadas, no que diz respeito ao mesmo período, é de 897 das quais 663 foram recuperadas. De assinalar que de 25 a 31 de Março se verificou o furto de 65 viaturas o que, em média, dá 11 viaturas roubadas por dia.

Móveis Janel

MODELAR ORGANIZAÇÃO AO SERVIÇO DA DECORAÇÃO DO LAR

R. Rodrigues Sampaio, 76-A—Telefone 571695—LISBOA

Nacional

CUNHAL NO CACÉM

"P.S. tem uma política indecisa"

«A política do P. S. é indecisa», afirmou Álvaro Cunhal ontem à noite no Cacém. O secretário-geral do P. C. P. falava num comício de propaganda eleitoral deste partido e referia-se às relações P. S.-P. C. P. «O P. S. ainda não disse o que vai fazer depois das eleições», salientou. E reafirmou que, nenhum partido podendo governar sozinho, o P. S. terá de definir antes das eleições claramente qual vai ser a sua política no futuro.

C. D. S. também...

Antes do secretário-geral do P. C. P. falarem Leonel Segura, Celder Moura, Marcelino Wenceslau, Maria de Fátima, Oca e Manuel Garcia.

A terminar a sua intervenção, Álvaro Cunhal: «Quem votar no P. C. P. nunca se arrependerá», disse, «na medida em que os comunistas constituem uma força capaz de lutar pelos direitos do nosso povo».

COMÍCIO EM LAMEGO

Álvaro Cunhal falou do P. C. P. como «o partido das liberdades» e, referindo-se à sua implantação entre a classe operária e os trabalhadores, advertiu para o logro daqueles partidos que igualmente se reclamam dos trabalhadores quando a sua implantação é aí praticamente nenhuma: o P. P. D., não sendo de admirar que o

O P. C. P. realizou ontem um comício em Lamego. Falaram António Dias Lourenço, do C. C. do partido e director do «Avante!», Fernando Mouga e António Bica, candidatos a deputados (o primeiro como independente) pelo círculo de Viseu. «Poderá o C. D. S., que não aprovou a Constituição, dar-lhe aplicação em caso de vencer o próximo acto eleitoral?»

perguntou Dias Lourenço a dado passo da sua intervenção. Fernando Mouga expôs publicamente as razões por que aceitou como independente a candidatura pelo P. C. P.: «a mais honrosa de quantas missões me foram confiadas», disse. António Bica falou da Reforma Agrária.

EM BRAGANÇA

Sedes do P.C.P. ainda ocupadas

A Comissão Distrital de Bragança do P.C.P. enviou à Comissão Nacional de Eleições uma nota, assinalando a passividade das autoridades locais perante os assaltos, sequestros de militantes, saques e ocupações de centros de trabalho que se verificaram na região, nomeadamente em Bragança (assalto em pleno dia), Alfândega da Sé, Macedo de Cavaleiros e Mirandela, onde além desta agressão, se registou a expulsão de operários, em regime de autogestão legal,

de uma tipografia de Valendouro.

Até à data, as ocupações mantêm-se, sem que as autoridades tomem quaisquer medidas, apesar de em dois dos casos os autores dos actos ilegais terem sido devidamente identificados.

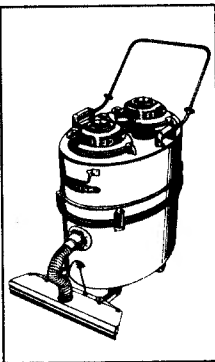
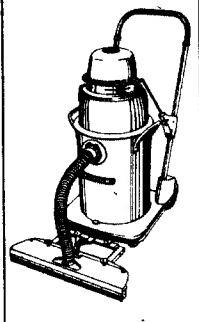
A mesma nota menciona ainda outros actos de violência «fascista», chamando a atenção para as dificuldades que o P.C.P. defronta no distrito, por não dispor ali de centros de trabalho.

arquipélago.

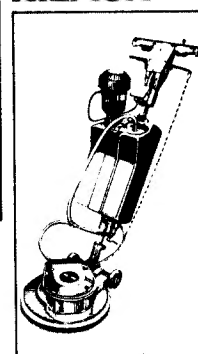
A hora a que o pretenso atentado teria tido lugar, o secretário-geral do P.P.D. encontrava-se no Faial presidindo a uma conferência de imprensa do seu partido. Antes dessa conferência de imprensa, presidira a três comícios realizados na ilha do Pico.

ASPIRADORES INDUSTRIAIS
NILFISK

NA HIGIENE INDUSTRIAL E INSTITUCIONAL



- DAS INSTALAÇÕES
- DAS MÁQUINAS
- DOS MÓVEIS
- DOS PRODUTOS

UTILIZE
NILFISKNO
ESTUDO
DAS SOLUÇÕES

CONSULTE

NILFISK

ASPIRADORES INDUSTRIAIS E DOMÉSTICOS, LDA.

LISBOA - R. FELIX CORREIA, 8 - TEL. 78 83 31/78 99 55
PORTO - RUA DA CONSTITUIÇÃO, 2371 - TEL. 69 34 23

ESTE ESPAÇO
PODE SER
PARA SI!
CONTACTE-NOS!

P.S. NA FIGUEIRA E BUARCOS

"O P.C.P. não é de esquerda
nem do centro nem da direita"

«O P.C.P. não é de esquerda, nem do centro, nem de direita. O P.C.P. é uma simples corréia de transmissão dos interesses da União Soviética.» — Assim falam as secções do Partido Socialista na Figueira da Foz e em Buarcos, num comunicado recentemente emitido e posto a circular. É a propósito do slogan com que o P.C.P. se lançou na campanha eleitoral — «Por uma maioria de esquerda» — e um violento «Ocorre-nos perguntar se por...»

O fundamental da atitude que o texto do P.S. desde Figueira da Foz e Buarcos revela consiste em recusar toda e qualquer possibilidade de colaboração entre socialistas e comunistas. «Se o P.C.P., ao lançar este estribilho («Por uma maioria de esquerda...») ousou pensar no P.S., pode desde já desiludir-se, porque está redondamente enganado. Somos um partido de esquerda, esquerda democrática, frise-se bem, mas nunca esti-

vemos, não estamos, nem estaremos interessados em qualquer maioria na qual participe o P.C.P.».

Seguem-se algumas alusões muito pouco favoráveis ao comportamento do P.C.P. não só no âmbito da vida política nacional, mas também ao nível dos locais de trabalho. «Conhecemos demasiadamente bem a prepotência que os «pécês» exerceram (e ainda exercem) sobre camaradas nossos nos locais de trabalho, lembramo-nos perfeitamente das barricadas e dos «cocktails Molotov», não esqueceremos os saneamentos de militantes socialistas, temos bem presentes as tentativas que o P.C.P. fez e continua a fazer para dividir o nosso partido, inclusive através de infiltrações» — afirmam os socialistas da Figueira da Foz e de Buarcos, ao encontro de afirmações de Mário Soares e outros dirigentes do P.S. segundo os quais reside nas bases sociais de apoio do P.S. a principal razão porque o P.S. não encara como viável uma aliança com o P.C.P.

PUB

CINCOMO

COOPERATIVA OPERÁRIA DA INDÚSTRIA
E COMÉRCIO DE MOBILIÁRIO, S. C. A. R. L.

G O N D O M A R

(Abril 1976)

COMUNICADO

Os Trabalhadores da CINCOMO — Cooperativa Operária da Indústria e Comércio de Mobiliário, S.C.A.R.L. — com sede em GONDOMAR, tiveram conhecimento que o Senhor João Claudino C. da Silva Neto (o qual em fins de Junho de 1975 abandonou livremente as instalações fabris, ausentando-se do País sem pagar os ordenados e deixando toda a produção desorganizada) tenta a todo o custo exigir do Governo o saneamento da Comissão de Trabalhadores desta Cooperativa, com a finalidade de retomar o seu lugar de explorador da Nofil, Decorama(s) e Habitat 2002.

O Senhor João Claudino C. da Silva Neto fazendo-se vítima de toda uma situação só por ele criada, aparece agora afirmando sem escrúpulos que foi SANEADO e injuriando os trabalhadores eleitos pela maioria para a Comissão de Trabalhadores.

Se os Trabalhadores na altura do afastamento voluntário da administração não tivessem tido a coragem de enfrentar o touro de frente e continuar o seu trabalho — porque sabiam que na realidade são eles os verdadeiros produtores da riqueza e nunca os vampiros que sugam o sangue dos que trabalham — seriam cerca de trezentas pessoas que iriam para o desemprego, afectando directamente toda a rede de fornecedores e consequentemente a própria Economia Nacional.

Os Trabalhadores da CINCOMO estão dispostos a dar uma resposta activa às tentativas da administração da Nofil, provando mais uma vez que não querem o explorador dentro da fábrica e repudiam todas as difamações da que estão a ser vítimas. Estas difamações não são mais do que formas demagógicas por demais conhecidas e utilizadas pelo capitalismo, inseridas na vasta campanha que neste momento a reacção capitalista está a desencadear em todos as frentes.

Os Trabalhadores da CINCOMO apelam à solidariedade activa e militante de todos os Trabalhadores.

NÃO AO REGRESSO DOS PATRÕES!

A COMISSÃO DE TRABALHADORES
DA CINCOMO

COMPRAMOS

Para o mercado interno (e exportação), todos os tipos de Pronto-a-Vestir, Atoalhados e Roupas de Cama.

Resposta urgente ao n.º 1635 deste jornal

LAVANDARIAS GUANABARA

ROUPA BRANCA — LIMPEZA A SECO

Estrada de Benfica, 464-A — Telef. 706026

L I S B O A

Em ARMAÇÃO DE PERA o DIÁRIO DE LISBOA encontra-se à venda no MINI-GOLFE

ALVES RIBEIRO, LDA.

Avenida das Forças Armadas (antiga Av. 28 de Maio), 49-A

Telef. 77 15 12 e 76 18 60

Lisboa-4

EMPREENHEIROS
DE
OBRAS PÚBLICAS
E
CONSTRUÇÕES CIVIS

AGÊNCIA SALGADO

FUNERAIS
TRASLADAÇÕES

A MAIOR ORGANIZAÇÃO

DO GÉNERO

8 FILIAIS

Sede — RUA DE SANTA MARTA, 43-A — Telefones: 4 82 58 / 4 82 60 / 4 87 24

Nacional

EDUCAÇÃO PERMANENTE

Substituir a palavra pela sua imagem

O principal responsável pelo Centro Universitário de Cooperação Económica e Social, o professor francês Bertrand Schwartz, na Biblioteca Nacional relatou ontem as suas experiências no campo da Educação dos Adultos.

Várias experiências pedagógicas foram experimentadas pelo professor Bertrand Schwartz a sua equipa durante dez anos. O Centro, instalado numa zona de indústria pesada, numa região tradicionalista, anuncia nos seus objectivos «formar operários e permitir a que todas as pessoas possam retomar os seus estudos». Mas o que acontecia? Os operários não vinham até ao Centro e os alunos que vinham (geralmente bacharéis ou quase) acabavam por o abandonar. O Centro em vez de se transformar na segunda oportunidade do adulto, transformava-se na última oportunidade perdida. Era pois necessário, relata o professor Schwartz, tocar os operários e sensibilizar os alunos que vinham a que ficassem.

Para tanto, seria, contudo,

necessário proceder a transformações pedagógicas e institucionais.

Alguns resultados positivos aparecem, todavia, desta Reforma Pedagógica, que assentou nos seus métodos, na representação das imagens que nos cercam, eliminando um pouco assim o problema verbal da definição (do conceito). Concretamente: os alunos que estavam, ficaram. As desistências tornaram-se 100 vezes inferiores às que antes se verificavam. Em contrapartida, não se verificara mudança de clientela, nem o número de operários a frequentar o Centro tinha aumentado. Com o tempo os operários começaram a chegar. Entre eles emigrantes portugueses. O adulto tinha uma série de motivações. Era necessário procurá-las e compreendê-las, situado o operário em relação aos outros e no seu quotidiano. Atingiam-se (começam a atingir-se assim) os objectivos da Educação Permanente: permitir a expressão de necessidades sentidas e das não sentidas.

Cursos Populares Antifascistas

Promovidos pelos Comitês Antifascistas prosseguem hoje à noite pelas 21 e 30, na Sociedade Guilherme Cossul (a Santos) os Cursos Populares Antifascistas. Estes cursos visam o esclarecimento da opinião pública sobre os perigos do fascismo e as suas formas de

infiltração.

Na sessão de hoje, que terá a participação de Pedro Ramos de Almeida e Américo Cavaleiro, será versado o tema «Unidade democrática e independência nacional». A entrada é livre.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE LISBOA

Sede: Av. da República, 27-29 — Telef. 57 40 73 — LISBOA

MOÇÃO

A Direcção e os delegados sindicais, reunidos na sede do Sindicato, votaram a seguinte moção:

1. Considerando a vaga de violência fascista que se tende a alastrar a todo o país e que pretende intimidar, a fogo e a sangue, aqueles que se batem pela liberdade e o socialismo.
2. Considerando que os atentados bombistas procuram criar um clima de instabilidade que facilite o acesso das forças reaccionárias ao poder para coarctarem as liberdades conquistadas pelo povo trabalhador após o 25 de Abril de 1974.
3. Considerando que o Governo e as Forças Armadas têm manifestamente negligenciado o dever que lhes incumbe de sustentar o furor e a vingança fascista, travando a «liberdade» de expressão, opinião e acção a que se dão os caciques, os patrões reaccionários e os saudos do passado.

DECIDEM:

- Manifestar a mais viva repulsa pelos atentados que se têm verificado;
- Testemunhar a sua solidariedade às vítimas dos atentados fascistas;
- Afirmar a sua decisão de opor a mais cerrada vigilância às manobras dos fascistas e fascizantes e de lutar sem tréguas contra o perigo da ditadura reaccionária que nos espreita;
- Chamar à unidade todos os trabalhadores do Comércio para, em volta do seu Sindicato, cerrarem fileiras na luta contra o fascismo e avançarem determinadamente rumo ao socialismo.

POR UM SINDICALISMO DE COMBATE AO SERVIÇO DOS TRABALHADORES!

PELA DEFESA DAS NOSSAS CONQUISTAS DE TRABALHADORES!

Lisboa, 5 de Abril de 1976.

Pela DIRECÇÃO

ENSINO PRIMÁRIO

“Não há programas inocentes”

O dr. Salgado Sampaio, elemento da Direcção-Geral do Ensino Básico esteve ontem presente num encontro de trabalho com a Imprensa. Coube-lhe definir o que foi e é positivamente vai ser o Ensino Primário no nosso país partindo do pressuposto de que «não há nenhum programa que seja inocente» que todo ele é expressão de uma ideologia.

No actual esquema de reestruturação do Primário, as classes (quatro) foram substituídas pelas fases (duas). Assim, na primeira fase os programas tentam sobretudo valorizar as actividades propedéuticas, ver a criança como ser real e não ser abstracto. Nesta perspectiva que leva em linha de conta aspectos de base psicopedagógica, se inscreve o fomento da interdisciplinaridade. Comenta o dr. Salgado Sampaio de quem saiu recentemente, editado pela Gulbenkian, o segundo volume da sua obra «O Ensino Primário-Contribuição Monográfica»: «Valoriza-se o trabalho de grupo da criança. A criança intervém na modelação do meio em que se insere.»

No entanto, várias críticas se têm levantado aos programas do Primário. Por um lado, acende-se a discussão se este grau de ensino deve conter ou não conter o estudo da História. «Não há ensino histórico de teor abstracto», respondeu indirectamente o dr. Salgado Sampaio que dirá de outras contestações mais situadas que têm sido feitas ao Primário, concretamente à reciclagem dos professores como aconteceu na Madeira e nos Açores: «Havia forças interessadas que se, não realizasse a reciclagem dos professores. Pretendem afectar posições políticas. São forças reaccionárias de direita.»

PROGRAMA PORTUGUÊS OU PLÁGIO?

Outras vozes, mas de sinal idêntico, se levantaram contra

o que criticam ser um plágio de programas de outros países. Haveria por trás dos programas do Primário inspiração cubana e soviética. É bem mais simples a origem dos programas, no pensamento do dr. Salgado Sampaio. Eles «filiam-se numa corrente pedagógica portuguesa que foi pugna por pedagogos como Viana de Lemos, António Sérgio, Adolfo Lima». Mais: para a elaboração dos programas foi criada uma comissão extremamente larga com pessoas de formação política divergente. É óbvio que ainda há muitos problemas para resolver. Faltam 9 mil salas de aulas, tem havido um intento deliberado de subestimar o Ensino Primário e o funcionamento da escola nem sempre, pedagogicamente é o mais correcto.

Funcionam neste momento três regimes de horário. No primeiro, o pedagogicamente mais correcto, as crianças têm aulas de manhã e de tarde; no segundo, sobretudo em zonas de excessiva concentração, funciona um regime de horário duplo (as crianças ou têm aulas da parte de manhã ou só da parte de tarde); finalmente, o regime triplo que com maior frequência se constata nas zonas de barracas, nos dormitórios dos centros urbanos, em que se observa a diminuição do tempo lectivo e o acréscimo de alunos por turma. Embora este regime esteja já diminuído em um terço, ele resulta da desenfreada especulação que rodeia, ou pelo menos tem rodeado, a política da aquisição de terrenos e, consequentemente, a carência de instalações escolares.

RECICLAGEM DE PROFESSORES

Outro dos aspectos que preocupou os responsáveis pelo Ensino Primário na Direcção-Geral do Básico foi a formação dos professores. Novos métodos pedagógicos, novos programas, perturbaram,

como seria lógico, os professores. Nesse sentido, a Direcção-Geral do Ensino Básico ministrou no mês de Setembro do ano passado um curso de reciclagem para 40 mil professores. No Porto, houve mesmo um curso de reciclagem com a participação de três mil professores que pagaram não só aos monitores como as próprias deslocações.

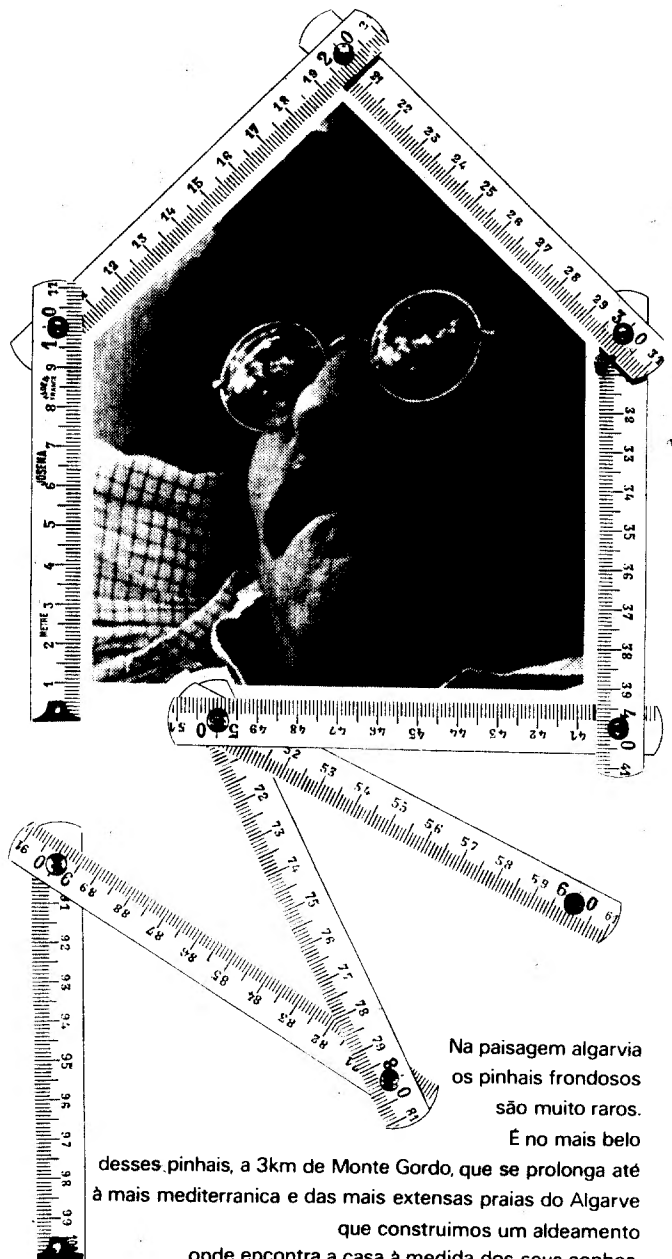
É desejo da Direcção-Geral do Ensino Básico que as escolas do Magistério Primário se transformem em centros de formação contínua dos professores. Quanto ao livro escolar ele continuará a não custar para o pai da criança mais de 30 escudos.

Feita uma abordagem ao que se pretende do Ensino Primário, não será ocioso recordar o que ele foi e os interesses que serviu. A partir de 1926, interrompidas as directrizes democráticas que lhe imprimira a I República a partir de 1911, os programas glorificam preferencialmente «a carência de conhecimentos, a po-

breza, a submissão («se soubesse o que custa mandar obedecerias toda a vida» — ensinava na altura o livro do Primário), o ruralismo (como meio estático) e a formação religiosa (como garantia do «estado» sociopolítico). O Ensino Primário foi caracterizado, e continua a ser, embora em menor escala, por uma forte segregação. Na 1.ª classe as reprovações atingem os 40 por cento. O conjunto das idades de frequência muito variado e as deficiências alimentares, são factores importantes no alto grau de exclusão a que se assiste no Ensino Primário.

Mas hoje, extinta a escola assenta no estrado, o professor tem que ter consciência do grupo com o qual trabalha. Ver a criança como ser real integrada num grupo, libertá-la do individualismo segregador e competitivo para o qual muitas vezes, ao contrário do que seria de desejar, a família é um elemento fortificador mais que dissuasor.

NO ALGARVE
Num frondoso pinhal
Numa praia quase mediterrânica



Na paisagem algarvia os pinhais frondosos são muito raros. É no mais belo desses pinhais, a 3km de Monte Gordo, que se prolonga até à mais mediterrânica e das mais extensas praias do Algarve que construímos um aldeamento onde encontra a casa à medida dos seus sonhos.

PEÇA INFORMAÇÕES

retur

RESIDÊNCIAS TURÍSTICAS, S.A.R.L.

Rua Rodrigo da Fonseca, 56-1ª Telef. 530381/537476

VISITE-NOS

Praia Verde - Monte Gordo - Algarve

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE LISBOA

Sede: Av. da República, 27-29 — Telef. 57 40 73 — LISBOA

MOÇÃO

Os Delegados Sindicais reunidos na sede do seu Sindicato, no dia 5 de Abril de 1976, aprovaram a seguinte moção:

- Tendo em conta a tendência bastante generalizada da empresa em geral e da estatizada em particular para menosprezar as lutas dos trabalhadores, não lhes concedendo o devido destaque nos seus órgãos noticiosos;
- Tendo em conta que a Imprensa no nosso País, durante muitos anos serviu para esconder do povo português os seus reais problemas, amordaçada como estava, pela Censura;
- Tendo em conta os resultados dessa dura experiência, os trabalhadores delegados sindicais

DECIDEM:

Manifestar a sua apreensão pela maneira como os órgãos de informação progressistas deste país estão a ser pressionados pelo Governo, através de dezenas de processos que este lhes move, tentando, deste modo, através da intimidação limitar a liberdade de expressão.

Solidarizam-se com o Diário de Lisboa, nas pessoas dos seus representantes, atingido arbitrariamente pela Lei de Imprensa, quando do relato correcto dos acontecimentos ocorridos no Rossio durante a paralisação de duas horas efectuada pelo Sector do Comércio Retalhista.

A DIRECÇÃO

Trabalho

JOAQUIM FRANCISCO DOS SANTOS: Ei-los que voltam!

A selagem das instalações
custa mil contos por dia

Mais de mil contos por dia é o prejuízo que acarreta para o nosso país, a paralisação da Joaquim Francisco dos Santos, determinada pelo ministro da Habitação e Urbanismo. A ordem foi cumprida, no passado dia 1, com a selagem das instalações, as quais foram cercadas por enorme aparato bélico. Desde então, perto de 1.200 trabalhadores encontram-se inactivos (cerca de 600 da empresa e os restantes das subempreiteiras).

A suspensão da comissão administrativa da Joaquim Francisco dos Santos, da confiança dos trabalhadores, esteve na origem do conflito.

Várias diligências têm sido efectuadas pela comissão de trabalhadores. Já conseguiram ser recebidos pelo secretário de Estado da Habitação e Construção. Entretanto, o ministro da Habitação e Construção, apesar de não ter atendido os trabalhadores, prometeu dar hoje uma resposta à carta dos trabalhadores. «É evidente que o propósito do ministro é deixar arrastar a situação, no intuito de dividir os trabalhadores. Mas isso ninguém conseguirá. Os trabalhadores da Joaquim Francisco dos Santos estão muito unidos», afirmou-nos esta manhã um membro da comissão de trabalhadores. Moções de apoio continuam a chegar à empresa. Desta vez da Setenave e da Mague, a qual paralisou ontem, 30 minutos, em sinal de protesto pela selagem

da Joaquim Francisco dos Santos.

NOTA OFICIOSA
CONTESTADA

Tal como tínhamos anunciado, a comissão de trabalhadores da Joaquim Francisco dos Santos responde num comunicado à nota oficiosa do Ministério da Habitação e Urbanismo. No comunicado, considera-se que se faz uma omissão deliberada: o silêncio que se faz sobre «uma carta da comissão de trabalhadores acompanhada de um relatório do Conselho Técnico da empresa acerca da actuação do eng.º Rogério Alfredo Branco e Grave e uma fotocópia de uma proposta aprovada em plenário de trabalhadores em 9 de Fevereiro de 1976».

No texto da C. T., repudia-se a acusação que é feita aos trabalhadores da empresa de pretenderem sonegar elementos necessários ao trabalho do ex-delegado do Governo, esclarecendo: «os gestores teriam tudo à sua disposição menos a colaboração dos trabalhadores, o que é diferente». Define, assim a C. T. a sua posição: «Não aceitamos nem ninguém poderá aceitar, que a única alternativa para a garantia de gestão seja o encerramento de uma empresa, cujo funcionamento e situação se mostravam sãos e normais, graças à participação, esforço e sacrifício dos seus trabalhadores».

Os patrões tentam regressar
à Facar e à Handy

Os patrões das empresas Facar, Handy e Companhia Portuguesa de Celulose estão a efectuar manobras no sentido de voltarem às empresas, de que foram saneados ou que abandonaram.

Na Handy, principalmente na secção fabril de Agueda, estão a verificar-se situações que proporcionem a regresso dos patrões. Assim, efectuou-se um mini-plenário, com a finalidade de afastar a Comissão de Trabalhadores e todos os elementos progressistas. Também o ex-administrador e patrão, dr. Nelson Reis, que tinha fugido para o Brasil, já regressou e escreveu «uma carta aos trabalhadores». Por outro lado, em Fermentelos, o antigo director da firma, Ernesto do Amaral, também regressado do Brasil, já foi «homenageado» por um grupo de amigos do patrão. Trabalhadores da Handy-Centro e de outras dependências da firma, fizeram, por sua vez, comunicados e abaixo-assinados com grande número de assinaturas, nos quais repudiam as manobras tendentes ao afastamento da C.T. e a proporcionar a volta dos patrões.

Por outro lado, na Facar, os patrões, face à indefinição do Conselho de Ministros e do Ministério da Indústria e Tecnologia, os «Irmãos Carvalho» fizeram distribuir um documento em que desrespeitam e negam inteiramente as condições para o seu regresso a Facar, condições essas aprovadas pelos trabalhadores em plenário. Nesse documento, os «irmãos» António e Fernando Carvalho consideram, designadamente, «sem efeito tudo o que se veio a tratar até aqui, por reconhecermos não ser possível chegar a um acordo».

A Comissão Administrativa daquela empresa divulgou entretanto um comunicado referindo a situação económica e financeira da empresa, referindo que «apesar da crise que atravessaram durante o ano de 1975 as indústrias que tradicionalmente compram a Facar (construção civil, bicicletas, carrocerias, móveis metálicos, etc.) foi possível atingir nesse ano um volume de vendas da ordem dos 508 mil contos».

Desde o início deste ano registou-se já uma recuperação das vendas na ordem dos 170 mil contos.

A fim de analisar toda esta situação os trabalhadores da

Facar realizarão dentro em breve um plenário para tomarem posição nos processos de luta a encetar, nomeadamente quanto à imposição dos «irmãos» Carvalho.

"INQUÉRITO PARA NADA?"

«Na qualidade de sócio-gerente das firmas Organizações Cancela», dirigiu-se-nos por carta o senhor Armando dos Santos Cancela, tomando posição sobre matéria que nos tinha sido relatada pela Comissão Administrativa daquelas «Organizações», a respeito do inquérito mandado instaurar à respectiva administração.

Relativamente ao artigo por nós publicado sob o título «Inquérito para Nada?», afirma, designadamente, o senhor Armando dos Santos Cancela que «o inquérito» nasceu «morto, pois violava a Lei (Dec.-Lei n.º 660/74) e a resolução do Conselho de Ministros de

20-5-75, pelo que, desde logo, ao tomar-se conhecimento do início dos trabalhos, se levantou o problema da sua legalidade e insenção. E só agora, em 23 de Fevereiro, o ministro competente reconheceu tal, declarou nulo e de nenhum efeito o despacho do seu antecessor».

Depois de classificar de «ruinosa» a gestão da Comissão Administrativa, o signatário da carta diz que «aguarda com calma e paciência a decisão do Supremo Tribunal Administrativo — para quem se interpôs o competente recurso de anulação do acto do Conselho de Ministros».

PUB

Sindicato de Garagens, Postos
de Abastecimento, Transportes
e Ofícios Correlativos
do Centro e Sul

Abrangendo os distritos de Beja, Castelo Branco, Évora, Faro, Leiria, Portalegre, Santarém e Setúbal

AVENIDA ALMIRANTE REIS, 45, 1.º

TELEFS. 83 93 18 / 84 86 33

LISBOA - 1

CONVOCATÓRIA

Nos termos do Art.º 33.º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral deste Sindicato, para reunir em sessão extraordinária, no próximo dia 10 de Abril, pelas 21 horas, no Salão Nobre do Instituto Superior Técnico, em Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1.º — Apreciação, discussão e votação do Orçamento para 1976.
- 2.º — Esclarecimentos pela Direcção sobre a sua actuação desde que foi eleita

Para tomar parte nos trabalhos da referida Assembleia é necessário e indispensável a apresentação do respectivo cartão de sócio.

Lisboa, 1 de Abril de 1976.

O Presidente da Assembleia Geral
Filipe Farias

Na FIGUEIRA DA FOZ o DIÁRIO DE LISBOA está à venda no CAFÉ REMO

CASO SANIMAR

AINDA
SEM
SALÁRIOS

O «Caso Sanimar» poderá vir a ser resolvido nos próximos dias, se for aceite a proposta apresentada pelos trabalhadores no Ministério do Trabalho.

A integração de dois trabalhadores na comissão de gestão é a sua principal reivindicação. O dr. Gama Vieira, representante do Ministério do Trabalho neste conflito, terá afirmado que «concorda com a proposta mas, por si só, não poderá dar solução ao problema».

Esta manhã, o assunto será discutido pelas entidades superiores e o seu resultado será anunciado aos trabalhadores da Sanimar no decorrer da reunião desta tarde naquele Ministério.

Recordamos que a Sanimar com perto de 300 trabalhadores se encontra fechada e selada há várias semanas. Entretanto, os trabalhadores ainda não receberam os salários do mês de Março.

Por outro lado, no documento entregue no M. T., os trabalhadores da Sanimar exigem também que «sejam respeitadas todas as comissões representativas dos trabalhadores existentes na firma, democraticamente eleitas; que possíveis inquéritos e sindicâncias a serem feitas na firma sejam acompanhados e discutidos por uma comissão composta por trabalhadores da firma, ou técnicos que por confiança destes sejam escolhidos para o efeito e que na empresa deverá ser criada uma comissão de controlo operário em face da Constituição».

PUB

ENCONTRO
DE DELEGADOS SINDICAIS
E COMISSÕES
DE TRABALHADORES
DO DISTRITO DE LISBOA

SÁBADO, 10 DE ABRIL, 9 HORAS
VOZ DO OPERÁRIO

PROGRAMA:

- 9.30 HORAS — SESSÃO DE ABERTURA
10.30 HORAS — TRABALHOS NAS SECÇÕES
1 — A ORGANIZAÇÃO NA EMPRESA
— A ORGANIZAÇÃO REGIONAL
2 — A ORGANIZAÇÃO POR RAMO DE ACTIVIDADE
3 — A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA
13.00 HORAS — ALMOÇO
15.00 HORAS — TRABALHOS NAS SECÇÕES
17.00 HORAS — SESSÃO PÚBLICA DE ENCERRAMENTO

Para o reforço da Unidade e Organização dos Trabalhadores
Pela defesa das Liberdades e da Democracia

O SECRETARIADO ORGANIZADOR

União dos Sindicatos de Lisboa
Sindicatos dos Cerâmicos, C. Civil, Químicos, Metalúrgicos
Rodoviários e Vidreiros
Sec. pró Conselho Nac. Trab. Const. Civil
Comissão Coord. Grupo CUF
Sec. Provisório Empresas Autogestão

Nacional

Suor
da
pirite (1)

Imitar a toupeira não compen

Reportagem de Eduardo Lobo (texto) e Rui Pacheco (fotos)

A recente greve dos mineiros, espelhando um velho contencioso entre os operários e patrões do sector que hoje se traduz nas negociações do contrato colectivo de trabalho vertical, veio, uma vez mais, chamar a primeiro plano as condições de vida de trabalho neste domínio profissional, magramente remunerado e deficientemente protegido.

Algures debaixo da terra, 460 metros por sob as searas do Alentejo, pudemos constatar o que é o dia-a-dia de um operário de fundo, no trabalho de extracção das pirites do Sul. Dos homens que nos acompanharam, alguns com perto de 30 anos de profissão, rosto acabado e pulmões de vitalidade duvidosa, poucos atingiam a remuneração mensal superior a sete contos. Tratava-se, no entanto, de uma das minas onde melhor se paga: o Lousal, com perto de 450 trabalhadores, exploração centenária ainda hoje confiada a interesses belgas.

Do que, então, por lá registámos damos hoje conta, sumariamente. As palavras que reproduzimos são, tão só, as de gente que, apenas deseja abandonar a condição de «rato-toupeiro» e ascender definitivamente àquela a que tem direito desde há muitas gerações: a de «homem».

Lá em baixo, «não se conhece o calor de Inverno do calor de Verão», afirmam os mineiros. «É sempre o mesmo clima, sempre», independentemente das estações do ano. O calor é asfixiante na zona de exploração (a planta), atingindo, por vezes, temperaturas elevadíssimas, superiores a quarenta graus.

No quotidiano, o operário de fundo defronta um clima de purgatório. Aos rigores da temperatura juntam-se cortinas de

pó levantado pela perfuração dos blocos de minério, e a humidade quente de algumas galerias.

As condições de trabalho, diz-nos um encarregado, «são agravantes». Trata-se de «trabalhar um ano de dia a dia, muitas das vezes enterrado na poeira, debaixo de ruínas onde os serviços não estão em condições nem têm segurança; trabalhar tantas vezes com falta de alimento e muito calor, algumas das vezes apanhando,

também, um bocadinho de enxofre. É com uma grande força de vontade que o pessoal tem de fazer o serviço. Mas o nosso patrão, até aqui, não tem tido consideração pelos operários».

(Comenta o nosso interlocutor: «Na minha maneira de ver, acho que um patrão devia ter gosto em que os operários que trabalham para ele não andem a pedir fiado, hoje aqui, amanhã ali; mortos de fome, como a gente aqui tem andado»).

Lembram os operários uma oferta choruda da entidade patronal a um clube de futebol de Setúbal, anos atrás. Para os trabalhadores, no entanto, o dinheiro sempre faltou: «As ajudas que ele nos tem dado são nenhuma», afirma-se.

O purgatório tem, desde sempre, uma porta aberta para o inferno. Acidentes de trabalho, por vezes mortais, e a silicose, doença do mineiro. No Lousal, como noutras minas, o destino de muitos (a maioria? as estatísticas não dizem) é morrer «queimados». «Estão aí muitos — são quase todos — que estão em condições de ir para o exterior e nunca mais cá voltarem. Eu sou um deles: até no falar tenho dificuldade» — palavras de quem se expri-

me em nome dos que se aca-
nam.

Em síntese: «estamos aqui a apodrecer de dia para dia».

Na mina, revelam os operários, há perto de cem silicóticos, em diversos graus (de dez a cem por cento). Queixam-se os mineiros dos serviços de assistência, que aparentemente, detectam os casos demasiado tarde.

Como as pensões são extremamente baixas — os reformados do concelho de Aljustrel, por exemplo, batem-se hoje por uma reforma digna — os trabalhadores, apesar da doença e da idade, vêem-se obrigados a continuar na mina, para receber o salário. Por isso se encontram no activo mineiros de idade avançada, cansados e doentes.

«A pensão não dá para nada; dá para o pão... O que é uma pensão de um conto e tal, dois contos, para pagar a renda de casa e comer qualquer coisa?»

E os preços «crescem como a massa no alguidar».

NÃO TEMER A MORTE

«Trabalho aqui há trinta anos, e tanto sacrifício que nós temos tido», diz-nos um encarregado. «Nesse tempo, pagavam eles um ordenado de 24 escudos diários a um operário». Isto correspondia a uma produção de sete «vagonas» (1300 quilos cada) por cada homem. Cada unidade suplementar, era subsidiada com mais dez tostões!

«Nesse tempo, e até ao 25 de Abril, 'deu' para tudo. Depois do 25 de Abril, aumentaram os operários cerca de 60 por cento — e houve alguns que nem isso receberam. Antes, a exploração 'deu' e sobrou dinheiro para eles darem, aqui e onde quisessem, ao futebol, ao Estado, etc. O pirite estava então a 211 escudos a tonelada, e agora passou para 355. O pirite foi aumentado quase cem por cento, mas a gente só foi 60 por cento.»

Conclusão: «Nesse tempo

ganhavam muito dinheiro; agora dizem que perdem.»

Acontece que, até ao presente, nunca os governos «olharam pelos mineiros». «Por isso queremos lutar, até à última pinga de sangue, dê-se aquilo que se den», afirmaram-nos. O risco de morrer existe no dia a dia — por isso os operários estão dispostos a não recuar perante nada. Querem uma tabela salarial condigna, um horário mais favorável, pensões, reformas e diuturnidades, numa palavra, a justa remuneração do seu trabalho.

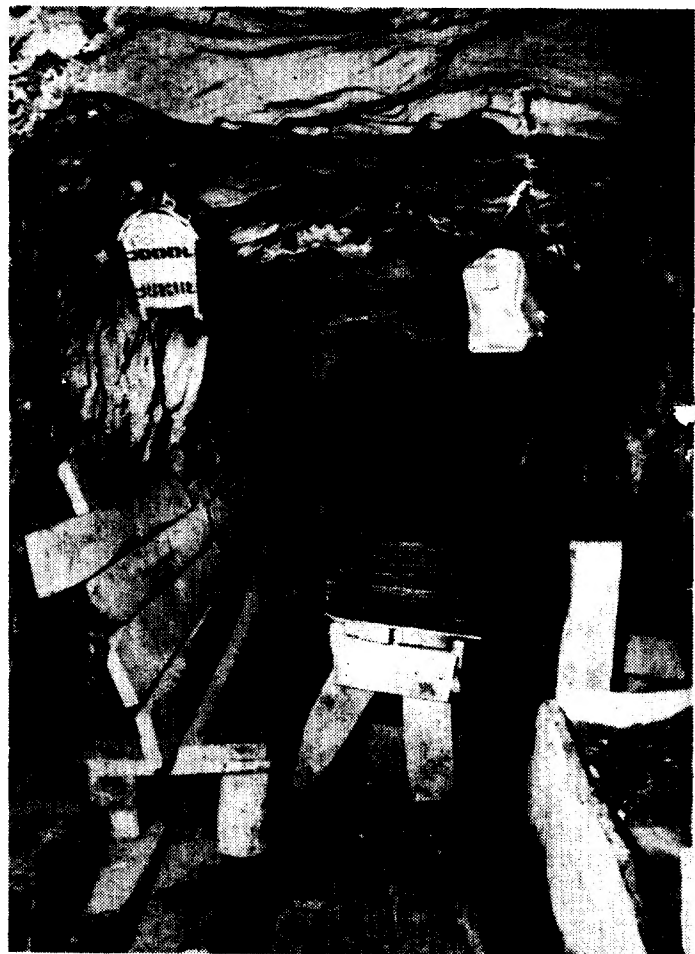
Não têm medo da morte: ainda há bem pouco tempo um

desabamento matou dois dos seus companheiros de trabalho, precisamente na zona de exploração que visitámos. Aliás, no próprio dia em que descemos à contramina, abateu um volumoso bloco de minério no local onde minutos antes havia gente a trabalhar: calhou ser a hora do almoço.

Os acidentes são frequentes, na mina. Normalmente — quando não matam — deixam os trabalhadores aleijados: mãos, braços, pernas, até a vista. Só riscos da profissão? Os mineiros sabem que não. As condições de segurança, por vezes, são rudimentares.



A escada de madeira que dá acesso a esta «planta» (zona de extracção do minério) tem cerca de 20 metros de altura. Um passo em falso, uma distração, terá as consequências que se adivinham



Mistério resolvido

Conversando sobre as minas de sal-gema de Loulé, diz um dirigente sindical:

«Aponte aí que a antiga equipa do Ministério do Trabalho, quando era ministro o Costa Martins, entregou cerca de quinhentos contos aos trabalhadores das minas de Loulé, para lhes valer — andavam com ordenados em atraso. Há por aí quem pergunte onde foi parar o dinheiro das subscrições dos trabalhadores. Já sabem a resposta, pelo que nos toca. Foi parar a quem dele precisava, aos mineiros de Loulé.»

O apontamento aqui fica. Junte-se a outros (alguns por publicar) e, acreditamos, estarão descobertos alguns dos mistérios que têm deslumbrado as novas gentes do arranha-céus da Praça de Londres. Lá em cima, enxerga-se a cidade. Os formigueiros, nunca.

E.L.

isa

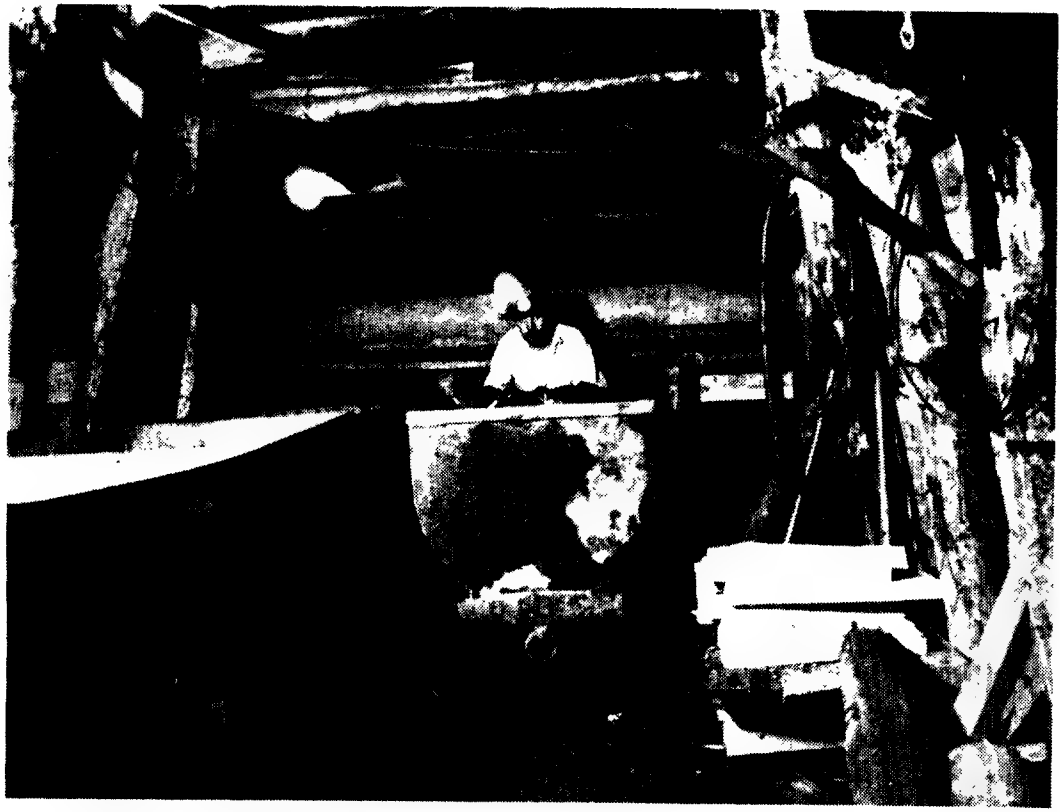
os
a-
de
is-
je
a-
ni-
os
ir:

«Um homem, desde que entra na jaula (o elevador que conduz à mina), corre risco de vida. Pode partir-se o cabo, e ficarmos esmagados lá em baixo — são quase quinhentos metros de altura», palavras de um mineiro.

UM EXEMPLO

is,
—
m:
s-
s
as
or

Numa rua da vila encontramos um exemplo vivo. Virgolino Felizardo, hoje, é cego. No acidente, há nove anos, morreu-lhe um camarada de trabalho; outro ficou ferido, como ele, e encontra-se também quase cego.



Cada «vagana» destas transporta cerca de 1,3 toneladas de minério. A média diária, para cada mineiro, pode atingir dez carregamentos destes

A «casa de jantar» dos mineiros do piso (nível) inferior do Lousal fica 460 metros abaixo do solo. Comem aqui, num recanto, em mesa e bancos improvisados. É o local mais fresco da mina. Ali não chega o fumo dos disparos da dinamite, e o ruído ensurdecedor das máquinas em funcionamento é consideravelmente amortecido. Neste salão, não há lustres nem velas. Só o lanternim para iluminar as paredes com a comida que trouxeram de casa, ou que a mulher levou à hora de almoço. Têm, no entanto, uma companhia inusitada: a dos ratos.

Para almoçarem como toda a gente, os operários de fundo teriam de ser autorizados a subir à superfície durante o intervalo para a refeição. Em grande parte das minas, nunca isto aconteceu. Há, no entanto, quem tenha uma experiência diferente, nas minas de Trás-os-Montes.

O mineiro passa uma parte substancial do dia debaixo da terra: cerca de nove horas. De trabalho, são sete e meia (excepto ao sábado); para comer, uma; acrescenta-se meia hora, para subir à superfície ou esperar pela «jaula», que só leva 12 trabalhadores de cada vez, dos cerca de 60 que tem cada um dos três turnos.



Recebe, recentemente, cerca de 800 escudos mensais, a título de indemnização. Tem de trabalhar, apesar de não ver. Ganha 4750 escudos, em funções adequadas à sua situação. Antes, era mineiro de primeira categoria, ferramenteiro metalúrgico, e pagavam-lhe setenta escudos diários.

Ao fim de 18 anos de labuta, tem de continuar a trabalhar para viver — «grande infelicidade», diz-nos.

Este homem deseja, apenas, que o retirem do trabalho e lhe concedam uma pensão «decente», aproximada do ordenado dos seus companheiros.

«Preciso de comer tantas vezes como os outros», constata.

TRADIÇÕES

No Lousal, como em Aljustrel, os trabalhadores ainda hoje recordam, com orgulho, as lutas do passado, por melhores

condições de vida. Os mineiros do Alentejo desde sempre defrontaram o fascismo, contando páginas honrosas na história da sua organização — necessariamente clandestina até ao 25 de Abril — e dos seus movimentos.

A luta reivindicativa de 1958 também chegou ao Lousal — em Aljustrel, causou mortos e prisões. Nessa altura, um mineiro ganhava — recordam os que viveram essa fase — 26 escudos diários. «Éramos aqui massacrados a trabalhar. Andávamos cheios de fome. Já em 58 a vida estava cara, e o ordenado não chegava para o comer».

Os mineiros nessa altura reduziram a produção para cerca de 50-60 por cento. O movimento grevista motivou a intervenção da GNR de Grândola, primeiro, e da Pide, depois. «Vieram cá, insultaram-nos com os termos mais baixos que é possível imaginar, e interro-

garam-nos um a um. Queriam saber por que motivo faltámos ao trabalho, quem nos tinha convencido a isso, etc». Processos conhecidos.

A luta perdeu-se, mas, algum tempo depois, os operários conseguiram mais... dois escudos por dia. Alguns trabalhadores foram parar aos cárceres do Aljube e Peniche, outros (bastantes), que mais se tinham salientado no processo, foram suspensos, à ordem da Pide, durante dez, dezasseis e 21 dias.

Os mineiros do Lousal, na altura, nem ao Sindicato podiam recorrer, pois só foram inscritos no seu organismo de classe depois do triunfo do movimento dos capitães.

DIFICULDADES

Segundo o adjunto do director técnico da mina do Lousal — que é explorada pela sociedade Mines et Industries, de capital belga, integrada no grupo Sapec —, a exploração regista prejuízos desde 1974. Contribui para esta situação a manutenção do preço de venda da pirite («com ligeiras actualizações»), o aumento de salários posterior ao 25 de Abril, e a subida dos preços das matérias e da energia.

Paralelamente, no que respeita ao Lousal, extinguiu-se o mercado externo para este minério, devido à sua elevada percentagem de arsénio, um dos maiores poluidores atmosféricos. Revela o eng.º Jorge Valente que os países escandinavos fornecem hoje a pirite que, há mais de dois anos, vendíamos à Alemanha e à Bélgica.

A mina tem vastas reservas conhecidas, (mais de quatro milhões de toneladas) mas, sem que se verifiquem novos investimentos, acompanhados da garantia de colocação do minério produzido, a exploração apenas poderá durar alguns anos, ao actual ritmo de produção de cerca de 600 toneladas diárias.

A continuidade da exploração está dependente, em grande medida, do projecto das pirites alentejanas, relacionado com o complexo de Sinus. Este projecto, no entanto, parece ter sido afastado. «O mercado da pirite está inteiramente dependente das decisões governamentais quanto ao complexo industrial de Sinus, que, neste momento, é uma incógnita», afirma o eng.º Jorge Valente.

O Estado terá portanto, responsabilidades a assumir.

EM FATO DE TRABALHO

Mineiros em Lisboa

para "mostrar como vivem"

«Se, para resolver o problema da conclusão do contrato colectivo vertical dos trabalhadores mineiros, for preciso a sua vinda a Lisboa em fato de trabalho para mostrar aos governantes as duríssimas condições em que vivem, pois, nesse caso, nós viremos» — afirmou ontem no decorrer de uma conferência de Imprensa, um representante do Sindicato dos Trabalhadores Mineiros do Norte, a propósito da luta pela nova tabela salarial, que se arrasta desde Agosto de 1975.

Os trabalhadores do sector mineiro pretendem cerca de mais 1200 escudos do que a tabela salarial proposta pelo patronato, que «é praticamente idêntica à do salário mínimo nacional promulgado há nove meses. Aliás, consoante se disse na conferência de Imprensa, «os patrões acham que as reivindicações são justas, mas, alegando uma crise do sector, dizem não poder oferecer mais, remetendo a responsabi-

lidade para o Governo». O patronato reclamaria um aumento de preços para certos produtos, ou subsídios para aqueles, cujo preço não pode ser alterado por estarem tabelados internacionalmente, adiantou um dos presentes.

«Estamos dispostos a vir mostrar a Lisboa, as condições de vida que temos nas minas. Como os governantes não querem descer à mina, para nós lhe mostrarmos como lá se vive e trabalha, viremos nós com o nosso fato de trabalho, em tronco nu, fazer-lhes sentir a eles e à população das cidades, o que é a nossa vida e o que sucede aos nossos pulmões ao fim do tempo de trabalho».

E conclui: «Isto não é para que as pessoas fiquem com pena dos mineiros. É um grito de revolta muito fundo, do grande desespero em que todos os camaradas mineiros se encontram».

"Vidas sombrias"

MAGROS, esqueléticos, doloridos, como farrapos humanos que a impiedade dos homens atirasse para o enxuro, para o sub-solo da vida, — que é já o limiar da morte, — com todo o ar aflitivo de naufragos que andassem perdidos nas ondas durante dias intermináveis, durante eternidades, os mineiros de S. Domingos e de Aljustrel, que há dias tivemos na nossa frente como um triso vivo de sofrimento, deixaram-nos uma tão funda e dolorosa impressão de espanto, que dificilmente ela se apagará na nossa retina enquanto nos restar um pouco de memória e tivermos alma para sentir os males que afligem os desgraçados.

(...)

E afinal o que pedem os mineiros?

Simplesmente justiça. Essa justiça resume-se nisto que é bem simples: trabalho para todos e diminuição das horas extraordinárias que a uns sobrecarregam de trabalho superior às suas forças e a outros privam do necessário para viver.

Esta é a questão principal cuja solução eles pedem com mais insistência e reputam mais urgente. Depois há outras sobre condições de trabalho que nós consideramos não menos graves e importantes.

Queixam-se os mineiros da falta de elevadores nos pãos das minas, o que os obriga a subir cento e cinquenta metros (cerca de quatrocentos degraus!) após oito, nove e mais horas de trabalho intensíssimo. Essa ascensão penosa sobre quatrocentos degraus húmidos e escorregadios numa escada sem resguardo, sob a iminência de uma queda no abismo, é das coisas mais tristes e desumanas que podem imaginar-se. Já não é por uma questão de justiça que a nossa sensibilidade se confrange perante tão desolador espectáculo: é por um natural sentimento, um elementar dever de humanidade inerente à nossa condição de homens.

Se em Lisboa se proibiu que os animais atrelados subam as ladeiras mais íngremes, porque se permite ainda que pobres seres humanos, fracos e alquebrados, após horas e horas de trabalho exaustivo, molhados até aos ossos, subam esse verdadeiro calvário de quatrocentos degraus, ao fim do qual os espera, no desconforto dos lares, o mauro caldo que lhes enganará os estômagos debilitados e famintos?!



Já alguém pensou nisto a sério, com olhos humanos, debruçados sobre as misérias do mundo?

Perguntarão talvez os incrédulos: mas não há vistorias oficiais a esses lugares de suplício?

Ha. Mas todos nós sabemos — pelo menos os jornalistas sabem-no muito bem —, o que são as vistas de carácter oficial. Pura ficção, simples cortesia, mera troca de saudações. Ha sempre um encarregado solícito que explica tudo, às vezes sem que lho perguntem, como que a não dar tempo que as visitas oficiais se desviem para outros pontos que devem permanecer ocultos... Aos infelizes que estão na última escala da hierarquia, àqueles cuja sorte está em jogo, não é costume interrogar. Isso equivaleria a uma falta de confiança para com os dirigentes. Deste modo os males continuam sem remédio, indefinidamente. (...)

Isto escrevia Herculano Pereira em Outubro de 1930, na revista «ABC», em prosa intitulada VIDAS SOMBRIAS // Como vivem os mineiros de S. Domingos e de Aljustrel. Por esta altura, ainda o historiador e académico Rocha Martins dirigia essa «revista portuguesa», que o jornalista Carlos Ferrão editava. O número citado é o 537, de 30/10/1930.

Hoje, S. Domingos é uma traça de túneis, galerias e pisos abandonados, por razões que estão por esclarecer devidamente. As escadas, em Aljustrel, cederam lugar a elevadores que, num dos pãos, são suficientemente modernos para se considerarem seguros. Mas as condições de vida, de trabalho, de higiene e segurança, e de remuneração, pouco se alteraram — mudou o suficiente para que tudo ficasse na mesma.

Escureram, de então para cá, 46 anos. O ano III da era democrática, desmaiado ou não, está aí a bater à porta. Tão fraca é a percução da aldraba que os mineiros a não ouvem.

Nacional

SECRETÁRIO DA INDÚSTRIA PESADA AO "D.L."

Para acabar com "uma certa angústia"

O secretário de Estado da Indústria Pesada, eng.º Nobre da Costa, fez, recentemente, uma viagem ao Norte para tomar contacto directo com as empresas do sector da indústria pesada: celulose, metalomecânica, siderurgia, adubos e indústria química.

O «D. L.» solicitou ao eng.º Nobre da Costa que fizesse o ponto da situação nessas indústrias e nos desse a conhecer as suas impressões dessa viagem. São as suas declarações que a seguir registamos.

«O objectivo da minha viagem foi estabelecer contacto com as empresas principais da indústria pesada. Este sector não é dos mais afectados, negativamente, no que se refere a volume de trabalho e a condições de laboração. Há, no entanto, um aspecto preocupante: na verdade, algumas destas empresas estão extremamente ligadas à política de contenção de preços, que tem sido a política do Governo desde as nacionalizações, ou seja desde há um ano, o que faz que algumas delas estejam a vender uma grande parte da sua produção, senão toda, a preços baixos do seu verdadeiro custo.

No que diz respeito à indústria da celulose, virada

principalmente para a exportação, embora forneça pasta de papel para a indústria papelaria nacional, temos, em Viana do Castelo a Solnorte, que é uma fábrica integrada, muito moderna na indústria de papel para embalagens; temos, ao sul do Porto, em Cacia, a Companhia Portuguesa de Celulose, que foi a primeira fábrica de celulose construída em Portugal, produz pasta de papel para exportação, e produz também pasta para alguns tipos de papel.

Quanto à indústria metalomecânica, visitei a principal metalomecânica da região do Porto, a Sepsa, que é uma empresa que fabrica equipamentos mecânicos, e que neste momento, por exemplo, está a fabricar os componentes para vagões de caminho de ferro; está a fabricar equipamentos de caldeiraria para a refinaria de Sines; e está também a fabricar grandes alternadores de 250 megawatts para a central de Setúbal, e alternadores hidráulicos para outras barragens que estão em construção. Neste domínio o da fabricação de alternadores, tem uma tecnologia bastante avançada; noutros aspectos da metalomecânica, não estará tão avançada como o estão algumas empresas no Sul, embora

tenha uma capacidade bastante razoável.

Ainda um pouco paralelo à metalomecânica, visitei os Estaleiros de Viana do Castelo. Como se sabe, a indústria da construção naval luta actualmente com muitas dificuldades.

Em Viana do Castelo está-se a acabar um programa de ampliações de valor médio, pois nunca se poderá comparar com a Lisnave, que se dedica especialmente a reparações, ou com a Setenave, que é um grande estaleiro de construção. Mas todos estes estaleiros lutam com um mesmo problema: é que estão totalmente virados com um mesmo problema: é que estão totalmente virados para a exportação, e esta está condicionada por dois factores muito importantes:

O primeiro é a crise tremenda que o mercado mundial da construção naval atravessa neste momento;

O segundo, é a dificuldade que os outros estaleiros não têm, mas nós temos, que é o facto das matérias-primas para a construção naval não serem fabricadas em Portugal. A chapa naval é importada, e selo-a ainda enquanto não ficar concluído o plano siderúrgico, assunto que se arrasta há quase

uma dezena de anos, e que por várias vicissitudes políticas nunca teve realização efectiva; por outro lado, os equipamentos dos navios também não são fabricados em Portugal: não fabricamos turbinas para navios, nem guinchos, nem equipamento eléctrico de navegação, nem equipamentos electrónicos de navegação. No total 50 por cento são matérias primas importadas, e os outros 50 por cento é matéria prima e mão-de-obra, o que significa uma dificuldade adicional na concorrência.

Na minha ida ao Porto também visitei a nova instalação da Siderurgia Nacional da Maia praticamente pronta, e que está a entrar em funcionamento. A laminagem deverá entrar em funcionamento em Julho.

Quero sublinhar que há uma grande urgência em ver este empreendimento inteiramente a funcionar, já que é um empreendimento que se encontra muito atrasado: neste momento tem mais de um ano de atraso na data prevista para o seu acabamento. Ora, actualmente, o ritmo de encomendas que está a ser posto à Siderurgia Nacional ultrapassa a capacidade de fabrico da Siderurgia e, portanto, aquela unidade virá a fazer o suprimento de uma deficiência importantíssima na nossa capacidade de fabrico.

Visitei igualmente o Amoníaco Português, em Estarreja, que é uma unidade que estava muito antiquada, chegando a estar determinada a sua paralisação. Depois foi lançado um esquema de ampliação, que ficou concretizado, já o ano passado, e esta unidade está neste momento a trabalhar em cheio. Digamos até que felizmente o mercado nacional está a consumir no presente muito mais do que aquilo que eram os máximos anteriores.

A indústria de adubos estava também tradicionalmente virada para a exportação, e houve mesmo quem manifestasse preocupações quando o Amoníaco Português iniciou a sua ampliação. Neste momento a situação que se verifica é que efectivamente o Amoníaco Português é uma unidade essencial, pois o consumo nacional está a absorver a produção quase toda, senão toda, nesta época da chamada campanha de compra de adubos. Mais tarde haverá uma época do ano em que o mercado português não compra e em que a indústria se vira para a exportação.

No sector da química, visitei a Miniteca, que é uma unidade industrial ao lado do Amoníaco Português, também em Estarreja e que fabrica vários produtos ligados ao cloro e à soda, o que tem interesse para várias indústrias, nomeadamente para a P. V. C., um plástico que é fabricado na Sires, uma fábrica também localizada em Estarreja.

Portanto, no conjunto, visitei uma série de unidades indus-



Eng.º Nobre da Costa: «Relativamente ao Plano Siderúrgico já há uma ideia microscópica daquilo que se vai fazer»

triais da região do Porto, estabelecendo contactos directos com os gestores e com as comissões de trabalhadores e analisando os problemas específicos de cada indústria e ventilando os problemas de cada uma delas.

«D. L. — Ao iniciar o seu depoimento, declarou-nos que este sector não é dos mais afectados, neste momento, em volume de trabalho. Gostáramos, no entanto, que o eng.º Nobre da Costa nos falasse das perspectivas a médio prazo.

Nobre da Costa — No que se refere à carteira de encomendas, estas indústrias vivem efectivamente uma certa angústia, porque se a carteira de encomendas tem estado bem preenchida, as perspectivas a médio prazo, não são muito favoráveis e será difícil cobrir alguns pontos mortos que se não de encontrar. Isto resulta a meu ver da paragem completa de investimentos que houve no país depois do 25 de Abril com a subtracção da iniciativa privada, por um lado, e por a máquina do Estado não ter concretizado acções de novos investimentos, isto para as empresas que foram nacionalizadas e que ficaram numa situação de estagnação, à espera que o sector fosse reestruturado, e reestruturadas, e com excepção de alguns investimentos que já estavam em curso, como o da refinaria de Sines e o da construção do porto de Sines, muitos outros investimentos embora já estivessem estudados pararam.

Note-se que uma das minhas principais preocupações foi relançar os projectos que havia, que já vinham de trás, e, portanto, conseguir que eles passassem a uma fase de realização, mesmo quando se tratava de projectos de capital intensivo.

Por projectos de capital intensivo, entendem-se os projectos que englobam investimentos elevados em relação à mão-de-obra empregada, e isso podia levar a que se pensasse que não era o tipo de projectos mais adequado para os nossos problemas económicos do momento, na medida em que não vão criar muitos postos de trabalho. Simplesmente, eu considero que esses projectos são, de facto, a melhor resposta que se pode dar e a mais rápida à crise actual, porque desde que esses projectos vão

para a frente, além de enriquecerem mais o património nacional, quer do ponto de vista tecnológico quer do ponto de vista de economia de divisas, que deriva da exportação, esses projectos de capital intensivo vão trazer muito trabalho à indústria nacional. E é evidente que se se realizarem os projectos da indústria petroquímica, da siderurgia, o chamado plano siderúrgico, e outros projectos semelhantes, esses projectos poderão trazer à indústria nacional, milhões de contos de encomendas, quer à indústria de construção civil, quer à indústria de montagem, quer à indústria de metalomecânica e portanto a resposta à crise é muito mais rápida.

Os projectos desde que estejam lançados sobretudo daqui a um ano, quando tudo estiver a dar entrada na oficina, estarão já a dar trabalho directamente às pessoas. Esta tem sido uma das principais preocupações desta Secretaria de Estado, que levou a acelerar o lançamento da linha de prazos do projecto da indústria petroquímica, o que já está neste momento concretizado. Estão também já lançados os contactos para a construção das unidades de aromáticos junto à refinaria do Porto para a construção da unidade de etileno junto à refinaria de Sines, e para a construção de um grupo industrial para fabrico de polietileno de alta e baixa intensidade, e polipropileno.

Para além disso, vai ser criada uma empresa pública de petroquímicas aromáticas que terá a sua sede no Norte e que virá a desenvolver toda a indústria de aproveitamento de produtos aromáticos fabricados junto da refinaria do Porto, e que acabará na fabricação de fibras sintéticas, nomeadamente o nylon e poliéster.

Este conjunto representa mais de 30 milhões de contos de investimento, dos quais, neste momento, já estão comprometidos 17 milhões de contos de investimento.

Relativamente ao plano siderúrgico, já há uma ideia microscópica daquilo que se vai fazer e já foram lançadas as primeiras cartas de consulta para escolher o projectista que irá executar o plano geral.

Declarações recolhidas por J. Cândido de Azevedo.

CAMPANHA de ASSINATURAS

JORNAIS E REVISTAS DA URSS

«Mejsdunarodnaia knyga» CENTRAL DISTRIBUIDORA LIVREIRA

Distribuidoras dos seguintes Jornais e Revistas

	Números	Espanhol	Francês
União Soviética	12	100\$00	100\$00
Viagens na URSS	6		50\$00
Sputnik	12	220\$00	220\$00
Literatura Soviética	12	100\$00	100\$00
Mulher Soviética	12	75\$00	75\$00
Cultura e Vida	12	100\$00	100\$00
Filme Soviético	12	50\$00	50\$00
O Desporto na URSS	12	175\$00	175\$00
Ciências Sociais	4	175\$00	175\$00
Socialismo — Teoria e Prática	12	50\$00	50\$00
Vida Internacional	12	175\$00	175\$00
Tempos Novos	52	35\$00	35\$00
O Século XX e a Paz	12	150\$00	150\$00
Revista Militar Soviética	12	340\$00	340\$00
Comércio Externo	52	160\$00	160\$00
Notícias de Moscovo	52	80\$00	
América Latina	4		

NOME

MORADA

(Assinale os Jornais e Revistas que pretende assinar, envie cheque ou vale de correio para CDL)

Os grandes progressos sociais realizados na União Soviética tornam a existência dos seus cidadãos mais rica e mais agradável.

As revistas que se publicam em línguas estrangeiras contribuem para uma melhor compreensão das conquistas do povo soviético a caminho da sociedade comunista.

Elas descrevem o modo de vida dos Soviéticos, os seus pontos de vista sobre o futuro e o meio que os rodeia.

Quer conhecer a realidade soviética? Assine as revistas e jornais soviéticos. Escreva ou telefone para



CENTRAL DISTRIBUIDORA LIVREIRA
AV. SANTOS DUMONT, 57-C LISBOA-1
TELEF.: 769751/769705

TEATRO MUNICIPAL DE
SÃO LUIZ

HOJE, às 21.30

CONCERTO DE MÚSICA DE VANGUARDA

pelo Atelier de Musique de Varsovia

M/6 anos

Direcção de ZYGMUNT KRAUZE

Com o apoio da Direcção-Geral da Acção Cultural e dos Serviços de Música da Radiodifusão Portuguesa

Estrangeiro

Endurecimento das sanções da O.N.U. contra a Rodésia

NAÇÕES UNIDAS (NOVA IORQUE), 7 — (R.) — O Conselho de Segurança da ONU, decidiu por unanimidade endurecer as sanções económicas em vigor contra a Rodésia, desde 1968.

Todos os 15 membros do Conselho co-patrocinaram uma resolução aprovada ontem à noite, para alargar o âmbito do seu boicote à colónia dissidente britânica. A decisão é obrigatória para todos os Estados

membros das Nações Unidas.

A moção visa especificamente evitar que importações e exportações da Rodésia consigam cobertura de seguro.

A medida aplicar-se-ia a automóveis alemães ocidentais, japoneses e franceses, que têm achado forma de chegar à Rodésia. Abrangeria também o minério de cromo rodésiano importado pelos Estados Unidos, violando o embargo.

Outra cláusula da resolução

destina-se a impedir que companhias internacionais, como cadeias, de hotéis, firmas de cartões, de crédito ou empresas de automóveis de aluguer operem na Rodésia.

O delegado britânico Jeremy Thomas declarou ao Conselho que a moção «deveria servir para fazer compreender às autoridades ilegais de Salisbúria e aos seus partidários que a Comunidade Internacional decidiu aumentar a sua pressão aplicando um alargamento das sanções».

O embaixador norte-americano William Scranton, descreveu o Governo rodésiano como ilegal e assinalou que o Gabinete de Gerald Ford estava disposto a tentar acabar com as importações de cromo rodésiano para os Estados Unidos.

O Congresso tem-se recusado, até agora, a impedir essas importações.

TRÊS MORTOS NA RODÉSIA

SALISBÚRIA, 7 — (ANOP e F. P.) — Um soldado rodésiano branco foi morto num combate contra guerrilheiros, tendo sido feridos dois membros das forças de segurança — anunciou ontem em Salisbúria o Exército rodésiano.

Os guerrilheiros nacionalistas fizeram uma emboscada a um casal branco que viajava de automóvel e atacaram uma exploração agrícola pertencente a brancos no sudoeste do país, segundo o comunicado. Uma mulher branca foi ferida.

Por outro lado, um cidadão africano foi morto quando tentava fugir às forças de segurança. Ainda segundo a mesma fonte, os guerrilheiros mataram um cidadão africano na zona

de guerrilha.

Entretanto, um representante do Governo rodésiano desmentiu notícias de que três helicópteros das Forças Armadas de Salisbúria tinham sido abatidos por guerrilheiros nacionalistas na zona fronteira entre a Rodésia e Moçambique.

Comentando a notícia, divulgada por Rádio Moçambique, o informador do Governo de Ian Smith afirmou que nenhum aparelho rodésiano foi abatido durante os três anos de guerrilha, embora alguns tenham sido atingidos.

«Se um aparelho tivesse sido abatido os seus ocupantes teriam morrido e haveria informação oficial sobre o assunto» — acrescentou o porta-voz.

Medidas contra a agitação na capital chinesa

PEQUIM, 7 — (FP) — A situação está completamente calma em Pequim, depois da agitação e dos incidentes das últimas 48 horas. As autoridades chinesas tomaram no entanto medidas prevenindo qualquer recomeço de agitação.

A Praça Tien An Men, que foi o teatro dos incidentes, está guardada desde as primeiras horas de hoje por um cordão duplo de agentes da Polícia fardados de azul e de soldados com uniformes verdes. O acesso à praça não é autorizado. Tal como na noite de terça-feira, milhares de milicianos armados de paus estão reunidos discretamente em dois parques no interior dos muros da Cidade Proibida.

Estas medidas tomadas pelas autoridades chinesas parecem indicar que desejam impedir todo e qualquer recomeço de desordens.

A circulação faz-se normalmente à volta da praça e na Avenida da Paz Eterna (Changan) que passa diante da Cidade Proibida e atravessa Pequim.

«NOVAS SEMENTES VENENOSAS»

HONG KONG, 7 — (R) — O «Estrela Vermelha», órgão do P.C. chinês, desferiu hoje um violento ataque contra o que classifica como uma nova classe burguesa de partidários do capitalismo na China, não mais interessados em fazer a Revolução.

Num artigo citado por Rádio Pequim e publicado também na primeira página do «Diário do Povo» de Pequim, o «Estre-

CONSELHEIROS SOVIÉTICOS TREINAM GUERRILHEIROS?

WASHINGTON, 7 — (FP) — Um relatório dos serviços norte-americanos de informação indica que se encontram em Moçambique 18 conselheiros militares soviéticos que estariam a treinar os nacionalistas negros da Rodésia que se refugiaram em território moçambicano.

Segundo este relatório, que circulava na segunda-feira na capital norte-americana, os conselheiros militares soviéticos foram enviados para Moçambique, onde serão distribuídos pelos vários centros de treino que agrupam 2.000 guerrilheiros rodésianos.

A presença destes conselheiros, segundo o relatório dos serviços de infor-

mações, é um primeiro índice da vontade dos soviéticos de tomarem parte no conflito que opõe negros e brancos na Rodésia.

Segundo os serviços norte-americanos de informação teriam também sido detectados cem soldados cubanos em Moçambique.

Segundo alguns peritos norte-americanos, os guerrilheiros rodésianos estão mal treinados, não têm quadros competentes e estão divididos politicamente, encontrando-se espalhados ao longo da fronteira com a Rodésia, de onde flagelam as tropas governamentais. Estes peritos consideram que eles só poderão constituir uma verdadeira ameaça para o Governo de Ian Smith se tiverem um treino intensivo.



O presidente egípcio, Anwar Sadat, em visita à Itália, conferenciou em Roma com dirigentes italianos. Na foto: o chefe do Estado egípcio com o primeiro-ministro italiano, Aldo Moro. Segundo círculos oficiais, Sadat obteve ontem apoio da Itália para o estabelecimento de um Estado palestino. (Telefoto UPI-Telimprensa)

A Assembleia cambojana escolherá novo Governo

BANGKOK, 7 — (FP e R.)

O primeiro-ministro cambojano Pen Nouth anunciou hoje que o seu gabinete se tinha demitido para permitir à recentemente eleita Assembleia Representativa Popular escolher um novo Governo.

A demissão do gabinete segue-se a uma comunicação feita há dois dias pelo príncipe Norodom Sihanouk de que ia demitir-se do seu cargo de chefe de Estado do Camboja, o qual tem sido governado pelos kmers vermelhos desde 17 de Abril do ano passado.

Nouth, um veterano companheiro do príncipe Sihanouk, declarou numa emissão de Rádio Phnom Penh que a Assembleia de 250 membros, eleita em 20 de Março, realizaria brevemente a sua primeira sessão em Phnom Penh.

O presente Governo havia desempenhado as suas tarefas após a vitória comunista na guerra contra o regime do marechal Lon Nol — apoiado pelos norte-americanos — o qual afastara o príncipe Sihanouk do poder por meio de um golpe de Estado em Março de 1970 — salientou North.

O Governo havia elaborado uma nova constituição para o Camboja e organizado as eleições do mês passado — acrescentou.

Observadores disseram que aparentemente a adminis-

tração «Khmer» vermelha estava a preparar-se para anunciar, provavelmente muito em breve, uma nova estrutura no poder no Camboja.

O Governo que se demitiu hoje incluía alguns adeptos do príncipe Sihanouk e era baseado no «Governo real de união nacional de Kampuchea» (GRUNK) que o príncipe de 53 anos de idade, formou no exílio, em Pequim, em Maio de 1970, pouco depois de ter sido destituído pelo marechal Lon Nol.

O GRUNK era formado no início por três grupos: os nacionalistas progressistas (do qual fazia parte o primeiro-ministro, Pen Nouth), os intelectuais Khmeres residentes no estrangeiro e os dirigentes e quadros da resistência interna, a maior parte deles comunistas, como por exemplo Khieu Samphan, vive-presidente do GRUNK.

Depois da queda de Phnom Penh, no dia 17 de Abril de 1975 o verdadeiro chefe na capital do Camboja passou a ser o vice-presidente do GRUNK, Khieu Samphan, que era ao mesmo tempo vice-primeiro-ministro e ministro da Defesa. De facto, o príncipe Sihanouk só chegou a Phnom Penh em Setembro desse ano e o primeiro-ministro Pen Nouth, doente, continuou em Pequim por mais algum tempo.

Caleidoscópio

■ NOVA IORQUE, 7 — (FP) — O secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, declarou-se convencido que a Aliança Atlântica se desagregaria se na Europa Ocidental fossem eleitos governos comunistas, relata o «New York Times».

■ WASHINGTON, 7 — (R) — O Departamento da Defesa declarou saber que se encontram em Cuba pilotos de combate soviéticos.

■ MADRID, 7 — (ANOP) — A maior parte dos 29 prisioneiros que ontem se evadiram da prisão de Segóvia, estiveram menos de 24 horas em liberdade, uma vez que a guarda civil capturou 22, numa operação que se saldou com a morte de um dos fugitivos e outros dois feridos.

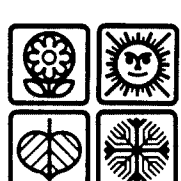
■ NOVA YORK, 7 — (ANOP e R) — Jimmy Carter foi o vencedor das eleições primárias no Wisconsin pelo Partido Democrático, ficando o congressista

Morris Udall, do Arizona, em segundo lugar.

Por seu lado, o presidente Gerald Ford voltou a ganhar distanciando-se folgadoamente do seu rival Ronald Reagan na eleição primária republicana.

■ BELFAST, 7 — (R.) — Perderam a vida quatro pessoas na Irlanda do Norte, durante a noite, quando guerrilheiros alargaram às províncias a sua campanha de violência contra o domínio britânico.

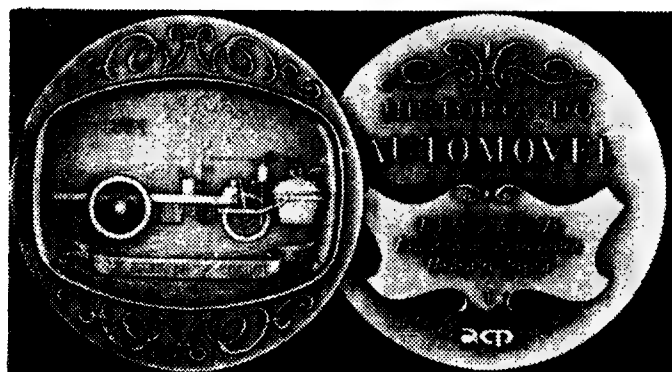
visite



10º SALÃO Nauticampo

2.ª 1.ª ABRIL

SALÃO INTERNACIONAL DE OCUPAÇÃO DOS TEMPOS LIVRES
NA FEIRA INTERNACIONAL DE LISBOA
HORÁRIO: DIAS ÚTEIS DAS 16H AS 23H-SAB E DOM DAS 15H AS 23H



HISTÓRIA DO AUTOMÓVEL

Série de 24 medalhas e album (1 por mês)
Bronze 150\$00 — Prata 850\$00

Pedidos ao AUTOMÓVEL CLUBE DE PORTUGAL
ou à GRAVARTE — Rua dos Bacalhoeiros, 28 — LISBOA

Espectáculos

Novos discos no mercado

Reedição de um grande êxito popular: The Platters em «Only you» («And you alone»), no mesmo EP que inclui «Smoke gets in your eyes». Um disco que continua com aceitação no mercado, embora os anos tenham passado sobre o quinteto de negros que fez carreira nas espiras e no «écran» branco. A propósito de «Smoke gets in your eyes»: a composição de Jerome Kern está novamente na berra, graças à interpretação moderna de Brian Ferry, «leader» dos Roxy Music.

Os Abba (lembra-se da Eu-

rovisão?) em «I do, I do, I do», «Mamma mia», «S.O.S.» e composições folclóricas de vários países. Um 45 rpm para público muito restrito.

Mais um prémio para os «10 cc» a sua interpretação do trecho «I'm not in love» ocupa, de momento, lugar destacado nos «top-ten» de Londres.

Foi, não há dúvida, o maior sucesso da música ligeira brasileira no ano passado: Chico Buarque de Holanda em «Tanto mar», composição que vem directa ao coração português. Lançada em LP (logo interdito

nas bancas do Brasil...) «Tanto mar» é agora incluído ao lado de «gota d'água» e «bem querer» (tudo da lavra do filho do historiador Sérgio Buarque de Holanda) num EP que está a provocar corrida pelos entusiastas do excepcional compositor-intérprete que Portugal conhece e admira. E à nossa Revolução fica estreitamente ligado.

Os Janelas Verdes (Green Windows, como pretendem, «para tomada do mercado internacional») surgem em duas composições de Tó Zé Brito («Lembranças» e «Quem manda, sapateiro») a primeira com melodia de Mike Sergeant, que é também co-autor dos arranjos (o parceiro é Vítor Mamede). Green Windows, definitivamente sem José Cid, numa etapa nova das suas vidas.

Nascido em Torres Vedras, em 1940, Ruy Moura Guedes é licenciado em Direito, depois de ter sido aviador civil e locutor da Rádio, redactor literário (jornal «Vida Universitária» e outros órgãos da imprensa periódica) e membro do Centro de Estudos Astronáuticos e do Centro Universitário de Cinema. Publicou quatro livros com poemas: «Quada sem sombra», «Cidade dos girassóis», «Escondam as mãos» e Poemas da Revolução». E, igualmente, autor de prosas: «Contos portugueses» (1964). Três discos editados: «Criança portuguesa» e «Cantemos todos», «Para hoje» e «Trabalhador», mais recentemente «Soldado português» e «Carta a um emigrante». Um disco de boa craveira, este último 45 rotações que tem poesias de Moura Guedes



Ruy Moura Guedes: advogado que canta



«Green Windows»: etiqueta estrangeira para produto nacional

musicadas por Mike Sergeant e Jorge Vieira.

Sérgio e Madi: trilhando caminhos musicais diferentes, encontraram-se em Moçambique, passando a formar duo e a actuarem em várias capitais.

Sérgio Wonder (nascido em Porto Amélia, 1946) e Madi Nelson (Pretória, 1945) estão no terceiro disco comercial: após «A não ser que» e «Rua da Prata, Rua do Ouro», aí está um 45 rpm que inclui «Mv only

one» (música e letra de Tó Zé Brito) e «Click song» (versão de Madi sobre uma composição tradicional).

Trabalho instrumental a assinalar: e bons dotes vocais dos intérpretes sul-africanos.

CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ABONO DE FAMÍLIA DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE LISBOA

Alameda D. Afonso Henriques, 82 — LISBOA - 1

Concurso público para a empreitada respeitante às alterações a efectuar na cave esquerda e subcave do prédio da Alameda D. Afonso Henriques, n.º 82 — LISBOA

Faz-se público que às 15 horas do próximo dia 30 de Abril se procederá ao concurso público acima designado.

Depósito provisório 12.500\$00

O processo do concurso encontra-se patente na sede da Caixa, no 4.º andar esquerdo, durante as horas normais de expediente.

Lisboa, 7 de Abril de 1976.

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA

TEATRO NACIONAL DE S. CARLOS

TEMPORADA DE INVERNO

CONCERTOS VERDI-WAGNER ADIADOS

5.ª-feira, 8 de Abril, às 21.30 horas (10 anos)
Sábado, 10 de Abril, às 16 horas (6 anos)

Para estes concertos são válidos os bilhetes com as datas de, respectivamente, 12 e 14 de Fevereiro de 1976. Como a tempo se divulgou, não foi possível realizar os concertos nas datas previstas por razões de saúde da cantora solista para eles inicialmente contratada, Léonie Rysanek, razões essas que persistem e determinaram a sua substituição por

JESSYE NORMAN

Já conhecida do público de Lisboa, pela sua actuação num concerto da Sociedade de Concertos de Lisboa e pelos seus discos (prémios: Grand-Prix du Disque, Orphée d'Or), em especial as gravações integrais das seguintes óperas: «Le Nozze de Figaro» e «La Finta Giardiniera» de Mozart, «La Fedeltà premiata» de Haydn, «Un Giorno di Regno» de Verdi e «Euryanthe» de Weber.

PROGRAMA DOS CONCERTOS

- 1.ª Parte — Trechos das três primeiras óperas de Verdi:
— OBERTO
— UN GIORNO DI REGNO
— NABUCCO
- 2.ª Parte — Trechos de Wagner, ligados à pessoa de Mathilde Wesendonck e à personagem Isolde:
— WESENDONCK L'IEDER
— PRELÚDIO E MORTE DE ISOLDA

Soprano JESSYE NORMAN Maestro EDWIN SCHOLZ
ORQUESTRA E CORO DO TEATRO DE S. CARLOS

Golda Meir na Broadway

A senhora Golda Meir, antigo primeiro-ministro de Israel, vendeu os direitos de produção em cena das suas memórias — informa de Telavive a agência France-Press.

Olívio de Golda Meir foi publicado recentemente, em simultâneo em vários países.

Os direitos foram adquiridos pelo presidente da «Theater Guild», de Nova Iorque, que parece decidido a montar um espectáculo musical na Broadway inspirado na vida do ex-primeiro-ministro.

trabalhadores de teatro da
CASA DA COMÉDIA

OS ENCANTOS DE MEDEIA
ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA
(O JUDEU)
enc. norberto barroca

terça a sábado 21,30 h
domingo só às 18 h.



r.s. francisco borja 24
lisboa 607299

Última semana
Só até ao dia 11

Crítica de Teatro

CARLOS PORTO

«Uma Canção no Pão...», de R. Magalhães Júnior. Encenação: Pedro Pinheiro. Cenografia e Figurinos: Toscano Vieira. Montagem: Armando Venâncio. Sonoplastia: Manuel Luís. Intérpretes: Pedro Pinheiro, Ana Le Matre, Armando Venâncio, Manuel Luís, Margarida Rocha, Manuela Guilherme, Eduardo Jorge. Teatro do Povo. 27/3/1976.

Era simpática a ideia de fazer esta peça até porque o teatro brasileiro é tão pouco conhecido em Portugal; era simpática a ideia da peça que quer mostrar, na noite da tomada da Bastilha, o que faziam aqueles que não tinham nada a ver com isso, e só por oportu-

“Uma canção no pão”: a simpatia não basta

nismo (como no 25 de Abril) nela participaram. É simpático este grupo que pretende fazer teatro para o povo; que se apresenta sem arrogâncias, e defende a nacionalização do teatro. Infelizmente, não é com simpatia (ou com boas intenções) que se faz bom teatro — como se vê uma vez mais neste espectáculo que valendo em intenção mil vezes certos espectáculos de Vasco Morgado não atinge o nível de comunicação capaz de interessar o público.

A peça conta-nos a história de um padeiro do rei cuja maior aspiração consiste em passar a pasteleiro do rei. O intendente deste, que lhe conhece o fraco, e lhe quer apertar a mulher, arranja com que ele seja preso. Para isso, dá à mulher os versos de uma canção revolucionária da época — o célebre «Ca ira» — para que ela os meta nos pães

que vão para a corte. Assim, o padeiro fica em apuros e só não é preso porque tem um amigo na polícia (vantagens de certas amizades...). Preso o intendente por revolucionário — foi bem feito —, o padeiro prepara-se para se juntar aos revolucionários que vão derrubar a Bastilha como se realmente tivesse sido ele quem intencionalmente colocara a canção no pão.

O autor não teve talento para explorar o filão que tinha ao seu dispor; a encenação não tinha meios para transformar o texto insosso no espectáculo forte que o tema pedia. Os actores pouco mais podiam fazer. E o espectáculo — que contém um cenário adequado — não se safa da mediocridade. É pena porque este grupo — repete-se — não só merece o respeito do público como o apoio que este ainda não lhe deu.

“CONVIVIVUM MUSICUM” NUM CONCERTO EM PARIS

O «Convivium Musicum» deu um concerto no Centro Cultural Português de Paris, executando com o maior êxito peças de Mozart, Schubert, Haydn, Erick Satie, Felipe Pires, Bela Bartók e Schuman.

O público, que enchia completamente a sala, aplaudiu demoradamente os intérpretes: dois sopranos, um tenor, um barítono e dois pianistas, que haviam escolhido um programa marcado pela diversidade, desde peças clássicas de Mozart e Haydn, a composições e aéreas românticas, sobretudo de Schuman, Schubert e Mendelssohn. Entre umas e outras os seis membros do «Convivium Musicum» apresentaram duas canções populares portuguesas de autoria de Filipe Pires.

O dr. Coimbra Martins, embaixador de Portugal em Paris, era um dos muitos apreciadores de música clássica presentes no concerto, onde também

se encontravam professores universitários e estudantes portugueses.

Criado por vários alunos do Conservatório de Lisboa, sob a direcção do prof. Croner de Vasconcelos, o «Convivium Mu-

sicum», que além de Paris tem no seu roteiro muitas outras cidades da Europa, mereceu do dr. Coimbra Martins esta afirmação: «Formação de género pouco corrente, de grande qualidade e de uma notável homogeneidade.»

Com Roland Casenave

Curso de “ballet” na Calouste Gulbenkian

Vai realizar-se, de 12 a 28 do mês corrente, um curso de bailado orientado pelo «Maitre» de Ballet Roland Casenave, figura de renome internacional do mundo balético e que já por diversas vezes se deslocou a Portugal, «País que muito amo», como já teve ocasião de referir aos seus amigos portugueses.

Os interessados, de acordo com um comunicado que a Calouste Gulbenkian, nos remeteu, deverão dirigir-se àquela Fundação (Serviços de Recepção), na Avenida de Berna, 45 das 9 às 13 e das 15 às 17 e 30, a fim de preencherem o respectivo boletim de inscrição.

A frequência do curso é gratuita.

Crítica de Cinema

JORGE LEITÃO RAMOS

Título original: Tow va bien
Realização e argumentação: Jean-Luc Godard e Jean-Pierre Gorin (França-Itália — 1972)
Fotografia (eastmancolor): Armand Marco
Montagem: Kenout Peltir
Interpretação: Yves Montand (ele), Jane Fonda (Suzanne), Vittorio Caprioli (o patrão), Jean Pignol (o delegado CGT), Pierre Oudry (Frédéric), Elisabeth Chauvin (Geneviève), etc.
Distribuição em Portugal: Filmes Ocidente
Cinema: Nímas
Classificação: Não aconselhável a menores de 13 anos
Duração: 95 minutos

Destruir, dizia ele. Destruir, diziam eles em 1972, ainda e de novo e, talvez eternamente. Eles chamavam-se Godard e Gorin e tinham tomado nas mãos um nome e uma bandeira: grupo Dziga Vertov. E com o dinheiro da maior empresa cinematográfica francesa fizeram um filme, *Tudo vai bem*. E foi o maior fracasso, crítico e comercial da carreira de Godard. Mas um dos seus maiores filmes.

Desembocar de um caminho em direcção à esquerda, passagem obrigatória que quem passou Maio e partiu e voltou, *Tudo vai bem* é possivelmente a obra mais emocional de Godard (aqui em fim da ligação com Gorin) o reflexo exemplar do seu próprio projecto político.

De política se trata com efeito. Já não de fazer cinema político (que, aliás, Godard sempre recusou) mas de fazer politicamente cinema, quer dizer, não se trata de inscrever um discurso de esquerda numa estética imperialista (reconfortante e consumível) mas de levar à própria prática do cinema a análise de Marx, de agudizar nela as contradições entre os seus elementos, de as

"Tudo vai bem" de Godard-Gozin

tornar insustentáveis e, portanto, em ruptura.

Também no cinema há componentes em relação de dominação. Antes de tudo a dominação imagem-som, a subordinação deste àquela. Primeiro passo, passar à evidência esta contradição apagada nas formas dominantes do cinema. Eis por isso o som hipervalorizado, a construção de um écran totalmente opaco. A imagem fica assim evidente componente, o som desligado daquela combatendo-a no terreno do filme.

contradições), dos actores-estrelas à própria ligação «lógica» espaço-temporal, eis um propósito. Dar ao filme, por isso, um carácter material onde as coisas não macaquiam o real mas tomam peso como realidades concretas. Ou ainda a tese de que não é por ver/ouvir que se vive o real e se transforma. Para quê, então o filme?

Esta a grande questão. Como e para que são as duas perguntas sem resposta que Godard/Gorin fazem publica-

verbo dos outros, mas pesá-lo por nós. Dizer eu historicamente. E este eu é uma unidade; não mais a separação do sexo da luta de classes do lar, da fábrica, do pessoal, do colectivo. Tomemos então a palavra e falemos.

Este texto é uma dessas tentativas. Por isso ele se constrói assumindo a sua própria violência, a sua ambiguidade, as suas incapacidades. Porque a crítica não é a tradução do cinema «por miúdos», nem a sua explicação, nem o seu prolongamento, tomemos também



Destruir o espaço monolítico do enquadramento, ou uma estética televisiva a invadir, em definitivo, o cinema.

Contradição anterior a esta é porém a existência do filme como objecto. Destruir o fascínio da transparência (onde aliás se integram as outras

mente. *Tudo vai bem* é a efectivação de uma dúvida de uma contradição do intelectual na sociedade burguesa, de uma impotência. Por isso o filme se define na explanação de uma incapacidade de encontrar a forma e o fundo correctos e ajustados e daí o seu carácter de obra em permanente construção-destruição. Alguns dados, como plataforma, se encontram, porém, lançados. A recusa do pai, da palavra alheia, da tutela venha ela de Marx, de Mao ou do partido, de Griffith ou de Brecht. Não mais explicar o mundo pelo

nós a palavra, incitemos o leitor a tomá-la. O crítico não é, o papa da cultura, o alquimista da verdade filmica. É alguém que usa a palavra em liberdade vigiada pelo filme, toma dele o impacto e o prazer, e com ela faz um texto cuja ligação umbilical à obra é uma eterna questão, sempre adiada porque irresolúvel.

Por isso, também, este texto não é exaustivo mas tão só iniciatório. A palavra última (ou primeira) será sempre a dos espectadores. Não alienar esse direito é, também, uma forma de combate.

Hoje



Marlene Dietrich

I PROGRAMA

- 19.00 Abertura e Formação — a impressão — apresentação pelo Departamento de Programas Juvenis e Infantis.
- 19.25 Magazine do Norte — transmissão dos Estúdios do Porto.
- 19.55 Educação Permanente
- 20.15 Vamos Jogar no Totobola — prognósticos para o próximo concurso.
- 20.30 Telejornal — 2.ª edição — noticiário do País e do estrangeiro.
- 21.00 Campanha Eleitoral — União Democrática Popular (U.D.P.); Partido Popular Democrático (P.P.D.) e Partido da Democracia Cristã (P.D.C.).
- 21.35 Programa do Estado-Maior-General das Forças Armadas
- 22.00 Noite de Cinema — «O Anjo Azul» («Des Blane Engel») — com Marlene Dietrich e Emil Jannings. Realização de Josef von Sternberg. Ano de produção: 1930.
- 23.15 Telejornal — 3.ª edição
- 00.05 Fecho

II PROGRAMA

- 20.00 Abertura e «Lua de Papel» — série filmada
- 20.25 As Pedras e o Homem — Portalegre.
- 20.55 «Pesquisa» — série filmada.
- 22.00 Expedição
- 22.30 Telejornal — em diferido a edição transmitida no I Programa às 20 e 30.
- 23.00 Fecho



Amanhã

I PROGRAMA

- 1.º Período — 13.15: Abertura e Telejornal — 1.ª edição; 13.30: «O Golfinho Branco» — série filmada; 14.00: Logo à Noite — cartaz dos cinemas e teatros de Lisboa e Porto e os programas da RTP. 2.º Período — 19.00: Abertura e Ver e Pensar — rubrica apresentada pelo Departamento de Programas Juvenis e Infantis; 19.35: «A Flecha Negra» — série filmada, baseada na conhecida obra literária de Robert Louis Stevenson. Hoje: «O Regresso do Flecha Negra»; 20.00: TV Palco; 20.30: Telejornal — 2.ª edição; 21.05: Momento Político; 21.40: Relatório; 22.05: «Os Thibault» — último episódio; 23.10: Telejornal — 3.ª edição, 23.30: Fecho.

II PROGRAMA

- 20.00: Abertura e «O Golfinho Branco» — série filmada; 20.30: Teatro — «O Dispensário» — autor: Sean O'Casey. Tradutor Luís Francisco Rebelo. Produtor: Figueiredo de Barros. Realizador: Victor Manuel. Interpretes: Rui Furtado, Constança Navarro, António Marques, David Silva, Cecília Guimarães, José Raymond, Pedro Lemos, José Braz, Leonoir Pereira e Luís Cerqueira; 22.05: Telejornal — em diferido a edição transmitida no I Programa às 20 e 30; 23.30: Fecho.

teatro do bairro alto

R. Tenente Raul Cascais, 1-A (ao Rato)
Tel. 551615

Bilhetes à venda
Proibida a ent. após
início do espectáculo

Última semana



Teatro da Cornucopia

3.ª a sábado, às 21.15 h
domingo, só às 18.00h.
(Não acons. a men de 13 anos)
Bilhet. abre às 17.00h.

MARIA VITÓRIA

Todos os dias
2 sessões

(Não aconselhável às a menores de 18 anos) 20.30 e 22.45

A PLURALIREVISTA DO POVO PARA O POVO

FORÇA, FORÇA, CAMARADA ZÉ!

SALVADOR MARIA DULCE

HENRIQUE SANTANA

CARLOS GONÇALVES
LURDES LIMA
ANTÓNIO SEMEDO
LUÍS MÁRIO

Atracção nacional:

CIDÁLIA MOREIRA
Num momento da abertura da revista
ZITA DUARTE

Aos Domingos e Feriados:
«Matinée» às 16 h.
2.ªs feiras:
Descanso da Companhia

Aos Sábados:
TEATRO INFANTIL às 16 h. (para todos)
«O PRINCE DAS ORELHAS DE BURRO»
Entradas a 10\$00, 15\$00 e 20\$00 (só!)

Sociedade «ESTORIL» LINHA DE CASCAIS AVISO

Para execução de trabalhos de renovação da via, nos dias 5, 6, 7, 8 e 9, no troço C. Quebrada-Caxias, a circulação de comboios, das 9 h 45 às 12 e das 14 h 45 às 16 horas, far-se-á apenas por uma das vias, com os atrasos daí resultantes.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO
COM RADIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRATIS — SERVIÇO PERMANENTE

Telefs. 722786-834271

Avenida S. João de Deus, 13-B Rua Macau, 8

Desporto



No estágio da selecção de andebol: João Gonçalves, Jorge Rodrigues («capitão» e vice-«capitão», respectivamente), António Baraona (da Sumol) e o nosso enviado especial à «Taça Latina»

O «D.L.» contará como foi

As «esperanças» do andebol na Taça Latina, em França

As «esperanças» do andebol português vão actuar, em França, na 13.ª edição da «Taça Latina»: presença nacional num cotejo em que terá pela frente, como competidores iniciais, a fortíssima Roménia (a 10 do corrente), Marrocos (11), Itália (13) e Canadá (16), tendo em seguida lugar os encontros para ordenação de lugares classificativos.

A viagem dos nossos rapazes apenas é possível graças ao apoio financeiro de uma grande organização comercial: a Sumol que, também, apoia a divulgação da prova através do convite endereçado a diversos representantes de Órgãos de Comunicação social para a cobertura do acontecimento.

Está definida, em definitivo, a embaixada de jogadores: João Gonçalves, «capitão» (Benfica); Jorge Rodrigues, segundo «capitão» (Belenenses); Pais (Passos Manuel); Veríssimo (Benfica); Morais (Vitória de Setúbal); João Manuel (Sporting); Delfim (V. Setúbal); Branca (Benfica); Areias (F.C. Porto); Janeiro (Benfica); Guerreiro (Almada); Gameiro (Sporting); Filipe (Benfica); Mesquita (Técnico); José António (Belenenses) e Amorim (F.C. Porto). Estes atletas foram escolhidos e treinados por dois técnicos competentes: Angelo Pintado e Armando Campos, que também orientaram o estágio que precedeu a deslocação e teve lugar em discreta estalagem sita na Estrada da Boca do Inferno, perto do pavilhão do Dramático de Cascais, onde a turma ultimamente treinava duas ou três vezes por dia, dentro de um plano de preparação que englobava, igualmente, exercícios físicos ao ar livre, pinhal e pedestrianismo. Contou-nos o seleccionador Angelo Pintado:

— Diariamente fazíamos

uma análise e discussão do trabalho feito, com recolha de opiniões e críticas. Creio que, com um pouco de sorte, poderemos ficar no 2.º lugar do grupo que nos tocou por sorteio, nesta «Taça Latina», que se destina a jogadores com idade que não ultrapasse os 22 anos. A meta mais próxima, de toda a rapaziada que reunimos, era esta selecção.

«Treinamos muito. No I.N.E.F. (por exemplo) fizemos sessões de preparação desde Dezembro: sem um escudo de desporto, sem uma só falta de qualquer jogador às convocações. A vitória da Federação é esta: juventude e vontade.

José Gomes Machado, presidente federativo, está entusiasmado:

— Em qualidade e em quantidade, tenho a certeza de que o andebol foi a modalidade desportiva que mais avançou, no nosso país, em relação aos anos sessenta. Quanto à sua aceitação internacional (se fosse necessário testá-la) bastaria dizer que, sendo disciplina olímpica de primeiríssimo grau, já agrupa no seu bloco de praticantes 57 nações: tantos são os países que garantiram a sua comparência no próximo Congresso Internacional, a desenrolar em Portugal, de 3 a 5 de Outubro do ano corrente. Igualmente teremos por cá (de 27 de Novembro a 5 de Dezembro) jogos para o campeonato mundial, com as melhores selecções como intervenientes. Um acto de justiça para o labor das recentes direcções da Federação e para o trabalho das várias Associações distritais.

Já se citou que a «Sumol» está de braço dado com o andebol: José Gomes Machado confessa (publicamente) que sem essa ajuda a variante de sete estagnaria. «Foi o bordão

que surgiu na hora em que começávamos a desesperar» — diz.

A propósito: António Baraona de Almeida (administrador da «Sumol»), Teodósio Marques (chefe da secção de vendas e publicidade), mais dois grandes entusiastas que estão metidos na publicidade depois de terem prestado óptimas provas no campo das práticas desportivas (Júlio Borges e o «olímpico» António Faria), reuniram-se, em jantar informal que visou a confraternização de todos os elementos que vão integrar a caravana até Nice (França). António Baraona de Almeida, a certa altura, declarou:

— A «Sumol» quer apoiar, dentro da medida de todas as suas possibilidades, o desporto português. O andebol (para já) foi eleito para, em esforço conjunto com a Federação, patentear um refinamento das suas possibilidades-base em teras estrangeiras e numa competição muito dura mas de envergadura. Modalidade pobre, que seria do andebol sem a ajuda de entidades que completassem todo o esforço desenvolvido, de há anos a esta parte, no sentido da sua valorização?

Ai temos, portanto, a turma de «esperanças» do nosso andebol já com um pé no estribo: parte para França na tarde da próxima 6.ª feira. Ida directa para Nice: depois, jogos em diversas localidades da zona mediterrânica. (La Seyne, Toulon, Draguignon e Nice). No retorno, breve paragem em Madrid, e o desembarque em Lisboa, ao cair da noite do próximo dia 20.

Neves de Sousa, nosso camarada de Redacção, fará a reportagem deste acontecimento desportivo para o «D.L.»

Itália-Portugal em futebol: excursão à cata de dólares

Logo, pelas 19 horas, no Estádio Comunal de Turim, jogam as turmas futebolísticas de Itália e Portugal, num duelo de sabor curioso embora de características nitidamente particulares. A formação nacional deve alinhar, inicialmente, com os seguintes jogadores: Botelho; Artur, Barros, José Mendes e Teixeira; Octávio, Toni, Alves e Fraguito; Jordão e Manuel Fernandes. Como suplentes, estarão às ordens de Pedroto e Juca mais cinco artistas: Conhê, João Cardoso, Shéu, Marinho e Seninho.

Esta manhã, a comitiva portuguesa foi a Superga, depositar flores junto ao monumento evocativo da tragédia com os jogadores do Torino que pereceram no regresso a Itália, após a festa de homenagem a Francisco Ferreira, no Jamar.

Quanto ao problema levantado pelos profissionais do futebol português, ao desejarem receber uma verba pela presença em qualquer jogo federativo em que participem, o caso será apenas resolvido no retorno a Lisboa. Entretanto, sabe-se que a Federação já prometeu dez contos a cada homem do «team» que vai competir em Turim, no caso de êxito frente aos transalpinos. Mas, o que Toni e companheiros basicamente pretendem não é bem isso: desejam que independentemente dos resultados que consigam em campo, embolsem a paga (justa) do seu trabalho-extra...

Segundo foi tornado público («Diário de Notícias» de hoje)

o dr. António Marques, actual tesoureiro federativo e já indigitado presidente da futura gerência, declarou:

«Nunca deixámos de pagar aos jogadores aquilo que estava acordado. Se algum compromisso tivesse sido tomado em relação aos jogos de Góias e da Escócia, tê-lo-íamos satisfeito. Da mesma maneira que lhes pagámos catorze contos pelo jogo de Paris, prémio que não só mereceram por se terem batido muito bem, mas ainda porque constituía um estímulo para o encontro de Praga, que disputaram logo a seguir. Também receberam 20 contos pelo empate de zero-zero em Wembley e tiveram igualmente prémio pelo empate com a Checoslováquia no Porto, mas nada receberam pelo jogo de Praga, nem se justificava. Como também não se justificou a pretensão apresentada pelos jogadores da selecção de esperanças após a derrota de 2-0 em Inglaterra.»

JUNIORES

Foi escolhido o grupo de juniores que, a 14 do corrente, vai actuar em Matosinhos, perante uma turma suíça da categoria, em jogo que conta para o Torneio da U.E.F.A. Eis os nomes: Delgado, Madureira, Rodrigues Dias, Virgílio, Francisco Silva, José Manuel, Brando, José Luís, José António, Chalana, Diamantino, Freire, Folha, Jorge Oliveira, Araújo e Joaquim Gomes. Os jogadores concentram-se na próxima se-

gunda-feira na localidade de A-Ver-o-Mar, junto da Póvoa de Varzim.

JUVENIS

Também já é conhecida a formação de juvenis que irá participar no Torneio de Saint Malô (em França). **Guarda-redes** — José António (Alhandra) e Baptista (F.C. Porto); **Defesas** — Coelho (belenenses), Horácio (Alhandra), José Carlos (Sporting); **Crissanto** (Alcochense) e Carlos Lopes (Santa Iria); **Médios** — Sérgio (Foz), Quinto (Coimbrões), Leite (Pedrouços) e Vitor João (Seixal); **Avançados** — Jorge (Braga), Pinheiro (Candal), Coelho (Penafiel) e Figueiras (CUF).

INICIADOS

Também o grupo de iniciados que vai representar o futebol português em Montaigu (França) está ordenado. A selecção: **Guarda-redes**: Tozé (Braga) e Padrão (Beja); **Defesas**: José Pedro (V. Setúbal), Francisco Silva (V. Setúbal), João Pinto (Braga) e Pita (Sporting); **Médios**: Pereirinha (Benfica), Ademar (Sporting), Tono (Avintes); **Olavo** (Marítimo); **Nogueira** (F. C. Porto); **Avançados**: Nelson Moutinho (Benfica), Paulino (F. C. Porto), Freire (Sporting), Diamantino (V. Setúbal) e Apolinário (Salgueiros). Deste lote fazem parte três jogadores da lista dos juniores: Francisco Silva e Diamantino (V. Setúbal) e Freire (Sporting), os quais tem ainda idade para actuar nos juvenis.

RESERVAS

Lá se arrasta o insípido campeonato lisboeta de reservas. Para hoje estão marcados dois encontros: Atlético-Benfica (18 horas) e Sintense-Sporting (21).

DISTINÇÃO

Humberto Coelho, ao serviço do Paris St. Germain, recebeu o «Oscar» de futebol: prémio conferido pelos jornalistas desportivos de França, através da Rádio Luxemburgo.

Halterofilia: momento de expansão

Organização de grande envergadura (pelo número de participantes que movimentará) a «Taça Comemorativa da Halterofilia» vai ser disputada a 10 e 11 do corrente, numa realização da Federação da modalidade que terá como palco o ginásio do União Peden-

um primeiro teste. Em princípio, será tentada uma experiência inédita entre nós: dois ou três estrados a funcionarem simultaneamente.

Também no sábado, mas das 16 horas em diante: prova internacional particular levantadores portugueses e marroquinos. Seis halterofilistas nacionais estarão em acção, orientados por José Man, Costa Pedro e José Pereira.

Domingo, das 10 às 13 horas: prova para as classes regional e nacional. Das 15 às 20: debate sobre a modalidade, com a presença de todos os halterófilos, no sentido de se discutirem os problemas que afectam a modalidade e, bem assim, definir futuras linhas de rumo. Este debate vai processar-se no salão nobre do ISEF (ex-INEF), na Cruz Quebrada.

Ainda de halterofilia: está editado o «Relatório-75 e Plano-76», obra da responsabilidade José Man (coordenador técnico nacional). É um trabalho de alto nível para o nosso meio desportivo: o espelho de uma Federação que jamais se colocou em bicos de pés para dar nas vistas ou mostrar um trabalho extremamente válido e benéfico para a juventude.

“Mundo Desportivo”

Com a sua edição de hoje, o nosso prezado colega «Mundo Desportivo» entra no 31.º ano de vida, prolongando uma existência iniciada com «Os Sports» e sempre devotada à divulgação e incremento das manifestações desportivas.

Para o seu director, Carlos Carvalho, bem como para todos quantos trabalham em «Mundo Desportivo», as nossas melhores felicitações.

“PAIS BASCO” NA MESMA

Prossegue a Volta ao País Basco: a 2.ª etapa foi ganha pelo italiano Marino Basso, percorrendo os 142 quilómetros do percurso em 4h 5m e 33 a tirada, com duas metas volantes, foi difícil, pelo terreno acidentado, ainda com o agravamento do mau tempo e chuva intensa. Contudo, os ciclistas portugueses têm sabido manter-se no pelotão, respondendo sempre que um esticão

procura fragmentá-lo.

Ontem, embora Basso fosse proclamado o vencedor, a todos os 57 ciclistas ainda em prova foi creditado o mesmo tempo. Por isso o espanhol Javier Elorriaga conservou a camisola amarela e Joaquim Agostinho (5.º), José Martins (7.º) e Fernando Mendes (24.º) mantêm as mesmas classificações.

TOTOBOLA JOGUE CONNOSCO

CONCURSO

N.º 33 (18-4-76)

Sevilha-Hércules	1
Oviedo-Bétis	x
Santander-Las Palmas	1
Granada-Espanhol	x
At. Bilbao-Real Madrid	x
Salamanca-Saragoça	1
Elche-Gijón	1
Ascoli-Inter	2
Cagliari-Verona	1
Nápoles-Juventus	x
Roma-Bolonha	x
Sampdoria-Perugia	1
Torino-Fiorentina	x

N.º 34 (24-4-76)

Guimarães-Belenenses	1
Estoril-U. Tomar	1
Atlético-Varzim	x
U. Lamas-Setúbal	x
Lamego-Boavista	2
Faerense-Fafe	1
Vilanovaense-P. Ferreira	2
Gil Vicente-Lourosa	1
Covilhã-Penafiel	1
Oriental-Esp. Lagos	1
Estrela-Peniche	x
T. Novas-Marítimo	x
Lusitano-Sesimbra	x

beba **Sumol**

Benfica: pedrada no pântano

O Sport Lisboa e Benfica está, presentemente, a consultar a massa associativa, procurando obter o maior número possível de opiniões no tocante ao seu futuro como grande colectividade popular. Tal acção processa-se através do lançamento de um detalhado inquérito, em questionário criteriosamente organizado, que abrange todas as facetas da vida dos «encarnados». Uma série de questões elaboradas pela Comissão de Revisão das Estruturas do Benfica, a trabalhar desde há algum tempo.

Atentos os actuais condicionamentos da vida dos clubes desportivos, este inquérito visa, fundamentalmente, uma contribuição para o desenvolvimento das actividades gimno-desportivas associativas nacionais. Divide-se em capítulos como «O associado e a sua ligação ao clube», «O associado e o futebol do clube», «O associado e as outras modali-

dades do clube» e «O associado e o futuro do clube». São 28 alíneas curiosas, que principiam na indicação identificadora do sócio do Benfica e se estende pela interrogação sobre o horário preferido para as exhibições do primeiro «team» de futebol da Luz, passando por análise às modalidades amadoras e ao jornal do clube, a eventuais realizações de massificação abertas a todos os associados da «água» até ao debruçar sobre a hipótese do clube ter somente secção de futebol profissional com nível internacional e abdicar de outras representações.

Recomendamos a observação deste inquérito (e um sereno debruçar sobre as posteriores conclusões) a quantos se interessam pelo fenómeno desportivo contemporâneo. Uma autêntica pedrada no charco de água estagnada, esta iniciativa benfiquista.

As vozes dos nomes

DEFINIÇÃO

Arnaldo Pereira em «Notícias da Amadora»: «É erróneo afirmar que o desporto é, na sua essência, burguês, e que os campeões seriam os porta-vozes do grande capital.»

FUTURO

Chalana, um dos mais prometedores nomes do futebol benfiquista, afirma ao «Record»:

«Ganho quatro contos por mês (incluindo os prémios de jogos) e tenho de pagar a alimentação e, naturalmente, o vestuário. (...) Ainda fui obrigado a deixar de estudar, pois era inconciliável com o horário de treinos e es-
tágios.»

CONCEPÇÃO

Jorge de Oliveira em «Mundo Desportivo»: «Os vícios em que o desporto (?)

português viveu durante longos anos levarão ainda muito tempo a serem enterrados: Tanto tempo, quanto o que levará a enterrar o passado repressivo, explorador e atentatório à dignidade do homem que todos vivemos sob o fascismo. Porque o desporto é um fenómeno isolado, inofensivo. Ele insere-se — queiramos ou não — no todo da realidade sócio política nacional.»

Lá fora

POPULARIDADE

Centenas de adeptos do futebol fizeram «bicha» à porta de um cinema de Turim e, em poucas horas esgotaram os 1300 bilhetes para a «premiere» de um filme a respeito do «hollandês Johan Cruyff. Cruyff, actualmente ao serviço do Barcelona, é extremamente popular na Itália.

Portugal

CICLISMO

A Federação de Ciclismo tem nova gerência. Os nomes responsáveis: ASSEMBLEIA

tário, Levy Neves; 2.º secretário, Américo Silva. DIRECÇÃO — Presidente, Idalino Freitas; vice-presidente, Basílio de Oliveira; secretário-geral, António Campos; secretário-adjunto, Artur Cordeiro; tesoureiro, Fernando Paixão; vogal, Fernando Duarte; vogal, Amílcar Mateus; suplente, Manuel Trábulo; suplente, Carlos Fernandes. CONSELHO FISCAL — Presidente, José Oliveira; secretário, Rui Carvalho; relator, José Monteiro; suplente, Aníbal Brito; suplente, Carlos Godolphin. CONSELHO TÉCNICO — Presidente, Jorge Lara; secretário, Sidónio Sousa; relator, Brito da Mana; vogal, Manuel Graça; vogal, Onofre Tavares. CONSELHO JURISDICCIONAL — drs. M. Vieira Pinto, Sampaio e Castro, Fidalgo Martins, Rodolfo Lavrador e Manuel Gonçalves.

HÓQUEI

O hoquista internacional Américo Solipa já está em Itália, onde foi integrar a equipa do Novara, por cujas cores se estreia no próximo sábado. Vai ganhar cerca de 50 contos mensais. No regresso a Portugal será novamente atleta amador?

ATLETISMO

Através da Comissão Nacional de Estatística, a Federação de Atletismo lança o boletim «Atletismo», de periodicidade quinzenal, cuja distribuição será feita exclusivamente entre os assinantes que se tenham inscrito na sede federativa (R. do Arco do Cego, n.º 90,5.º

Desporto

Esq., em Lisboa). Dirigido por wamérico Ferreira, o primeiro número do boletim insere artigos como «Da deontologia do Desporto» (pelo eng. Correia da Cunha) e «Distância gráfica entre os recordes portugueses e mundiais» (Luís Leite).

BOXE

Integrada no Juvendo, efectua-se amanhã, no pavilhão da Feira das Indústrias, uma sessão de boxe, organizada em colaboração da Federação, das Associações, de M.V.D., do M.O.D.I., da D.G.D. e de vários clubes com secções da modalidade.

VOLEIBOL

A situação do voleibol português não é famosa. A Associação lisboeta, sentindo que «uma grave ameaça pode atingir grande parte dos clubes», adverte as colectividades através de um extenso comunicado, agora tornado público.

«EQUIPA»

Uma biografia do atleta Carlos Lopes, elaborada por Mendonça Ferreira, preenche o n.º 5 de «Equipa» (Seleções Desportivas) de que é director Monteiro Poças.

VOLEIBOL

PORTUGAL estreou-se com a derrota máxima, na Taça da Primavera (em voleibol) que principiou a disputar-se em Telavive (Israel). Desfechos da ronda: Israel bateu Luxemburgo por 3-0; Holanda-Escócia, 3-0; Grécia-In glaterra, 3-0; Bélgica-Dinamarca, 3-1; Espanha-Portugal, 3-0 e França-Israel Juniores, 3-0 (extra torneio).

BASQUETEBOL

Mais uma agremiação conquistada pelo basquetebol: o Clube Desportivo da Graça, que promove um festival para inaugurar o seu novo recinto de jogos.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

EDITAL N.º 25/76

VENDA DE SUCATA E OUTROS MATERIAIS SEM UTILIDADE PARA O MUNICÍPIO, EXISTENTES NA 1.ª REPARTIÇÃO — ARMAZéns E IMPRENSA MUNICIPAL DA D.S.T.E. DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA.

(Processo n.º 2/76/HP/DSTE)

Faz-se saber que no dia 23 de Abril de 1976, às 10 horas, terá lugar na 1.ª Repartição — Armazéns e Imprensa Municipal da Direcção dos Serviços Técnicos-Especiais, Avenida 24 de Julho, 171 (a Alcântara), a hasta pública supra.

As condições serão publicadas no Diário Municipal, e o processo encontra-se patente, todos os dias úteis, na referida Repartição.

Paços do Concelho de Lisboa, em 25 de Março de 1976.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA

Lino José Góis Ferreira
Coronel

PUB

SINDICATO DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS DO SUL

Rua Jardim do Regedor, 37, 2.º - Telefone 32 10 82
LISBOA - 2

Em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 30 de Março de 1976, no SETS, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único — Aprovação do Relatório e Contas da Direcção relativo ao exercício de 1975

Foi aprovada a proposta que a seguir se transcreve por 37 votos a favor, 29 votos contra e 7 abstenções:

PROPOSTA

- Considerando que a Direcção não cumpriu o que livremente aceitou em 9 de Fevereiro;
- Considerando que a Direcção não participou na redacção dos documentos (Estatuto de Participação do SETS nas Convenções de Trabalho e Estatuto do Órgão de Delegados Sindicais) manifestou o seu desinteresse pelo trabalho sindical;
- Considerando que a Direcção só dá seguimento aos assuntos com os quais concorda, não permitindo a sua discordância;
- Considerando que a Direcção tentou esconder aos Delegados Sindicais e aos Associados os documentos em causa;
- Considerando, ainda, que a Direcção não teve o mínimo de respeito pela opinião manifestada pelos Delegados Sindicais, PROPÕE-SE:

QUE ESTA ASSEMBLEIA APROVE:

- a) Um voto de censura pelo comportamento antidemocrático da Direcção.
- b) Que este voto de censura deva ser entendido como o desejo manifestado pelos Sócios, que a Direcção passe a cumprir as suas linhas programáticas, nomeadamente quanto ao ponto 1. do seu Programa de Candidatura: «Reestruturar a organização do Sindicato, descentralizando as acções e integrando a capacidade realizadora de todos os colegas interessados no processo revolucionário, tendo sempre como objectivo democratizar a vida sindical».
- c) A convocatória de uma Assembleia Geral Extraordinária para os dias 20, 21 ou 22 de Abril próximo com a seguinte Ordem de Trabalhos:
 - 1 - Discussão e votação do Estatuto de Participação do SETS nas Convenções de Trabalho.
 - 2 - Discussão e votação do Estatuto do Órgão dos Delegados Sindicais.
- d) Que a Direcção fique obrigada a policopiar os dois documentos e os distribua pelos Delegados Sindicais para discussão dos mesmos pela classe nos locais de trabalho tendo em vista a maior participação dos colegas na A. G.
- e) Que esta proposta seja divulgada em três jornais diários até ao dia 3 de Abril de 1976, bem como no próximo Boletim do Sindicato.

Lisboa, 30 de Março de 1976.

A DIRECÇÃO

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE LISBOA

MAIOMBE: INVESTIDA PATRONAL COM MÉTODOS FASCISTAS (1)

A classe trabalhadora não pode calar a sua indignação perante a investida patronal violenta com que pretendem retomar as «suas» fábricas, as «suas» firmas para continuarem a explorar sem vergonha a força de quem trabalha.

Se alguns patrões apelam para disposições legais, que o «Estado de Direito» lhes proporciona, outros, no entanto, armam-se e armam as mãos dos seus abjectos lacaios ou chamam as «forças da ordem» para reprimir trabalhadores e retirar-lhes os instrumentos do seu ganha-pão.

Os «patrões» da «MAIOMBE-Importação e Comércio de Madeiras, Ld.ª», são daqueles que optam pela acção violenta directa.

Não se conformando com a perda da MAIOMBE — actualmente com intervenção estatal — os senhores Galvão de Melo (o Manuel e o Artur) em companhia dos sobrinhos fizeram uma excursão nocturna até Faro para agredir perante testemunhas um Delegado Sindical que se encontrava a trabalhar numa firma associada da MAIOMBE na capital algarvia. O agredido apresentou queixa e desde então decorre no tribunal daquela cidade, um processo.

No mês de Fevereiro ou mais precisamente no dia 12.2.76, um trabalhador, daquela firma, ao sair de casa, foi barbaramente espancado por dois desconhecidos que disseram vir da parte dos «patrões» Galvão de Melo.

Quando momentos depois o trabalhador vítima de agressão reunido na firma com a Comissão de Trabalhadores e a Comissão Administrativa expunha o que lhe tinha acontecido, de repente, entra na sala um indivíduo mascarado (capacete, óculos, luvas e gabardina) e perguntou se «estavam preparados». Imediatamente puxa de uma pistola e dispara sobre um dos elementos presentes tendo o projectil ido alajar-se no chão. Seguidamente apontou para os restantes elementos e disparou tendo-se a arma engravado. Os trabalhadores visados tentaram desarmá-lo, e quando lhe tiraram o capacete reconheceram José Galvão de Melo que, tentando fugir, acabou por se ferir na cabeça.

O acontecimento foi imediatamente comunicado à Polícia Judiciária que considerou a intervenção de José Galvão de Melo como uma tentativa de crime frustrada. Mas, passado mais e mais tempo, admiram-se os trabalhadores da MAIOMBE de não mais terem sido informados da evolução do processo, bem como estranham que José Galvão de Melo não tenha sido chamado, como alvitram os trabalhadores, à P. J. para se confirmar a cicatriz na cabeça.

A quem serve este silêncio?

A quem serve a manobra do Jornal «O Comércio do Porto» afirmando, numa local, que todo aquele acontecimento foi motivado por manobras políticas que visam atingir o general Galvão de Melo? Aos trabalhadores com certeza que não! Por isso veementemente repudiam as afirmações do jornal «O Comércio do Porto» opondo categoricamente desmentido, e só deploram que a verdade não venha o mais depressa possível à luz do dia para que o José Galvão de Melo não volte a empregar contra honestos trabalhadores métodos de repressão e terror fascista e seja condenado pelo crime que cometeu.

O SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO EXIGE UMA ACTUAÇÃO CONCRETA E URGENTE DAS AUTORIDADES

(1) Tendo saído nas colunas deste jornal a tomada de posição acima transcrita mas sem a respectiva indicação de origem, volta esta Direcção a publicar o texto e a informar que o facto se deve à forma incorrecta como tal foi apresentado à imprensa.

Aos leitores em geral e aos trabalhadores da Maiombe em particular pedimos as nossas desculpas.

Pela Direcção

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

PREÇO ... 20\$00

REMESSAS À COBRANÇA PARA TODO O PAÍS

FAÇA JÁ O SEU PEDIDO

LIVRARIAS DO ESTADO

R. Marques de Sa da Bandeira, 10-A
R. da Escola Politécnica
R. de D. Francisco Manuel de Melo, 5
Av. do Dr. António José de Almeida
Av. de Fernão de Magalhães, 486
P. Guilherme Gomes Fernandes, 84

LISBOA-1
LISBOA-2
LISBOA-3
LISBOA-4
LISBOA-5
LISBOA-6
LISBOA-7
LISBOA-8
LISBOA-9
LISBOA-10
LISBOA-11
LISBOA-12
LISBOA-13
LISBOA-14
LISBOA-15
LISBOA-16
LISBOA-17
LISBOA-18
LISBOA-19
LISBOA-20
LISBOA-21
LISBOA-22
LISBOA-23
LISBOA-24
LISBOA-25
LISBOA-26
LISBOA-27
LISBOA-28
LISBOA-29
LISBOA-30
LISBOA-31
LISBOA-32
LISBOA-33
LISBOA-34
LISBOA-35
LISBOA-36
LISBOA-37
LISBOA-38
LISBOA-39
LISBOA-40
LISBOA-41
LISBOA-42
LISBOA-43
LISBOA-44
LISBOA-45
LISBOA-46
LISBOA-47
LISBOA-48
LISBOA-49
LISBOA-50
LISBOA-51
LISBOA-52
LISBOA-53
LISBOA-54
LISBOA-55
LISBOA-56
LISBOA-57
LISBOA-58
LISBOA-59
LISBOA-60
LISBOA-61
LISBOA-62
LISBOA-63
LISBOA-64
LISBOA-65
LISBOA-66
LISBOA-67
LISBOA-68
LISBOA-69
LISBOA-70
LISBOA-71
LISBOA-72
LISBOA-73
LISBOA-74
LISBOA-75
LISBOA-76
LISBOA-77
LISBOA-78
LISBOA-79
LISBOA-80
LISBOA-81
LISBOA-82
LISBOA-83
LISBOA-84
LISBOA-85
LISBOA-86
LISBOA-87
LISBOA-88
LISBOA-89
LISBOA-90
LISBOA-91
LISBOA-92
LISBOA-93
LISBOA-94
LISBOA-95
LISBOA-96
LISBOA-97
LISBOA-98
LISBOA-99
LISBOA-100

ncm
IMPRESSA NACIONAL
CASA DA MOEDA

Geral

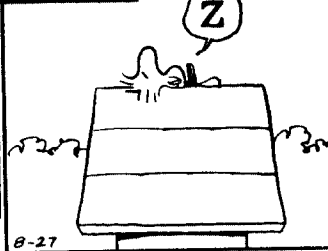
Música da Polónia esta noite no S. Luís

Peças de Penderecki, Kórkowski, Górecki, Szalonek e Sikorski integram o programa do concerto do Grupo de Música Contemporânea de Varsóvia esta noite no S. Luís, às 21 e 30, em promoção do Comité de Amizade Portugal-Polónia. Actuarão, além do maestro Zygmunt Krauze (regência e piano), o trombonista E. Boriak, o violoncelista W. Galazka e o clarinetista C. Palkowski. Zygmunt Krauze, diversas

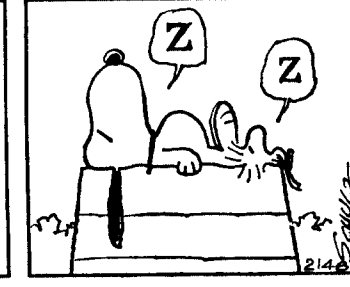
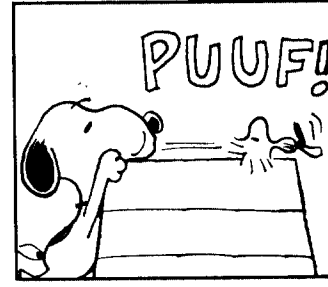
vezes laureado com primeiros prémios de execução de música contemporânea em países como a Alemanha Federal, França, Inglaterra e Holanda, dirigirá entre nós também um seminário sobre a criação musical polaca na actualidade, dedicado a professores e estudantes, em instalações da Gulbenkian. Deve-se, aliás, à Fundação a vinda a Portugal deste grupo mais conhecido por «Atelier de Musique» de Varsóvia, formado em 1963 e especializado em música vanguardista, com largo trabalho de divulgação. Os mais importantes compositores polacos do pós-guerra têm composto peças para ele.

Esta é a primeira realização pública do Comité Portugal-Polónia, que para o efeito contou igualmente com a colaboração da Direcção-Geral da Acção Cultural e dos Serviços de Música da Radiodifusão Portuguesa. Seguir-se-ão, entre outras actividades, uma exposição-venda do cartaz polaco, um colóquio sobre teatro polaco contemporâneo e uma conferência-concerto comentada por Jorge Peixinho.

PLANOS



Em Reg. U. S. Pat. Off. — All rights reserved. © 1973 by United Feature Syndicate, Inc.



Jogos de fortuna e azar com imposto reajustado

Para cálculo do imposto a pagar pelas concessionárias de exploração das zonas de jogos de fortuna ou azar, permanentes e temporários, foram estabelecidas, por decreto-lei publicado no «Diário do Governo», I Série, n.º 83, formas de reajustamento de modo a que possam ser revistas as avenças fixadas.

Esta disposição refere-se às zonas de jogos permanentes do Algarve e do Estoril, e temporários, de Espinho, Figueira da Foz e Póvoa do Varzim.

Auxílio excepcional da C.E.E. a Moçambique

LUXEMBURGO, 7 — (ANOP e FP) — Moçambique é um dos quatro países africanos aos quais a Comunidade Económica Europeia (C.E.E.) decidiu conceder auxílio excepcional, em virtude dos prejuízos sofridos com os acontecimentos da África Austral. Os outros países abrangidos pelo auxílio são o Malawi, o Zaire e a Zâmbia.

Os ministros dos Negócios Estrangeiros dos Nove decidiram que a C.E.E. consagre, nas próximas duas semanas, um auxílio de 27,5 milhões de dólares ao Zaire e à Zâmbia (países associados ao Mercado Comum pela Convenção de Lomé). Por outro lado, a Holanda, a Alemanha Federal, o Reino Unido, a Bélgica e a Dinamarca decidiram coordenar os seus auxílios bilaterais destinados aos feridos quatro países.

Desde o encerramento das duas vias de saída do cobre do Zaire e da Zâmbia (interrupção do serviço na linha de caminho-de-ferro de Benguela em Angola, e encerramento da

rroteira da Rodésia), estes dois países perderam receitas de exportações de 80 milhões de dólares.

Clude Cheysson, membro da Comissão do Mercado Comum há pouco regressado da África Austral, indicou que o caminho de ferro angolano poderá ser reaberto nas próximas semanas.

Por outro lado, a Organização da Unidade Africana (O.U.A.) irá fazer tudo o que estiver ao seu alcance para assegurar uma ajuda urgente a longo prazo a Moçambique — foi revelado ontem em Adis-Abeba, pelo secretário-geral daquela Organização, Eteki.

Os especialistas avaliam em 100 milhões de dólares o mínimo de ajuda de que Moçambique carece.

No domínio de assistência medicamentosa, um telegrama da Anop revela que duas organizações norte-americanas e uma britânica vão enviar mais de um milhão de comprimidos de combate à malária, o que evitará um grave surto de tal doença depois das inundações verificadas no país.

Comité belga oferece tractor

Para contactar e apoiar algumas das unidades de produção integradas no âmbito da Reforma Agrária, encontram-se entre nós cerca de trinta membros do «Comité Portugal Novo», organização belga constituída na Flandres e que através de uma subscrição pública efectuada no meio do povo flamengo, vai oferecer um tractor às cooperativas que compõem o mais avançado posto da Reforma Agrária em direcção ao Norte — Torrebela, Quinta da Marqueza da Azambuja, Ameixoeira-Ferraria e Quinta das Aveiras de Cima. A entrega da máquina far-se-á entre fins de Maio e princípios de Junho, para o que já existe um fundo em francos belgas correspondente a cem mil escudos.

O ideário do «Comité Portugal Novo» baseia-se no apoio global à Revolução portuguesa, incluindo a luta contra o fascismo renascente, defesa das conquistas populares e das organizações populares, defesa da unidade dos trabalhadores e acção contra a in-

terferência do imperialismo americano e europeu em Portugal.

«Para poder realizar estas tarefas aqui, na Bélgica» — diz um comunicado daquele Comité — «necessita-se também da unidade, sem exclusivismos, de todos quantos concordarem com uma plataforma antifascista e anti-imperialista. Só assim se poderá construir um amplo movimento de solidariedade para com a Revolução portuguesa.»

O «Comité Portugal Novo» edita um boletim que tem por finalidade desmascarar, com a verdade dos factos e sem demagogias de partido, as mentiras espalhadas acerca da luta dos trabalhadores portugueses nos órgãos da Informação estrangeiros.

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava em geral pouco nublado o vento era fraco e havia neblina em Coimbra e Portalegre

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO.....	14°
COIMBRA.....	13°
PORTALEGRE.....	11°
LISBOA.....	11°
FARO.....	15°

TEMPERATURAS EXTREMAS

RÉGUA

Máxima..... 19,5°

PENHAS DA SAÚDE

Mínima..... 0,12°

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR	BAIXA-MAR
9.03 3,3 m	2.30 1,6 m
21.31 3,3 m	14.55 1,7 m
Dia 8	
10.24 3,2 m	3.47 1,6 m
22.56 3,4 m	16.16 1,7 m
Dia 9	
11.44 3,3 m	5.06 1,5 m
	17.33 1,5 m

PREVISÃO GERAL ATE AS 24 H. DE AMANHÃ

Céu pouco nublado temporariamente muito nublado a sul do Tejo com possível ocorrência de aguaceiros; e vento fraco.

ANANHA

NASCE ÀS 7.11

OCASO ÀS 20.07

DIA-7 DIA 14 DIA 21 DIA 29

Sempre a Aprender

Você é jovem e todos os dias parecem trazer algo de novo. Você quer experimentar tudo o que é bom. É por isso que você experimenta os tampões Tampax desde a sua primeira menstruação.

Eles dão-lhe a liberdade de fazer as coisas que você quer, todos os dias do mês. Você pode nadar, e até mesmo o mais reduzido bikini não revelará o seu segredo. Isto porque você usa tampões Tampax de uso interno. O que significa, também, que não há cheiros, ardor, irritação ou chumaços volumosos. Os tampões Tampax estão à venda em dois tipos de absorção. — regular e super — em embalagens normais de 10, ou em embalagens económicas de 40.

Você pode estar no período e mesmo assim sentir-se confortável e segura. Isto é algo que vale a pena aprender.

A protecção interna em que mais mulheres confiam



PEÇA UMA AMOSTRA A ANTONIO PACHECO AGOSTINHO, LDA R. RODRIGUES SAMPAIO, 15-2 LISBOA

BARES • BOITES

DANCINGS

NINA — Dancing com atracções. Rua Paiva de Andrade, 7-13 Telef. 364859/368197. Rosy Strip-tease. CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. T. 261461/164526/264596/264621/264946

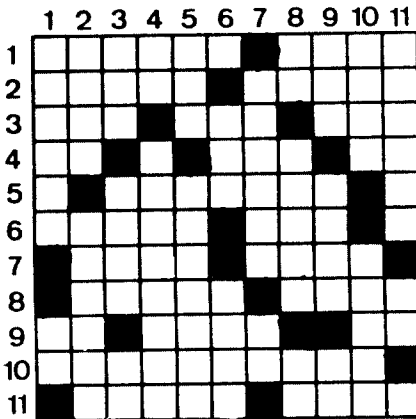
palavras cruzadas

COM PROVERBIO

PROBLEMA N.º 11340

HORIZONTAIS

- 1 Ganhar ranço. Nome de mulher.
- 2 Amargo. Raladores.
- 3 Atilho. Feche as asas para descer mais depressa. Marisco de Cabo Verde e do Senegal.
- 4 Tempo do verbo haver. Sistemamontanhoso de Marrocos. Viração.
- 5 Reconquistar.
- 6 Ausência de doença. Ensino.
- 7 Cidade de Itália. Antiga cadeira de braços.
- 8 Perfume. Na Índia, encantador de serpentes.
- 9 Átomo. Remedeio. Satélite de Júpiter.
- 10 Harmoniosos.
- 11 Planos. Membros de aves.



VERTICAIS

- 1 Gritarias. Antes do meio dia.
- 2 Peixe ganóide dos rios dos Estados Unidos. Derribar.
- 3 Recusa. Sair frequentemente à rua. Nota musical.
- 4 Crómio (s.q.) Timidos.
- 5 Preposição e artigo definido (pl.) Insistido.
- 6 Enguia. Erva-doce.
- 7 Brumas. O sono das crianças.
- 8 Batráquio. Executam. Apellido.
- 9 Ole. Ave semelhante a pombo. Artigo definido.
- 10 Coisa encharcada em água. Penteia.
- 11 Guarnecarão de asas. Preposição e artigo.

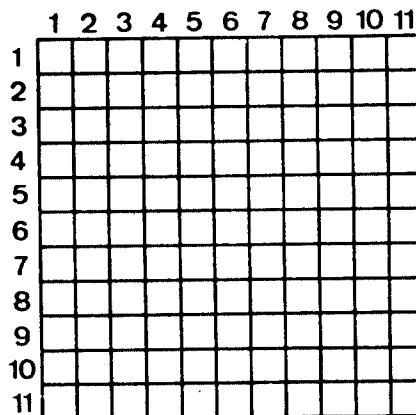
Resolheu completamente este problema? Procure agora em segundo passatempo o PROVERBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7500

HORIZONTAIS

- 1 Prega. Vergonha.
- 2 Fileira. Freguesia do concelho de Sátão.
- 3 Moderato. Possui. Prefixo de privação.
- 4 Litoral. Distrito da antiga Índia Portuguesa.
- 5 Pôr a vista.
- 6 Tempo do verbo ir. Divide em ruas.
- 7 Camas de viagem. Satélite de Júpiter. (Inv.)
- 8 Reza. Arpoais.
- 9 Batráquio. Um dos pontos cardeais. Ave pernaltã.
- 10 Mau cheiro. Ferro temperado.
- 11 Cidade dos Estados Unidos da América, capital do condado de Allen sobre Otava. Velhas.



VERTICAIS

- 1 Ladeira. Vivacidade (pop.).
- 2 Grito. Bando de animais.
- 3 Gálio (s.q.). Metal branco, precioso e sonoro. Antes do meio dia.
- 4 O mesmo que três. Traça.
- 5 Comesse à ceia. O mesmo que uma (ant. e pop.).
- 6 Dê mios. Ilha de Cabo Verde.
- 7 Prefixo de negação. Mulher de baixa estatura. Prefixo de privação.
- 8 Camareira. Fava de um centímetro de diâmetro, usada em quantidade diminuta como condimento. Pagão da Amazonia.
- 11 Afluente do Mississippi. Pre-núncio rítmico definido. tempo do verbo ser.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11339

HORIZONTAIS

- 1 Maga. Pernas.
- 2 Orraca. Ai.
- 3 Rei. NINHO.
- 4 Tatá. Moveis.
- 5 Arola. Ia.
- 6 Vele. Ana.
- 7 FEITO. Asnos.
- 8 Armamar.
- 9 Ra. Biá. Tão.
- 10 Riscar. PEGA.
- 11 Assaremos.

VERTICAIS

- 1 MORTA. Farra.
- 2 Arear. Eras.
- 3 Grito. Im. SS.
- 4 Aa. Aleja. Ca.
- 5 Cá. Alombar.
- 6 Pa. Aire.
- 7 Noivara.
- 8 Raiva. Pó.
- 9 Nine. Anotes.
- 10 Hipno. Ag.
- 11 Sãos. Assoas.

PROVERBIO: Ninho feito, pega morta

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7499

HORIZONTAIS

- 1 Fiam. MMCDVI.
- 2 Rata. Oiã. Im.
- 3 Lucerna. Ro.
- 4 Melão. Aas.
- 5 As. Rei. As.
- 6 Fe. Assinala.
- 7 Ris. Moral.
- 8 Asoto. Sovã.
- 9 Nicos. Ag.
- 10 Cosa. Tomada.
- 11 Amassaremos.

VERTICAIS

- 1 Fr. Mafra. Ca.
- 2 Lai. Seis. Om.
- 3 Atum. Sonsa.
- 4 Macera. Tias.
- 5 Eles. Oc.
- 6 Morais. Ota.
- 7 Mino. Im. Sór.
- 8 Caa. Anos. Me.
- 9 Asaro. Am.
- 10 Vira. Lavado.
- 11 Imos. Alagas.

Farmácias de Lisboa

LISBOA

TURNO N-1

TODA A NOITE

AJUDA

Moura, Travessa da Memória, 55 (Tel. 630944).

ALTO PINA

Iberia, Rua Barão de Sabrosa, 235-A (à Alameda) (Tel. 726277).

ALVALADE

Nova Iorque, Avenida dos Estados Unidos da América, 140-B (Tel. 760658).

ARROIOS

Cândido Monteiro, Av. Almirante Reis, 121-B (Tel. 45751).

BAIRRO DAS COLÓNIAS

Higiénica, Rua Heliodoro Salgado, 20-A (Tel. 844361).

BAIXA

Teixeira Lopes, Rua Aurea, 154 (Tel. 324816).

BENFICA

Lisboa, Rua Cláudio Nunes, 73-A (Tel. 703393).

CAMPOLIDE

Rualdo Ld., Alto do Carvalhão, 5/A/B (Junto ao Aqueduto das Águas Livres) (Tel. 651721).

CAMPO DE SANTANA

Peninsular, Campo dos Mártires da Pátria, 117 (Tel. 563308).

ENTRECAMPOS

Nova Iorque, Av. dos Estados Unidos da América, 140 (Tel. 760658).

LUMIAR

Patuleia, Alameda das Linhas de Torres, 262-B (Tel. 790332).

OLIVAIS SUL

Nova dos Olivais, Rua Marquês, 406-469 (Tel. 316402).

S. MAMEDE

Albano, Rua Escola Politécnica, 59 (Tel. 326750).

S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA

Urqueiras, Avenida Marquês de Tomar, 20 (Tel. 44995).

TURNO N-2

ATÉ ÀS 22 HORAS

ALFAMA

Anunciada, Rua do Vigário, 74 (Tel. 866360).

ALTO DE S. JOÃO

Dalton, Avenida Mouzinho de Albuquerque, 7-A (à Pádua Couceiro) (Tel. 843571).

ALVALADE

Castaxo, Avenida Almirante Gago Coutinho, 101-D (à Avenida D. Rodrigo da Cunha) (Tel. 722384); S. João de Deus, Rua Pedro Ivo, 1-A (Tel. 725140); Castaxo, Avenida da Igreja, 21-C (Tel. 717958).

AREIRO

Miranda, Campo Pequeno,

36-B (à Avenida Sacadura Cabral) (Tel. 770776).

AVENIDA DA LIBERDADE

Fernandes, Rua de S. José 187 (Tel. 326476).

AVENIDAS NOVAS

Universal, Rua Actor Tabor da, 5-7 (Tel. 44158).

BENFICA

Alegria, Estrada de Benfica 180-A (Tel. 780511).

CAMPO DE OURIQUE

Castro Fonseca, Rua 4 de Infantaria, 28-A (Tel. 688857).

PICHELEIRA

Mariuz, Calçada da Picheleira, 140-B/C (Tel. 720703/728395).

MARVILA

Grijó, Rua do Grilo, Rua do Grilo, 25 (Tel. 385264).

SANTO AMARO

Lisbonense, Rua Leão de Oliveira, 2-B (Tel. 637020).

SANTOS-VELHO

Fontoura de Carvalho, Rua Santos-Velho, 12 (Tel. 662075).

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS

Miramar, R. Ernesto Silva, 81 (T. 212048).

PAÇO DE ARCOS

Trindade Brás, R. Costa Pinto, 184 (T. 2432034). Até às 22 horas.

OEIRAS

Godinho, R. Cândido dos Reis, 98 (T. 2430090). Toda a noite.

NOVA OEIRAS

Leal, Até às 22 horas.

CARCAVELOS

Central, Toda a noite.

S. DOMINGOS DE RANA

Godinho da Silveira, Av. Saboia, 29 B (Tel. 260085). até às 22 horas.

PAREDE

Brandão, Av. da República, 77-C (T. 2471054). Toda a noite.

MURTAL

Primavera, R. das Parreiras, 2 (T. 2472278). Toda a noite.

AMOREIRA

Amoreira, Até às 22 horas.

MONTE ESTORIL

Lopes, R. Hangar, 3 (T. 260008). Toda a noite.

CASCAIS

A. Costa, R. Freitas Reis, 24 C (T. 280214). Até às 22 horas. Cordeiro, Av. C. G. Guerra, 40 (T. 280170). Toda a noite.

LINHA DE SINTRA

AMADORA

Melo, P.D. João I, 9-B (T. 932756). Central, Av. Cardoso Lopes, 25 (T. 932210).

Igreja, P. da Igreja, 22-A (T. 937740). Jardim, Av. Conde de Oeiras, 120 (T. 938424).

DAMAIA

D. João V, Av. Gurgel do Amaral, 2-A (T. 970461).

QUELUZ

Zeller, R. da República, 83 (T. 950045).

CACEM

Central, Av. Elias Garcia, 55 (T. 2940034).

MEM MARTINS

Rodrigues Rato (T. 2912038).

S. PEDRO DE SINTRA

Valentim (T. 980456).

SINTRA

Marrazes Estefânia (T. 2930058).

COLARES

Abreja (T. 299088).

OUTRA BANDA

ALCOCHETE

Gamelo, L. António dos Santos Jorge, 15 (T. 234100).

ALHOS VEDRÓS

Gusmão, R. Cândido dos Reis, 30 (T. 204020).

ALMADA

Magalhães, R. Capitão Leirão, 8-R (T. 2750242).

BAIXA DA BANHEIRA

Aliança, E. Nacional, 178-B (T. 2040302).

BARREIRO

Central, Av. Alfredo da Silva, 48 (T. 2073207).

COVA DA PIEDADE

Rainha Santa, E. das Barrocas, 50-A (T. 2494182).

MOITA

União Moitense, Av. Dr. Teófilo Braga (T. 239025).

MONTUJO

Higiene, R. José Joaquim Marques, 142 (T. 2310370).

SESIMBRA

Leão, Av. da Liberdade, 13 (T. 223347).

SETUBAL

Alice, P. do Quebedo (T. 23743). Soromenho, P. Machado Santos (T. 22691).

SEIXAL

Soromenho, R. Paiva Coelho, 38 (T. 2218560).

PORTO

TURNO 15

ATE ÀS 22 HORAS

Foz, R. Lophora da Luz, 380. Foz, R. Alvaro de Barros, R. de Costa Cabral, 240. Central, R. 3. de Janeiro, 203. Gomes Carneiro, R. de Cedofeita, 348. Nova de Monsanto, R. do Amor Santo, 148. Couto, L. de S. Domingos, 106. Lapal, R. do Rio do Quental, 211.

TODA A NOITE

Correia, P. A. Pinheiro de Albuquerqu, 78. Corujeira, R. de S. Roque da Lameira, 1473. Luso-Francesa, R. da Bandeira, 140. Magalhães, R. de Serpa, 566.

COIMBRA

Cruz Viegas, Rua do Brasil, 154 (Tel. 22961). Donato, Rua Ferreira Borges, 2 (Tel. 22603). Rainha Santa, Rua Figueira da Foz, 11 (Tel. 24737).

cinemas

CASTIL

T. 530194 15.30, 18.30 e 21.15

Int. a men. 18 anos

DELICIAS FRANCESAS

Um filme de Jean Claude Laureaux

7.ª semana

IMPERIO

T. 555134 15.15 e 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

Telly Savalas Peter Fonda

POR UMA MÃO CHEIA DE DIAMANTES

um filme de Val Guest

Sessão clássica hoje às 18.30

O COURAÇADO POTENKIN

POLITEAMA

T. 326305 14.15, 16.30, 19.00 e 21.30

Não acons. men. 13 anos

O SARGENTO ROMPIGLIONE

o melhor super-farsa do ano / Franco Franchi

VOZ

T. 720608 14.15 16.30-19.00 e 21.15

DECAMERONS N.º 2

US. 1.ª e 2.ª Sessões de Bocaccio

ROMA

T. 72778 15.30, 18.30 e 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

A CASA DAS POMBAS

com: Ornella Muti, Lucia Bose e John Lee

PALÁCIO FOZ

«Nosferatu, Eine Symphonie des Grauens»
«Nosferatu, o Vampiro» (1922)
Realização de Friedrich Wilhelm Murnau (Alemanha)
Interpretes: Max Schreck e Alexander Granach
Uma história alucinante e macabra num fundo de tom realista
«Jaime» (1973)
Realização de António Reis (Portugal)
A vida e a obra de Jaime Fernandes, esquizofrénico paranóico internado no Hospital Miguel Bombarda.

CALEIDOSCOPIO

T. 795093 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

O grande clássico do género!

Boris Karloff é FRANKENSTEIN

um filme de James Whale

EDEN

T. 320768 14.00-16.30-19.00 21.15

Int. a menores de 18 anos

A CIDADE DO CRIME

um filme de Lanny Cohen

jogo implacável do crime, do sexo, de violência!

ODEON

T. 326283 Hoje às 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

Grande estreia sexual

segredos de um homem escondido

AS NOITES LOUCAS DO HOTEL LUA MEL

c/ Isabella Biaggini e Ninello Davoli

APOLLO 70

T. 763319 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15

Não acons. a men. de 13 anos

A HISTORIA DE FERNÃO CAPELO GAVOTA

1.ª Semana

Hoje as 24 H. Grupo D. M. 18 anos

A CASA QUE ESCORRIA SANGUE

de Peter Duffel

CASINO ESTORIL

T. 264621 17.00 e 21.15

(Int. men. 18 anos)

O RALLY DAS GOZONAS

S. JORGE

T. 54153/4 15.15-18.15 e 21.15

Não acons. men. 18 anos

Jean Paul Belmondo

«O LADRÃO DE PARIS»

RESTELO

T. 610375 21.00

(Int. men. 18 anos)

«O Justiceiro da Noite»

AVIS

T. 47163 Estreia às 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

2 Raparigas Num Pijama

um filme de Jean Girault

ESTÚDIO

T. 555135 15.30, 18.30 e 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

A INGLESA ROMANTICA

um filme de Joseph Losey

5.ª Semana

ESTÚDIO 444

T. 779095 Estreia às 21.15

Interdito a men. de 18 anos

TODA A NUDEZ SERÁ CASTIGADA

c/ Darlene Gloria

MUNDIAL

T. 538743 15.15, 18.30 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

CURANDEIRO DE ALCOVA

C. Carlo Giffie Tina Aumont

Em ALVALADE-SADO o

DIÁRIO DE LISBOA está à venda

na PAPELARIA MARIA ADELAIDE

GLORIA

T. 774402 14.00, 16.30, 19.00 e 21.00

Não acons. a menores de 13 anos

DEUS PATE

um filme de

5.ª

4.ª

Sábado 00.30

8 anos

GOZOS

T. 322523 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15

Interdito a men. de 18 anos

COM ENCONTRO

ARCA DO

c/ Richard C

travina

REDE

T. 776098 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15

Par

JERRY, O

CRISTA

N.º 1

C/ Jerry Lewis

en

LOPES

T. 801313 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15

Não acons. a men. de 13 anos

CENAS

CONFI

com Liv Ullmann

Anderson

ROMA

T. 48560 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15

Interdito a men. de 18 anos

JOGOS PARA

INFIÉIS

com Pierre Houss

Daniel Veaminik

TIVOLI

T. 570596



RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDAÇÃO SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOIA TELEX 12363
LISBOA-PORTUGAL

Jornalistas feridos num acidente

Num choque de automóveis ontem ocorrido na Avenida Eng.º Duarte Pacheco, à entrada da auto-estrada, ficaram feridas várias pessoas, entre as quais a nossa camarada de Redacção Luísa Ribeiro e sua filha de seis meses, Barbara João, e os jornalistas, da Redacção do «Jornal Novo», Carlos Nuno Pinto Coelho e Manuel Ricardo Carvalho Ferreira, todos ocupantes do mesmo carro. Ficaram ainda feridos

João Tapadinha, Armindo José Pires Pinto, Maria Odete Lopes Silva e Odete Reis, que viajavam no outro carro envolvido no acidente.

Recolheram todos ao Hospital de São José, onde ficaram internados, à excepção de Luísa Ribeiro, Armindo Pinto e Manuel Carvalho Ferreira. O estado dos feridos internados não é grave, apenas inspirando cuidados o bebé, que sofreu traumatismo craneano.

PLENARIO DA C.A.P.

Estado-Maior do Exército apoia actuação de Pezarat

«O general chefe do E.M.E. reafirma a sua determinação de garantir o direito de reunião, e considera que a actuação do comandante da Região Militar do Sul (brigadeiro Pezarat Correia) se enquadra perfeitamente nesse espírito», afirma-se no comunicado do Estado-Maior do Exército relativamente aos incidentes de domingo no sítio da Portagem, a poucos quilómetros de Portalegre, em que 15 pessoas, quatro delas ainda hospitalizadas, ficaram feridas.

Os incidentes verificaram-se quando os trabalhadores agrícolas (homens e mulheres) de algumas unidades colectivas de produção, que pela manhã, e de diversos pontos do Alto e Baixo Alentejo, se dirigiram para aquele local com o objectivo de impedir um plenário de conhecidos latifundiários e agrários promovido pela Associação dos Agricultores de Portalegre com o apoio da Confederação dos Agricul-

tores de Portugal. Já no regresso a Portalegre e a cerca de três quilómetros do local onde se deveria efectuar aquela reunião os trabalhadores das unidades colectivas foram apedrejados por parte de populares concentrados na estrada que liga a Portagem àquela cidade, tendo as autoridades feito fogo e lançado granadas lacrimogéneas para amedrontar os provocadores. Um dos militares lançou uma granada ofensiva.

Contrariando a versão tornada pública pela C.A.P., o texto do Estado-Maior do Exército salienta que o comandante da Região Militar do Sul, a fim de evitar confrontações, organizou uma coluna com tractores e atrelados dos trabalhadores das Unidades Colectivas de Produção da Portagem para Portalegre, abandonando-a depois, por estarem criadas as condições para a efectivação do plenário da C.A.P.

Rosa Coutinho amanhã em Economia

Vai decorrer amanhã, a partir das 21 e 30, no Instituto Superior de Economia, um colóquio sobre descolonização, em particular sobre Angola. Participam no colóquio personalidades como o almirante Rosa Coutinho, prof. Eduardo Sousa Ferreira e dr. Luís Moita.

O prof. Eduardo Sousa Ferreira fará o ponto da situação da descolonização portuguesa em geral. Cabe a Rosa Coutinho debruçar-se sobre a sua experiência na descolonização de Angola e o seu pensamento face à independência daquela ex-colónia portuguesa.

Dia Mundial da Saúde: combate à cegueira

Os países membros da Organização Mundial de Saúde celebram hoje o Dia Mundial de Saúde que este ano foi dedicado ao combate à cegueira.

A OMS revelou que no mundo existem cerca de dez milhões de pessoas totalmente cegas e dezenas de milhões praticamente cegas para efeitos de trabalho e educação.

Referindo-se ao caso portu-

guês, a Direcção-Geral de Saúde através do citado texto emitiu uma opinião segundo a qual entre nós o combate à cegueira beneficiará mais com a existência de profissionais competentes do que «com a criação de meios hospitalares excelentes aos quais o doente poderá dirigir-se demasiado tarde, se aceitarmos até que chegue a fazê-lo».

Dia da Mulher Moçambicana

A Associação de Amizade Portugal-Moçambique promove hoje às 21 e 30, na sua sede em Lisboa (Rua dos Condes) uma sessão comemorativa do

Dia da Mulher Moçambicana. Na sessão estará presente um elemento do Movimento Democrático das Mulheres (M.D.M.).

Gulf Oil vai retomar actividades em Angola

LUANDA, 7 — (ANOP, FP e R) — A companhia americana «Gulf Oil», concessionária da exploração dos jazigos petrolíferos de Cabinda, vai retomar as suas actividades naquele enclave angolano — soube-se ontem de fonte oficial em Luanda.

Na sequência das conversações iniciadas em 25 de Março com o Governo angolano, a «Gulf Oil» fora intimada pelas autoridades de Luanda a «retomar imediatamente a produção», devendo indicar antes de 2 de Abril a data do recomeço das operações de extracção.

Segundo indicaram na altura as autoridades angolanas, a «Gulf Oil» interrompeu em Dezembro de 1975 as suas activi-

dades em Cabinda «sob pressão do Departamento de Estado americano».

Por outro lado, confirma-se que recomeçaram ontem os trabalhos no complexo hidroeléctrico de Calueque e Ruacaná, próximo da fronteira com a Namíbia, após um acordo firmado entre Angola e a República da África do Sul e a na sequência da libertação do Cunene.

RELAÇÕES ANGOLA-S. TOMÉ

O comunicado conjunto publicado no final da visita do presidente angolano, Agostinho Neto, a S. Tomé e Príncipe refere uma «identidade total

dos pontos de vista» entre os dois países sobre «as questões de interesse comum para ambos os partidos e povos e sobre os principais problemas africanos e internacionais».

Tal identidade, ainda segundo a nota oficial, é resultante «de uma opção política fundamental na defesa intransigente dos interesses dos respectivos povos, já manifestada durante os longos anos de luta contra o regime colonial».

Entretanto, num comunicado publicado após a visita de Agostinho Neto, anuncia-se que se realizará em S. Tomé, no dia 28 deste mês a conferência dos ministros dos Negócios Estrangeiros das antigas colónias portuguesas em África.

Processo ao "D.L." — sentença hoje

Continuação da pag. 1

tes — considerou — vinham com uma carga do regime anterior que se aproximava dos métodos da ex-P. I. D. E.-D. G. S.

O dr. José Carlos de Vasconcelos alegaria ainda: os réus teriam ofendido «o bom nome e a reputação da P.S.P.» «Mas ainda não se pode dizer que a P. S. P. tenha bom nome e boa reputação. Há que a recuperar». Sublinhou o casuístico: «Salvo o devido respeito, falar-se do bom nome e da boa reputação da P. S. P., é um disparate». De seguida, a defesa faria um aparte para lembrar que, antes do 25 de Abril, coubera-lhe também defender alguém acusado de ofender «o bom nome e o prestígio da D. G. S.»...

QUE REPUTAÇÃO?

Prosseguindo: «A P. S. P. tem, pela conduta passada, um mau nome e uma má reputação. Poderíamos provar isso com dezenas de provas».

Concretamente sobre o artigo em questão, a defesa sustentou que o mesmo se baseia num episódio em que agentes da Polícia tinham cometido excessos, e deplorou que o resultado do inquérito ordenado pelo Ministério da Administração Interna, em vez de ser tornado público, viesse «morrer no museu deste processo».

Voltando ao editorial, este tinha sido afinal «um grito de alarme e denúncia, e todas as pessoas que se prezam em de agradecer a quem o escreveu». Referiria depois a defesa que «o Diário de Lisboa tem continuado a ter a coragem necessária para denunciar estes casos».

Recuando um pouco no tempo, o advogado aludiria ao comportamento da P. S. P. numa determinada altura da vida do País e que se traduziu na não actuação, «parecendo visar um clima de anarquia e de instabilidade que justificasse o regresso à repressão violenta». Daqui, a importância do editorial publicado nas páginas do «D. L.», através do qual se pretendia «impedir que a P. S. P. volte a ser hoje o que foi ontem». O «Diário de Lisboa» devia ser chamado à atenção, isso sim — lembrou a defesa, apoiada no depoimento de uma testemunha — pela falta de relevo que dera ao artigo em causa.

Por outro lado, os réus e no-

nal, sempre haviam tido a dignidade e a coragem de assumir, na direcção do «D. L.», a responsabilidade por casos que eventualmente não teriam. «O direito da Informação de denunciar, não só não deve ser punido, como deve ser louvado. Há que evitar que certos processos possam servir de chantagem e fazer pressão sobre as pessoas que escrevem».

Após a intervenção do dr. José Carlos de Vasconcelos, usaria da palavra o patrono de Cardoso Pires, dr. Jorge Sampaio. A matéria havia sido praticamente esgotada pelo seu colega. Havia, ainda assim, algo a acrescentar: a primeira folha do processo constituía — disse — um ofício típico que se usava noutros tempos. Tratava-se de uma aparição infeliz do que se usava no passado.

O advogado lembrou, depois, que o inquérito do M. A. I. fora realizado pelos serviços da própria Polícia. Também os crimes da D. G. S. eram investigados pela própria P. I. D. E.-D. G. S. Mesmo assim, o inquérito era elucidoativo. Admitia, a certo passo, que os agentes da P. S. P. não haviam mantido

a serenidade necessária. Sobre a estatura de Cardoso Pires: «Um cidadão interventor, e não recente como outros. Depois do 25 de Abril, apareceram defensores da democracia que estavam em subterrâneos que ninguém tinha notado»...

QUEM RECUSA O DIÁLOGO?

Terminadas as alegações, o juiz convidou os réus a pronunciarem-se, ainda, sobre o que considerassem de interesse. Cardoso Pires aproveitou a oportunidade:

«É com muita honra e tranquilidade consciência que estou aqui no banco dos réus, acusado de macular o bom nome da P. S. P. O bom nome da P. S. P. não existe. É preciso fazê-lo, como foi declarado neste tribunal, e para isso o artigo do «D. L.» é uma contribuição».

Mas é com angústia que vejo o significado deste julgamento. O que o artigo pretendia e foi comprovado era um apelo ao diálogo. E só os regimes totalitários recusam o diálogo por má consciência do Poder».

Pinheiro de Azevedo

Continuação da pag. 1

meiro-Ministro vir a ser um civil e que «os sociais-democratas europeus esperam que esse civil seja Soares. Enquanto personalidade que alia o socialismo à democracia, Azevedo conta também com o apoio e a solidariedade da Europa democrática», refere ainda o jornal.

Enquanto Pinheiro de Azevedo regressa esta noite à capital portuguesa, o major Melo Antunes, que permaneceu durante o dia de ontem em Viena a

preparar o seu programa de visita à Dinamarca, seguiu esta tarde para Copenhaga, onde estabelecerá conversações com dirigentes daquele país.

Um pormenor a assinalar nesta visita de Pinheiro de Azevedo e Melo Antunes a Viena, diz respeito à embaixada portuguesa nesta cidade. Causou estranheza a exclusão no programa protocolar da visita dos adidos Comercial e Cultural. Este último é, nem mais nem menos, o conhecido compositor, António Vitorino de Almeida. Registe-se que a embaixada tem um número reduzido de elementos. Daí a estranheza das citadas exclusões.

C.E.E.

Continuação da pag. 1

em empréstimos do Banco de Investimento da C. E. E., acordado no ano passado.

Funcionários da C. E. E. declararam que o empréstimo foi acordado após três meses de hesitação e menos de três semanas antes das eleições legislativas em Portugal. A aprovação deu-se ontem quando Zenha seguia para o Luxemburgo, a fim de conferenciar com Gaston Thorn, ministro dos Negócios Estrangeiros daquele país e actual presidente do Conselho de Ministros da C. E. E.

Teng Hsiao-ping demitido

HONG-KONG, 7 — (FP) — Teng Hsiao-ping foi demitido de todas as suas funções, segundo anuncia Rádio Pequim captada em Hong-Kong.

Hua Kuo-feng foi nomeado primeiro-ministro da República Popular da China e primeiro-vice-presidente do Partido Comunista Chinês — acrescenta Rádio Pequim.

TROTIL E G-3

Um telefonema de aproximadamente 10 minutos dado ontem às 17 horas para a redacção do «DL», pode fornecer algumas pistas, se é que ainda são necessárias, para que se saiba quem tem poderosos e bem equipados paíóis. Pensando que um nosso camarada tivesse escrito algo que considerou desabonatório para a Juventude Centrista, um membro dessa organização ameaçou-o com tiros de G-3 e com uma carga de 4 quilos de trotil o que, convenhamos, é muito para uma pessoa só, a não ser que o «material» seja tanto que torne possível tamanho desperdício nestes tempos tão difíceis... Pelo sim, pelo não, tome nota.

«MATANÇAS» E BOATOS

Já se ouvem rumores, de acordo com os quais um partido de esquerda teria preparado «listas» de pessoas para abater. O boato tem-se espalhado com relativa rapidez. Lembra-se que o mesmo pretexto, o mesmo fantasma foi utilizado no dia 11 de Março de 1975, quando os «tupamaros» que estavam no RALIS e a LUAR estariam a preparar aquilo que foi chamado de «matança de Páscoa». O resultado foi aquele que se viu. Aguarda-se para ver o «antídoto» que talvez se queira aplicar a essa nova «matança», ou a manobra que tal boato talvez queira encobrir.

LIBERDADE MUSICAL

A Sociedade Portuguesa de Autores oficiou ao Ministério da Comunicação Social no sentido de providenciar quanto ao fenómeno que se verifica na Radiodifusão Portuguesa, onde cerca de 80 por cento da programação musical é constituída por produção estrangeira. Isto, para além do que representa de lesivo dos interesses dos autores portugueses, defendidos por aquela sociedade, significa uma saída anual de divisas da ordem dos milhares de contos.

Curiosa é a resposta da Secretaria da Cultura: que não se considera capacitada para intervir na programação interna das emissoras dado que, mesmo nacionalizadas, têm um estatuto elaborado exactamente para... impedir veleidades dirigistas. Acrescenta ainda que, nem o VI Governo nem aquela Secretaria, querem fazer pressões sobre a programação, dado que isso, na sua opinião, equivaleria a regressar-se à abominável situação de antes de 25 de Abril de 1974.

Donde: luz verde para a colonização musical; luz verde para o prejuízo dos artistas portugueses; luz verde para a saída de divisas.

A Secretaria da Cultura, lava daí as mãos. Tudo para evitar o dirigismo...



eleições

O OUTRO
ABRIL

Percentagens

Nas eleições de 75, o eleitorado atribuiu a quase totalidade dos votos aos quatro partidos (socialista, comunista, popular democrático e movimento democrático popular) que assinaram o Pacto Constitucional com o MFA e formaram o Primeiro Governo de coligação. Esses partidos haviam proclamado durante a campanha eleitoral, pelo menos oficialmente, uma opção democrática avançada. Recolheram, no conjunto, 80,2 por cento dos sufrágios, com o PS em primeiro lugar (37,3 por cento equivalentes a mais de dois milhões de votos e 115 deputados) e o PPD a seguir (26,3 por cento, 80 deputados e quase um milhão e meio de votos). O terceiro lugar foi para o PCP, com 12,5 por cento, pouco mais de 700 mil votos e 30 deputados. Distanciado, mas ainda assim com margem apreciável de votos (quase 250 000), aparece enfim o MDP/CDE, com 4,1 por cento e 5 deputados.

Destes números e percentagens, emerge com grande nitidez um voto de maioria absoluta nos partidos de esquerda que, sinceramente ou para não serem marginalizados pelo eleitorado e ganhar tempo, se reclamaram abertamente do socialismo.

No Norte, o resultado das eleições reflectiu, como se esperava, o atraso de vastas regiões afectadas pelo isolamento, a extrema miséria e o obscurantismo, terreno onde sempre medraram viçosas, nos 50 anos que durou o fascismo, as ervas daninhas da retórica nacionalista e do integralismo clerical. Nessas regiões, praticamente imunes aos movimentos reais que tinham sacudido o País desde Abril de 74, partidos como o CDS encontraram a sua reserva natural, recolhendo uma percentagem máxima de 19,5 por cento de votos.

Maiores seriam os ganhos dos sectores ultramontanos, nessas áreas desesperadas, se o PPD não se tivesse apresentado ali com estigmas conservadores, apoiado no caciquismo e numa parte da Igreja, drenando os votos potencialmente destinados a forças ainda mais reacçãoárias.

Nos distritos do Norte, à excepção do que tem por capital a cidade do Porto, CDS e PPD obtiveram sozinhos a maioria absoluta: em Viana do Castelo, 36 e 14,5 por cento, respectivamente; em Braga, 38, 3 e 17,4 por cento; em Bragança, 43,1 e 13,4 por cento; em Vila Real, 45,7 e 7,7 por cento; em Aveiro, 42,5 e 10,9 por cento; na Guarda, 33,5 e 19,5 por cento.

No distrito do Porto, o PS (42,1 por cento), o PCP (6,4 por cento), o MDP/CDE (2,6 por cento) e outros partidos da esquerda (4 por cento) levaram de vencida as altas percentagens do PPD (29,7 por cento) e do CDS (9,6 por cento). Nos outros distritos referidos, o conjunto da esquerda obteve posições apreciáveis, mas graças sobretudo ao PS, que conseguiu, pela ordem indicada, as seguintes percentagens: 24,3; 26,6; 24,5; 26,3; 32; 21,4; 27,9; quanto ao PCP, obteve aí os seus índices mais baixos: 3,8; 3,5; 2,6; 2,7; 3,1; 2,2; 2,8.

As percentagens do MDP/CDE vão de um mínimo de 2,1 por cento a um máximo de 7 por cento.

A medida que nos deslocamos para o centro do País e vai mudando a geografia política, altera-se também o panorama agrícola, aparecendo as primeiras concentrações industriais relevantes. Analisaremos essas transformações amanhã.

E.S.

MIGUEL VEIGA, DISSIDENTE DO PPD

A direita soube adaptar-se às circunstâncias...

Miguel Veiga é uma das figuras mais destacadas de entre os dissidentes do PPD. O seu nome veio às páginas dos jornais aquando de um recente grande almoço no Porto, promovido pelo dr. Sá Carneiro, em que se registou um grande abraço entre estas duas personalidades.

Não há, di-lo Miguel Veiga, com a dissidência, recusa do projecto político do PPD. Antes pelo contrário. E, hoje, Miguel Veiga vê o erro da saída do grupo que constitui o MSD, do seio do PPD. A sua função, de acordo com o nosso entrevistado, seria a construção de uma aliança entre o PPD e o PSP, os dois defensores de projectos sociais-democratas no nosso país.

Importante é realçar a recusa sistemática tanto da direita como da esquerda, defendida por Miguel Veiga. Por razões diferentes, é certo, mas a recusa existe. Caracterizando a direita como «estúpida por natureza», Miguel Veiga acaba por considerar que o CDS representa hoje uma ampla frente eleitoral da direita. E só isso, não partido.

Miguel Veiga, advogado no Porto, desvinculado, afinal, tanto do PPD como do MSD, vê estas eleições como a confirmação dum via social-democrata para Portugal. Diz ele que as alianças surgirão a partir dos resultados das votações... E desejo o «dar de mãos» entre o PPD e o PS...

Antes de tudo, cumpre aqui falar da questão da dissidência do PPD, de que o dr. Miguel Veiga é um dos nomes, com algumas questões que o facto impõe. É o caso de uma sua declaração naquele almoço em que encontrou o dr. Sá Carneiro, aquele abraço que originou especulações jornalísticas... Essa frase poderia referir-se à actividade de pessoas desligadas das massas... E é importante saber se essa frase é uma alusão clara ao tipo de acção política do dr. Sá Carneiro...

Não se referia de todo em todo ao dr. Sá Carneiro, mas referia-se simplesmente a uma afirmação minha em que se perguntava se eu, pelo facto de ser dissidente do PPD, tinha aderido a qualquer partido político ou até a qualquer movimento associativo político, nomeadamente o MSD (Movimento Social Democrata) que foi formado pelos dissidentes.

Eu disse que, em princípio, não tinha aderido formalmente ao MSD e, portanto, muito menos a qualquer outro partido ou movimento associativo político na medida em que julgava como continuo a julgar, que a intervenção política neste País e as circunstâncias que nós vivemos, se deve fazer através dos partidos de massas. Tudo o mais, quanto a mim, não passam de clubes

políticos, é certo bem intencionados, muitas vezes constituídos por personalidades categorizadas, mas que não têm capacidade de intervenção política, na medida em que, nós vivemos em democracia e é através das massas que ela se deve fazer...

Citei, especificamente, o caso dos ex-MES, o grupo do GIS, constituído por personalidades destacadas, que no fundo não tinham nenhuma capacidade de intervenção política eleitoral, a não ser, aquelas que transcendem o povo e se limitam um bocadinho aquilo a que eu chamo os «corredores da governação».

Não poderia ter feito essa afirmação em relação ao PPD porque se trata de um partido de massas.

MSD: SEM IMPLANTAÇÃO

Não aderi ao MSD porque, neste momento não lhe reconheço, ainda essa capacidade de intervenção, quer dizer uma implantação no Povo, nas massas, que viabilizasse a sua intervenção política. Não deixo, de frisar que os elementos dos companheiros políticos com que eu mais me identifiquei, através de laços de antiga luta política, são realmente pessoas que saíram do PPD e que estão, e constituem o MSD.



Por outro lado, eu também não alinharei em qualquer partido (ou movimento) que não tenha como programa de base o do PPD. Considero-o um programa social-democrata, um programa viável, realista e, sobretudo, em termos de programa é aquele que está mais à esquerda de todas as sociais-democracias que eu conheço.

Entendo que, nisto da política e noutras coisas importantes da vida, e com significado, nós não devemos mudar como quem muda de camisa. Esses «camaleonismos» do pós-25 de Abril a mim não servem e é um dos aspectos graves deste País. É que, para mim, é a pior das heranças de 48 anos: a crise de mentalidade. É o abastardamento da consciência, o maior óbice à construção de uma sociedade socialista e democrática.

Como ligação a estas últimas palavras, como define a actual situação, no Norte, neste pré-eleitoral que já é de eleições. Em linhas gerais como vê os problemas que se levantam?

A situação existente continua a caracterizar-se por uma grande tensão social, por vezes, até de conflito, entre as diversas forças. Por outro lado, assiste-se a uma onda de crescente de descontentamento que é mobilizado e instrumentalizado, politicamente, de maneiras totalmente diferentes. Assiste-se, por outro lado, a uma vaga de terrorismo que agrava o estado de insegurança, de intranquilidade das pessoas e até da sua disponibilidade para a aceitação das regras do jogo democrático.

No fundo, é esse o objectivo imediato do terrorismo: tornar as pessoas não disponíveis e intimidá-las. E assiste-se a um surto grevista concertado que também não tem a aceitabilidade das massas. E, finalmente, assiste-se entre os partidos (entre os dois partidos) representados, embora por vias diferentes, do socialismo democrático a uma campanha que, quanto a mim, não começou da melhor maneira, porque co-

meçou pela injúria, e ataques personalizados...

TRAUMATISMOS

Nós consideramos que o Povo do Norte, que foi um Povo bastante traumatizado (com responsabilidade para um determinado número de partidos políticos, que tiveram o seu apogeu no período do gonzalvismo) e o povo do Norte sentiu isso. Foram os traumatismos originados desde os saneamentos, desde as prisões arbitrárias, as ocupações depredações, a ocupação dos postos directivos e executivos de todo o aparelho de Estado e, depois do aparelho económico. Isso fez surgir, à última da hora, muitos marxistas... E muitos deles antigos salazaristas e marcelistas e que G. Marx e Lenine, só conheciam as barbas dos retratos.

Tudo isto gerou um clima de intranquilidade e de certa maneira de traumatismo, a que as populações reagiram gradualmente, e muito saudavelmente, mas de que ainda hoje se ressentem...

Isso criou a destruição do aparelho económico, sem a substituição por outras formas, que qualquer projecto minimamente socializante teria. E daí, a inviabilidade e a insequência de todos os projectos de esquerda. O que veio agravar o descontentamento.

No fundo, a política para a maior parte do povo passa também pela sua vida quotidiana, pela sua tranquilidade, pelo sossego, bem-estar, por soluções. E os políticos não querem, muitas vezes, entendê-lo e embrenham-se em grandes discussões metodológicas, de fundo...

Com esse descontentamento, permitiu-se um fenómeno que caracterizo de tensão de conflito social ainda existente que nesta altura e nestas circunstâncias é susceptível de ser mobilizado pela direita.

É esta a situação de facto no Norte que necessitava de uma solução que, quanto a mim, teria de passar, por um determinado compromisso,

Continua na página três



Programa eleitoral do P.C.P. (Resumo)

"PARA UMA MAIORIA DE ESQUERDA"

Do resultado das eleições para a Assembleia da República dependem, em larga medida, as conquistas da revolução do 25 de Abril e o futuro de Portugal.

A firme resistência das forças populares e democráticas tem impedido que a direita reacçãoária recupere o poder económico e o poder político. Mas a reacção não desiste.

O Povo português sabe que uma eventual maioria CDS-PPD-PDC-PPM, significaria a um curto prazo a instauração de uma nova ditadura fascista.

O Povo português pode derrotar e derrotará a reacção.

O voto não é obrigatório. Ninguém pode nem deve ser coagido a votar. Mas, nenhum antifascista, nenhum democrata se deve abster. Se todos votarem em massa, a reacção não passará.

UMA GRANDE VOTAÇÃO NO PCP É CONDIÇÃO INDISPENSÁVEL PARA UMA MAIORIA DE ESQUERDA, UM GOVERNO DE ESQUERDA, UMA POLÍTICA DE ESQUERDA.

O VOTO NO PCP É O VOTO SEGURO E CERTO NO FUTURO DEMOCRÁTICO DE PORTUGAL.

O PCP É O PARTIDO DA VERDADE E DA ESPERANÇA.

Com a revolução iniciada no 25 de Abril, amplas liberdades foram conquistadas e exercidas pelo nosso povo.

Os partidos da direita querem liquidar as liberdades.

Os partidos da direita pretendem assaltar o Poder, seja pela infiltração crescente no aparelho de Estado, seja por um golpe de força, seja por uma maioria alcançada nas eleições, realizadas sem que, em vastas regiões, estejam asseguradas as necessárias condições de liberdade.

É necessário derrotar nas eleições os partidos reacçãoários e as alianças de direita.

O voto no PCP é o voto seguro e certo para uma maioria de esquerda e um Governo de esquerda.

É necessário votar contra o regresso ao fascismo e a liquidação das liberdades.

O PCP é o partido da liberdade e da democracia.

VOTA PCP PELA LIBERDADE E PELA DEMOCRACIA

Para que sejam defendidas a liberdade de imprensa, de associação, de constituição e actividade dos partidos políticos, de reunião e manifestação, a liberdade sindical e o direito à greve, a liberdade religiosa.

Para que seja assegurada a democratização de toda a vida nacional e a construção de um regime democrático, ao abrigo das conspirações e dos golpes da contra-revolução.

Para que seja respeitada a Constituição.

Para que sejam combatidas a anarquia e a desordem, as violências, os atentados, o terrorismo, a criminalidade e o banditismo, a corrupção, a droga, a pornografia e a prostituição.

Para que seja respeitada a ordem democrática e restituída a tranquilidade e a segurança ao Povo português.

VOTA PCP. O PARTIDO DA LIBERDADE E DA DEMOCRACIA!

Com a revolução iniciada no 25 de Abril, largas massas do Portugal que trabalha viram satisfeitas reivindicações imediatas para a elevação do seu nível de vida.

Os partidos da direita querem intensificar a exploração

dos trabalhadores, querem impor-lhes as mais desumanas condições de trabalho, para assegurar elevados lucros aos exploradores. Os partidos da direita defendem os interesses do patronato reacçãoário. São pela exploração dos trabalhadores.

É necessário derrotar nas eleições os partidos reacçãoários e as alianças de direita.

O voto no PCP é o voto seguro e certo para uma maioria de esquerda e um Governo de esquerda.

É necessário votar contra uma maior e mais desenfreada exploração.

O PCP é o partido dos trabalhadores.

VOTA PCP PELA DEFESA DOS INTERESSES DOS TRABALHADORES

Para que sejam elevados os salários reais e melhorados e alargados os benefícios sociais, reformas e pensões, a assistência médica eficaz, a participação dos trabalhadores na gestão e controlo da Previdência.

Para que seja realizado o princípio de **salário igual a trabalho igual**, a contratação colectiva e a obrigatoriedade do seu cumprimento, a proibição dos despedimentos sem justa causa, a liquidação do desemprego.

Para que sejam assegurados os direitos da **juventude trabalhadora** e a efectiva igualdade da **mulher** perante a lei, os justos interesses dos **quadros técnicos**, do **funcionalismo**, dos **militares**.

Para que seja assegurada a estabilidade dos **preços** dos géneros e artigos de primeira necessidade, e o abastecimento de alguns.

Para que seja levada a cabo uma política que proporcione a cada família uma **habitação** condigna e rendas acessíveis e a criação de um serviço nacional de **Saúde** capaz de proporcionar assistência médica e medicamentosa a todos os portugueses.

Para que sejam realizados os justos anseios dos **trabalhadores emigrantes**.

Para que seja mantida a **independência** e a **unidade do movimento sindical**, das comissões de trabalhadores e outras

estruturas populares.

VOTA PCP. O PARTIDO DOS TRABALHADORES!

Com a revolução iniciada no 25 de Abril, começou a Reforma Agrária e tomaram-se medidas que beneficiaram inúmeros pequenos e médios agricultores.

Os partidos da direita querem liquidar a Reforma Agrária.

Os partidos da direita querem manter a exploração dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios agricultores. Os partidos da direita são os partidos dos grandes e ricos proprietários, dos ricos senhores, dos usurários, dos capitalistas, dos grandes intermediários.

É necessário derrotar nas eleições os partidos reacçãoários e as alianças de direita.

O voto no PCP é o voto seguro e certo para uma maioria de esquerda e um Governo de esquerda.

É necessário votar contra a eterna miséria da população laboriosa dos campos.

O PCP é o partido da Reforma Agrária e dos pequenos e médios agricultores.

VOTA PCP PARA AVANÇO DA REFORMA AGRÁRIA, PELA DEFESA DOS INTERESSES DOS PEQUENOS E MÉDIOS AGRICULTORES

Para que seja levada até ao fim a expropriação dos latifúndios.

Para que sejam reconhecidas as novas **unidades colectivas de produção** e defendido um programa urgente de barragens e irrigação e de apoio e ajuda técnica do Estado.

Para que sejam defendidas as terras dos **pequenos e médios agricultores** e asseguradas medidas imediatas no que respeita a créditos, impostos, fixação de preços, garantia de escoamento dos produtos e contra a especulação dos grandes intermediários.

Para que seja aplicada imediatamente a **Lei do Arrendamento Rural**, sejam extintos os **foros** e o regime de **colónia** e sejam restituídos os **baldios** às populações.

Para que seja apoiado o **associativismo** dos pequenos e médios agricultores, baseado sempre na sua livre vontade e decisão.

Para que seja dada solução urgente aos problemas das populações rurais e seja reorganizada a **previdência rural**.

VOTA PCP. PARTIDO DA REFORMA AGRÁRIA E DOS PEQUENOS E MÉDIOS AGRICULTORES!

Com a revolução iniciada em 25 de Abril, criaram-se condições para construir uma nova economia, no interesse dos trabalhadores e de todas as camadas antimonopolistas.

Os partidos da direita querem anular, as nacionalizações, o controlo e a gestão operária, a política social favorável aos trabalhadores.

Os partidos da direita querem que sejam os trabalhadores a pagarem o preço das dificuldades económicas e financeiras causadas pelo esbanjamento dos recursos, pela sabotagem, pelas irregularidades e pelos desvios de fundos prati-

cados pelos grandes capitalistas.

Os partidos da direita querem impor uma nova ditadura reacçãoária, porque só com uma ditadura os monopólios e agrários conseguiriam impor a sua dominação.

É necessário votar contra o restabelecimento do poder terrorista dos monopólios.

O PCP é o partido de uma nova economia rumo ao socialismo.

VOTA PCP POR UMA NOVA ECONOMIA RUMO AO SOCIALISMO

Para que seja firmemente mantido o **controlo operário**, as **nacionalizações** e a gestão dos trabalhadores nas empresas onde houve intervenção do Estado.

Para que seja aplicada uma **nova dinâmica de estabilização, rentabilidade e desenvolvimento**, assente na planificação, na reconversão, no papel motor do sector público e das empresas com intervenção do Estado e no interesse e esforço criador dos trabalhadores.

Para que seja respeitada a **iniciativa privada não monopolista** e o apoio do Estado aos interesses e direitos dos **pequenos e médios comerciantes e industriais**.

Para que seja realizada uma **política fiscal** e de rendimentos que faça pagar o maior preço das dificuldades económicas a quem mais puder pagar.

VOTA PCP. O PARTIDO DE UMA NOVA ECONOMIA RUMO AO SOCIALISMO!

Com a revolução iniciada em 25 de Abril deram-se passos importantes para combater o obscurantismo reacçãoário.

Os partidos da direita querem manter as massas populares mergulhadas na ignorância.

Os partidos da direita querem impedir a elevação da consciência política e do nível cultural das massas populares, de modo a manter mais facilmente o seu domínio económico e político.

É necessário derrotar nas eleições os partidos reacçãoários e as alianças de direita.

O voto no PCP é o voto seguro e certo para uma maioria de esquerda e um Governo de esquerda.

É necessário votar contra o obscurantismo.

O PCP é o partido da democratização da instrução e da cultura.

VOTA PCP PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO E DA CULTURA

Para que seja realizada a **reforma geral e democrática do ensino**, para que o acesso à educação seja amplamente facilitado aos filhos dos trabalhadores.

Para a extinção do **analfabetismo** e do **obscurantismo** em Portugal.

Para acabar com as formas de **degradação escolar** e de deterioração do ensino.

Para que o sistema escolar seja orientado para a **formação de quadros intelectuais e técnicos** capazes de impulsionar a nova economia.

Para que seja realizada

a promoção da **investigação científica** e da **técnica**, a **liberdade de criação artística**, o incentivo às artes, o apoio às organizações populares que promovem acções culturais, artísticas e desportivas de massa.

VOTA PCP. O PARTIDO DA DEMOCRATIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO E DA CULTURA.

Com a revolução iniciada no 25 de Abril, garantiram-se condições para a independência de Portugal.

Os partidos da direita querem hipotecar a nossa independência económica e política ao imperialismo estrangeiro.

Os partidos da direita querem que seja o Povo português a pagar a crise do capitalismo internacional; querem destruir as perspectivas de cooperação fraternal com os novos Estados independentes formados nas ex-colónias; querem entregar os Açores e a Madeira aos interesses estrangeiros.

É necessário derrotar nas eleições os partidos reacçãoários e as alianças de direita.

O voto no PCP é o voto seguro e certo para uma maioria de esquerda e um Governo de esquerda.

É necessário votar contra a submissão de Portugal ao imperialismo.

O PCP é o partido da independência nacional.

VOTA PCP PELA INDEPENDÊNCIA NACIONAL

Para que Portugal seja **liberto da submissão política e económica ao imperialismo estrangeiro**.

Para que seja assegurada a **autonomia e a descentralização nos Açores e Madeira** e impedida a desintegração do território nacional.

Para assegurar o desenvolvimento de estreitas relações de **fraternal amizade e cooperação** com os **novos Estados independentes**, formados nos territórios dantes submetidos ao colonialismo português.

Para que seja realizada uma **política de paz e amizade com todos os povos**, pela consolidação e desenvolvimento das relações com os demais países que já se libertaram ou que lutam pela libertação do jugo colonial e do imperialismo.

Para que sejam desenvolvidas as extraordinárias possibilidades de **cooperação** com os **países socialistas**.

Para que se desenvolvam as relações económicas com os **países capitalistas** mas sob a condição de **não ingerência** nas questões internas de Portugal.

Para que o Povo português possa decidir livremente do seu destino.

VOTA PCP. O PARTIDO DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL!

A única forma de evitar um Governo de direita, a única alternativa democrática, a única alternativa de esquerda, é uma maioria com o PCP e um Governo com o PCP.

O PCP não pretende governar sozinho. O PCP pronuncia-se firmemente pela unidade das forças democráticas e progressistas, indispensável para assegurar o futuro democrático de Portugal. Uma maioria democrática e um Governo democrático exigem uma coligação de forças democráticas civis e militares.

Votar no PCP é votar na unidade antifascista e democrática. Só uma grande votação no PCP poderá impedir a formação de um Governo de direita. Os votos de esquerda não devem apenas marcar posições mas eleger deputados. O voto no PCP é o voto útil da esquerda. O voto no PCP é o único voto seguro e certo para uma maioria de esquerda e um Governo de esquerda.

Um grande número de votos no PCP é essencial para a continuação do processo democrático.

P.S.: lista com pre

Num total de 244-cand

P. S. (exceptuam-se os gança, Funchal e Emigra não dispomos de dados rias socioprofissionais da propostos), 111, correspo são intelectuais. Entre e os engenheiros (26) e os profissões maioritárias, m tas, 5 estudantes, 6 médic listas, 1 escultor, 1 arquite

Aos técnicos, com 21 candidaturas, cabe 8,5 por cento. Os empregados de serviços também estão largamente representados (45, 18,5 por cento), distinguindo-se, como profissões maioritárias, os bancários (15) e os empregados de escritório (14).

A classe operária está representada com 23 candidaturas (9 por cento); as profissões com maior índice são os electricistas (7) e os metalúrgicos (96). Há ainda 2 gerentes comerciais, 1 telegrafista, 2 domésticas, 1 vendedor, 1 marítimo, 1 gerente industrial, 5 lavradores, 1 controlador, 1 pescador, 8 diversos, 1 locutor, 1 controlador fabril, 1 motorista, 1 delegado de propaganda médica, 3 comerciantes, 1 tractorista, 3 profissionais de seguros, 2 farmacêuticos, 1 industrial, 1 escrivão de direito, 1 alfaiate, 1 motorista marítimo e 1 caixeiro viajante.

Entre os 244 candidatos, 14 são mulheres (5,5 por cento), havendo 2 donas de casa.

É a seguinte a lista de candidaturas proposta pelo P.S.:

Aveiro — Carlos Candal, Alcides Strech Monteiro, Mário Cal Brandão, Avelino Ferreira Zenha, Amadeu da Silva Cruz, José Macedo Fragateiro, Joaquim São Bento Júnior, Juvenal Leitão, Joaquim Gonçalves da Rocha, Joaquim da Silva Pinto, Manuel Cardoso Leal, Manuel Carvalho dos Santos, Júlio Francisco Costa;

Suplentes: José Isidoro Ferreira Lemos, João Luís de Velosa;

Beja — António Lopes Cardoso, Luís Cacito, Joaquim Pinto, Joaquim Godinho, José Baptista, Aníbal da Costa;

Suplentes: Manuel Alfaiate Silvino António, Joaquim Ser José Soares.

Braga — Raul Rêgo, Arm do Bacelar, Joaquim Oliveira Rodrigues, Francisco Soares Mesquita Machado, Jerónimo Silva Pereira, Jorge August Barroso Coutinho, António Magalhães da Silva, Noémio da Costa Abreu, António Pereira Martins, João Pinheiro de Oliveira, Manuel de Azevedo, Manuel Fernandes Rodas, Joaquim da Silva Loureiro, Maria do Céu Sousa Fernandes, José da Silva Figueiredo;

Suplentes: Francisco de Azevedo Gomes, António da Silva Reis;



CARTAZ ELEITORAL



F. S. P. — Distrito de Setúbal: Corroios, no Ginásio Clube; Melides, na Casa do Povo — ambas às 21 e 30. **Lisboa:** Alfama, na Sociedade Boa União, com Manuel Serra e Jaime Carvalho da Silva, às 21 e 30. **Viseu:** Alcafache, na escola primária; Moimenta da Beira, na Escola Preparatória, ambas às 21. **Faro:** Odeixe, no salão de baile, às 21 e 30.



C. D. S. — Distrito de Aveiro: Eiro Mariz, na Escola. **Co:** Vila do Teixeira, no Satis do Douro — todas às 21 e 30. **Pisões,** às 15; **Montalegre,** às 18; **Castelo Branco:** Vila do Reixoso, no Salão Paroquial, Orca, no salão — todas às 21. **Lisboa:** Figueiroa, às 21; Alcântara, no Promotora E. Popular; Lombos, Tercena; Montelvar, na Sociedade Recreativa — todas às 21 e 30. **Madeira:** Sé, no Teatro Municipal, às 21. **Portalegre:** no Ginásio Escola Industrial; às 21; Arez, na Casa do Povo, às 21 e 30; Esperança, na Sociedade Recreativa; às 21 e 30. **Viseu:** Lapa do Lobo; Tonda; Ferreiros; S. Martinho de Orgens; Cavernães; Sanguinhedo de Cota; Luzinde, Nagozelo do Douro; Soutelo do Douro; Travancas; Espanedo; Granginha; Paradela; **Braga:** S. Martinho de Cardoso, na Escola; Gandarela, na Escola — todas às 21. **Porto:** Rio de Moinhos, às 21 e 30; Longra, na Casa do Povo, às 21; Sindim, na Escola, às 21; Massarelos, na Escola, às 21 e 30; Muro, às 21 e 30. **Santarém:** Bico, na Junta de Freguesia; Arrouqueles; Amiais de Baixo — todas às 21.

MES

M. E. S. — Distrito de Aveiro: Espinho, na Piscina Solário Atlântico; Albergaria-a-Velha, na Escola Preparatória — todas às 21 e 30. **Beja:** Ervidel (Aljustrel); Santa Inês (Serpa) — todas às 21 e 30. **Castelo Branco:** Vale Formoso (Covilhã), às 21. **Coimbra:** Arganil; Montemor-o-Velho; Cova de Serpa. **Faro:** Sítio dos Gorjões; Montenegro; Alcoutim. **Guarda:** Gagos, Vila Franca das Neves. **Leiria:** Marinha Grande — todas às 21 e 30. **Lisboa:** Alcabideche (Mon-

tepio); Bairro da Liberdade (Centro Paroquial); Bairro da Boavista, no Clube Desportivo e Social do Bairro da Boavista — todas às 21 e 30; Petroquímica, às 18; **Portalegre:** Vila Nova (Portalegre), às 21. **Porto:** Vale Bom-Gondomar, na Associação Recreativa 1.º de Dezembro; S. Pedro da Cova, na sala da Junta de Freguesia; Miragaia, no Centro de Recreio Popular, Porto; Escola de Paranhos, Bairro do Regado, Porto — todas às 21 e 30. **Santarém:** Vale de Santarém, na Sociedade Recreativa Operária. **Setúbal:** Casebres, na Casa do Povo; Trafaria (RDT) — todas às 21. **Viseu:** Aviaes (Lamego), às 21 e 30.



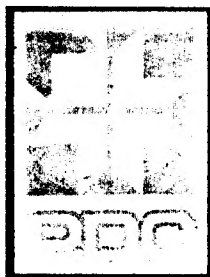
P. C. P. — Distrito de Lisboa: Póvoa de Santa Iria, Covina, com Alvaro Cunhal, às 18; Cruz Quebrada, Lusailite, às 17; Lisboa, na Voz do Operário, comício dedicado às mulheres, com Álvaro Cunhal, Georgette Ferreira, Alda Nogueira e Margarida Tengarreira, às 21 e 30; Arroios, às 21 e 30; Ministério das Finanças, às 17 e 30; Casa Proença, às 18; Sete Rios, refeitório do Metropolitan, às 18 e 15; Queluz de Baixo, Barcarena, às 21; Amadora, Bertrand, às 18 e 30; Cascais, Standard, às 16; Cascais, Sterling, às 18; Assafra (Sintra) às 21 e 30; Vila Franca, no cine-teatro, às 21; Mafra (Torres Vedras) às 21; **Leiria:** Vestiária (Alcobaca) na Filarmónica; Couto (Caldas da Rainha) no Centro Agrário; Embra (Marinha Grande); Gândara dos Olivais — Campos de Liz (Leiria) — todas às 21. **Faro:** Portimão, bairro da Boavista, às 21 e 30; Alcantarilha Gare (Silves) na escola primária, às 21 e 30; Fonte de Louzeiros (Silves) na escola primária, às 21 e 30; Monte Boi (Silves) às 21; Charneca (Faro) às 21; **Porto:** Vila Chã (Vila do Conde) na escola da Igreja, às 21 e 30; Boucinha Aguçadora (Póvoa do Varzim) às 21 e 30; Porto, na sede da Caixa de Previdência, às 18; Porto, na Caixa de Previdência da Indústria, às 18; **Vila Real:** Chaves, no cine-teatro; Sabroso (Vila Real); Bordela (Vila Real) na escola primária — às 21 e 30; **Aveiro:** Luso (Mealhada) às 21 e 30; Ponte Nova (Ovar) às 21 e 30; S. Lourenço (Anadia) às 21 e 30; Recarvões (Águeda) às 21 e 30; **Coimbra:** Coimbra, na Auto-Sueca, às 18; Taveiro (Coimbra) às 21 e 30; Pedrulha (Coimbra) às 21 e 30; Fontela (Figueira da Foz) às 21 e 30; Brenha (Figueira da Foz) às 21 e 30; Cercal (Soure) às 21 e 30; S. Martinho da Cortiça (Arganil) às 21; Formoselha (Montemor-o-Novo) às 21; Évora: Évora, bairro de N. S. da Glória, escola primária; S. Mamede, escola do magistério; S. Bartolomeu (Portel); S. Romão (V. Viosa) — todas às 21. **Santarém:** Alpiarça, com Octávio Pato; Almeirim, Vitor Louro; Barquinha; Ulme Chamusca; Azeryadinhg (Coruche);

Longra (Tomar) — todas às 21; **Beja:** Salvada (Beja) em Vale dos Rocins, às 20; Geraldos (Castro Verde) na escola primária, às 21; Santana de Cambas (Mértola) no exgrémio Lavoura, 21; Santo Aleixo (Moura) na Casa do Povo; às 21; Vale do Vargo (Serpa) na Sociedade Recreativa às 21; Vila de Frades (Vidigueira) na Sociedade Recreativa, às 21.



P.S. — Distrito de Lisboa: comício no largo fronteiro ao supermercado Pão de Açúcar, na Venda Nova, às 18 e 45, com Mário Soares; União Desportiva e Recreativa de Algés de Cima, Clube Recreativo Cotovios, em Alhandra; Clube Atlético de Campo de Ourique, Bombeiros de Colares; cinema de Paço de Arcos; Troupe União 1.º de Dezembro «Caparidense», na Parede; Clube Oriental de Lisboa, na Penha de França; Grupo Recreativo Catujalense, em Sacavém; Furnas, em S. Domingos de Benfica; Fontanelas (Sintra), (Alferagide, no Seminário; Sociedade Recreativa de Cascais, às 21 e 30; F. Andreta, em Mem Martins e Friantarticos, Armazéns Fontainhas (Cascais), às 18. **Coimbra:** Bolho (Cantanhede), Murganheira (Arganil), Arrifana (Condeixa), Feira Pedrinha (Condeixa) e Vilela, às 21 e 30. **Castelo Branco:** Comeal da Torre (Belmonte), às 21. **Aveiro:** Ouca (Vagos), S. João de Ver (Vila da Feira), Castellos (Vale de Cambra), Carvalheiras (Mealhada), Pindelo (Oliveira de Azemeis), Rocas do Vouga (Sever do Vouga), Silvalde (Espinho), Avanca (Estarreja), Costa

Nova (Ilhavo), Belazinha (Águeda), S. João de Loure (Albergaria), Quintas (Aveiro), às 21 e 30. **Leiria:** Almoester (Alvaiázere), Olho Marinho (Óbidos), Ordem (Marinha Grande), Pocariça (Marinha Grande), Carvalhal Benfeito (Caldas da Rainha), Azóia (Caldas da Rainha) e Peniche, às 21. **Viseu:** pEnedono, às 15; Britan (Lamego), às 21; Oliveira do Conde (Carregal do Sal), Valadares (S. Pedro do Sul), Lajeosa (Tondela) e Vouzeira, às 21 e 30; Abravezes (Viseu) e Ribafeita, às 21. **Santarém:** Chaiça (Abrantes), Carregueiros (Tomar), Mata (Teres Novas) Semideiro (Chamusca), Valada do Ribatejo (Cartaxo), Moçaria (Santarém), Azambuja e Foros de Salvaterra de Magos, às 21. **Viana do Castelo:** Santoura (Valença), às 21 e 30. **Guarda:** Souto (Aquilar da Beira), Malpartida (Almeida), Vi-de-Entre-Vinhas (Celorico da Beira), Mata de Lobos, Matança, S. Paio (Gouveia), Marialva (Meda), Gouveias (Pinhel), Alfaiates (Sabugal), Sandomim (Seia), Castelo Melhor (Foz-Coa), Lou-sado (Guarda) e Sarmelo (Guarda), às 21. **Porto:** Canela (V. N. Gaia), S. Cosme (Gondomar), Vilar Paraíso (V. N. Gaia), Novelas (Penafiel), Carvalhosa (Paços de Ferreira), Felgueiras (Lousada) e Santo Tirso, às 21 e 30. **Braga:** S. João da Ponte (Guimarães), às 21 e 30.



P.D.C. — Distrito de Faro: Olhão e Odeixe às 21 horas. **Leiria:** Ansião, Soc. Fil. St.ª Cecília, às 21 e 30.

CAMPANHA NA RÁDIO E NA TELEVISÃO

Rádiodifusão Portuguesa: 19 horas — P.P.M.; 19 e 10 — M.R.P.P.; 19.20 — P.D.C.; 19 e 30 — P.C.P.; 19 e 40 — P.C.P. (m-l); 19 e 50 — P.R.T.; 20 — P.C.P.; 20 e 10 — A.O.C.; 20 e 20 — U.D.P.
Rádio Renascença: 10 e 10 — P.P.M.; 10 e 20 — M.R.P.P.; 10 e 30 — M.E.S.; 23 — C.D.S.; 23 e 10 — P.C.P.; 23 e 20 — P.D.C.; 23 e 30 — P.S.; 23 e 40 — C.D.S.; 23 e 50 — P.P.M.
RTP: 13 e 30/13 e 40 — P.C.P.; 21 — U.D.P.; 21 e 10 — P.P.D.; 21 e 20/21 e 30 — P.D.C.

O CIDADÃO CUMPRE O SEU DEVER

• Como e onde se vota

No próximo dia 25, 6.479.040 eleitores serão chamados às urnas no continente e ilhas. Como procederão?

Os cidadãos eleitores votarão na Assembleia de Voto correspondente ao local onde se inscreveram. Nos locais onde houver mais de 500 eleitores, haverá recurso à divisão em secções de voto, tendo cada eleitor que verificar previamente em qual delas deverá votar.

No acto de votação, o cidadão eleitor terá de se identificar, se possível através da apresentação do bilhete de identidade. No caso de não possuir nenhum documento de identificação, basta que a me-

sa o identifique, questão que poderá ser resolvida pelo recurso a duas testemunhas portadoras de bilhete de identidade.

Identificado o cidadão, ouvirá da parte do presidente da mesa da assembleia ou secção de voto o seu nome e receberá dele o seu boletim de voto. Dirigir-se-á então ao local próprio existente nas assembleias de voto, fará uma cruz no quadrado do boletim de voto correspondente ao partido em que pretende votar (e só nesse quadrado pois caso contrário o voto será anulado durante a contagem), dobrará o boletim em quatro, regressará

O VOTO NA RUA

As pessoas estarão seguras da importância que tem o seu voto no futuro de cada cidadão e de todos em geral? Quantos farão uma escolha consciente e quantos farão do acto de votar uma simples formalidade sobre a qual nunca reflectiram profundamente?

Respondem três funcionários da Previdência e um vendedor de jornais.

GOTA DE ÁGUA

«Tenho consciência da importância do voto no futuro do País e de nós todos. É por isso mesmo que vou votar, embora seja uma gota de água no oceano. Estou convencida que haverá muitas pessoas que como eu e que o meu partido terá um papel a cumprir» — respondeu-nos Anabela Melo, funcionária da Previdência que declarou também interessar-se bastante por política, embora não seja militante de nenhum partido.

AS INFLUÊNCIAS

Maria Lisete Bértolo de Oliveira, também funcionária da Previdência, está também convencida da influência dos resultados das próximas eleições no futuro e na vida de todos nós.

«Nunca fui aos comícios mas já fiz a minha escolha».

Quando lhe perguntámos como tinha escolhido confessou que foi por influência da família e do ambiente da sua casa.

NÃO HÁ LIBERDADE

Agostinho Borges, colega das duas primeiras entrevistadas, acha que a maneira como votarmos terá influência na vida do País «mas isto se o voto traduzir os objectivos e os anseios das pessoas e aquilo que interessará para este País, porque nem em todos os sítios há liberdade para discutir». E acrescentou: «As classes mais desfavorecidas não possuem condições objectivas para se exprimirem livremente nem os partidos progressistas para as esclarecerem».

LER PARA ESCOLHER

«Estou convencido que os resultados das eleições vão produzir alterações na vida das pessoas» — disse-nos o vendedor de jornais Manuel Ferreira Gomes.

«Já fiz a minha escolha baseada em leituras que tenho feito embora só há pouco tempo me interesse por política».



caso de força maior ou justa causa.

Não poderá haver propaganda dentro das assembleias de voto nem fora delas até uma distância de 500 metros. Por outro lado, os presidentes das mesas mandarão sair das assembleias ou secções de voto os eleitores que aí não possam votar, os que estejam bêbados ou ainda os que transportem armas.

Amanhã referiremos o voto por representação e o voto dos doentes.

No ALGUEIRÃO o DIÁRIO DE LISBOA está à venda na TABACARIA MIMO